



Trabalhadores do comércio travam ataque ao 1.º de Maio

# Uma vitória dos valores

A luta dos trabalhadores obrigou a Sonae a recuar na pretensão de abrir os supermercados no 25 de Abril e no 1.º de Maio. Este ensaio do patronato, que quer alterar a organização dos tempos de trabalho e a lei dos feriados, integra-se na ofensiva mais vasta do capital contra os direitos de quem trabalha, como afirmou, ao *Avante!*, Manuel Guerreiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços.

Págs. 5 e 6

## 1.º de Maio dia de luta

Nas grandes manifestações realizadas em todo o País, os trabalhadores rejeitaram as medidas do Governo PSD/CDS-PP e reafirmaram a disposição de prosseguir a luta em defesa das suas justas reivindicações.

Centrais

### Na rica Europa

#### Pobreza e exclusão social

Um quinto dos europeus vive actualmente abaixo do limiar da pobreza. Sem os sistemas de protecção social, quase metade da população da União Europeia seria considerada pobre.

Pág. 15

### Sistema eleitoral

#### Reforma perigosa

O PS e o PSD voltaram a colocar na ordem do dia a «reforma do sistema político», a pretexto de o aperfeiçoar e valorizar o papel dos cidadãos. Uma grosseira mistificação, diz o PCP.

Pág. 11

### Irlanda

#### Em véspera de eleições

Sean Garland, presidente do Partido dos Trabalhadores, fala da situação que se vive no país em vésperas das eleições gerais e da situação do seu partido, fustigado por cisões.

Pág. 26



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabaís  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros

25 números: 4 600\$00  
23,00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Dia Mundial do Trabalhador

## Resumo

### 30 Terça-feira

Cerca de 500 trabalhadores da OGMA manifestam-se frente à empresa, em Alverca, pela defesa dos seus postos de trabalho ● A Assembleia Municipal de Vendas Novas decide, com os votos de maioria CDU, solicitar uma inspecção ao IGAT, em resposta às especulações sobre a renúncia de mandato do autarca João Teresa Ribeiro ● O secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, pronuncia-se contra a intenção de o Governo em alterar a Lei de Bases da Segurança Social ● O gabinete de segurança de Israel recusa colaborar com a missão de averiguação de factos criada pela ONU para investigar o massacre no campo de refugiados de Jenin.

### 1 Quarta-feira

Milhares de pessoas comemoram em todo o país o Dia Mundial do Trabalhador ● A CGTP manifestou-se preocupada com a «ofensiva conservadora» do novo Governo, apelando à disponibilidade e solidariedade dos trabalhadores para prosseguirem a luta pela defesa dos seus direitos ● O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal efectua diversas acções de boicote às intenções dos supermercados Intermarché e Leclerc de abrirem as portas no 1.º de Maio ● Mais de 200 trabalhadores da Vouga Têxtil manifestam-se em Viseu exigindo a viabilização da empresa e protestando contra as propostas de trabalho precário que receberam do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

### 2 Quinta-feira

O líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, considera desapropriada a presença do embaixador de Portugal em França no comício do candidato à Presidência da República, Jacques Chirac ● A Comissão Científica Independente acusa o Governo de estar a ignorar as recomendações de várias instituições portuguesas e internacionais relativas à co-incineração ● O exército israelita detém 112 palestinianos durante uma incursão ao campo de refugiados de Al Arub, no Sul da Cisjordânia.

### 3 Sexta-feira

Um movimento cívico criado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços e pelas associações de comerciantes do distrito de Setúbal defende o encerramento dos hipermercados aos domingos e feriados ● Um palestiniano é assassinado a tiro por soldados israelitas, na Cisjordânia ● Yasser Arafat afirma estar pronto a participar numa conferência internacional sobre o

Médio Oriente ● Kofi Annan dissolve formalmente a missão da ONU que deveria apurar os factos ocorridos no campo de refugiados palestiniano de Jenin.

### 4 Sábado

O PCP alerta para o encerramento de oito empresas no distrito de Castelo Branco, deixando no desemprego cerca de 1300 trabalhadores ● A Associação dos Profissionais da Guarda recusa que a progressão na carreira dos elementos da GNR continue a assentar em «mecanismos de subserviência» ● Os países árabes e muçulmanos insistem na realização de um inquérito para averiguar o que aconteceu no campo de refugiados palestinianos de Jenin ● O ministro da Defesa venezuelano, José Vicente Rangel, anuncia o risco de um «novo golpe de Estado» perante uma comissão parlamentar de inquérito sobre a rebelião de 12 de Abril.

### 5 Domingo

Realiza-se em Serpa um Encontro de Quadros do PCP ● A Administração Bush decide renunciar à participação no futuro Tribunal Penal Internacional, uma estrutura para julgar crimes de guerra e contra a humanidade ● Jacques Chirac é reeleito presidente da França ● Tropas israelitas assassinam uma mulher e duas crianças em Jenin ● Milhares de pessoas manifestam-se em Bilbao, no País Basco, contra a possível ilegalização de Batasuna, organização considerada o braço político da ETA.

### 6 Segunda-feira

Agostinho Lopes critica o Orçamento Rectificativo para 2002 e afirma que o PCP votará contra um documento que «estimulará a recessão económica» ● O primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, apresenta a sua demissão e a do seu governo ● Dois veículos do exército são incendiados por bombas artesanais a Norte de Belfast, onde ocorrem confrontos entre jovens católicos e protestantes ● Os trabalhadores metalúrgicos do estado alemão do Baden Wurtemberg entram em greve, exigindo aumentos de 6,5 por cento.

### 7 Terça-feira

Os trabalhadores civis do Arsenal do Alfeite, em Almada, cumprem uma hora de greve em protesto contra a tentativa de congelamento de salários e a reestruturação interna de alguns sectores ● Um palestiniano é assassinado a tiro por soldados israelitas nos arredores de Rafah, Faixa de Gaza ● O exército israelita ocupa a cidade autónoma palestiniana de Tulka-rem ● O exército israelita começa a desmontagem do cerco que mantém à Igreja da Natividade.

## Aconteceu

### Poluição atmosférica em Hong Kong

A poluição atmosférica foi responsável por mais de quatro mil mortes em Hong Kong em 2000, segundo um estudo divulgado, segunda-feira, por uma equipa de investigadores nipónicos.

Ainda segundo estes especialistas, a poluição contribuiu para o aumento das doenças cardiovasculares e respiratórias, e, particularmente, do cancro

do pulmão. De acordo com a equipa, encabeçada por Anthony Headley, docente de Medicina Pública, só estas doenças vitimaram, em 2000, 4262 pessoas.

«Apesar das medidas tomadas pelo governo para melhorar a qualidade do ar, é evidente que não houve progressos ao longo dos dois últimos anos», sustentou Anthony Headley.



## Crianças sobrevivem em extrema pobreza

Embora a situação das crianças no mundo (36 por cento da população) tenha melhorado nos últimos dez anos, uma em cada quatro sobrevive em condições de extrema pobreza, em famílias que não recebem mais do que um euro por dia, segundo dados da Unicef, que iniciou, terça-feira, uma cimeira sobre menores. As crianças estão sobretudo ameaçadas pela sida (12 milhões têm o vírus), pelas guerras (existem pelo menos 300 mil soldados que são menores), pelos abusos sexuais e laborais e pela falta de escolarização.

As crianças de hoje, em comparação com as de há dez anos, têm melhores condições: estão mais escolarizadas, sobretudo na América Latina, correm menos riscos de contrair doenças que antes constituíam uma ameaça terrível, como a poliomielite e o sarampo. Além disso, os níveis de subnutrição são menores actualmente. Mas a situação que está a ser analisada na Cimeira da Infância não deixa de ser sombria, em especial devido às repercussões da sida e ao horror dos conflitos armados.

## Fim ao crédito bonificado

O Governo anunciou domingo o fim da bonificação dos juros na concessão de crédito para aquisição, construção, conservação e beneficiação de habitação. A decisão foi justificada com o resultado da participação de Portugal na União Europeia, que implicou uma redução «significativa» das taxas de juro desde 1998, o que aumentou «extraordinariamente» a dificuldade e preço de acesso ao crédito.

Segunda-feira, o porta-voz do Ministério das Finanças informou que os contratos de crédito à habitação que têm direito à bonificação dos juros mantêm esse direito se a escritura pública for celebrada até ao próximo 30 de Setembro.

Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, considerou esta medida injusta, «porque é natural que os jovens

tenham expectativas de obter benefícios em termos de taxas de juros e outros factores, para organizarem as suas vidas com mais facilidade». Por outro lado, Carvalho da Silva critica a «evocação de que há fraudes, para não se actuar sobre as fraudes». Segundo o dirigente sindical,



«o argumento é sempre o mesmo»: mantêm-se as fraudes para haver bases de sustentação sobre certos sectores da sociedade para depois atacar direitos noutros sectores.

## Portugal gasta pouco com a Saúde Mental

Portugal gasta pouco dinheiro com a saúde mental, fazendo parte do grupo de 65 por cento dos países que apenas disponibilizam 1 por cento do orçamento geral da Saúde para o tratamento de doenças do foro psicológico e comportamental, divulgou o último relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), intitulado «Saúde Mental: Nova Compreensão, Nova Esperança».

De acordo com o representante dos serviços de saúde mental da OMS para a Europa, Benedetto Saraceno, 10 a 15 por cento da população adulta mundial sofre de perturbações mentais e comportamentais, uma em cada quatro famílias tem um elemento doente, e 20 por cento dos pacientes que chegam aos cuidados primários revelam a patologia.

Segundo Bene-

detto Saraceno, «a prevalência de doenças na área da saúde mental deve ser um alarme para o mundo». De acordo como o representante da OMS, morre-se mais de cancro do que de depressão ou esquizofrenia, mas estas últimas tornam-se mais incapacitantes. «A percentagem de dias de trabalho perdidos anualmente devido a estas doenças atinge agora os 30,8 por cento», sublinhou.

## 103 jornalistas assassinados em 2001

No dia em que se comemorou o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) apresentou os números negros do jornalismo, num comunicado sobre 2001.

«Ao assinalar esta data, o SJ curva-se ante a memória dos camaradas mortos em serviço, e que, no último ano, totalizaram 103 em 38 países, e junta a sua voz às organizações nacionais e internacionais que exigem respeito efectivo pelos direitos dos profissionais de informação», afirma o comunicado.

As circunstâncias dramáticas em que muitos dos jornalistas executam o seu trabalho em zonas de conflito e de risco não podem fazer esquecer, segundo o sindicato, outras condições

para o exercício da profissão, que permanentemente afectam a liberdade de imprensa, mesmo nos países isentos de ameaças à integridade física dos jornalistas.

Entre esses condicionamentos, o SJ destacou a crescente tendência para a concentração de empresas e a formação de conglomerados que detêm os órgãos de comunicação social.

Também em Portugal essas práticas massificadoras tendem a agravar-se, denuncia o SJ.

Neste contexto, o Sindicato dos Jornalistas mantém como condição indispensável à defesa da liberdade de imprensa a necessidade «imperiosa» de regulamentar os direitos de autor dos jornalistas.



## Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

### 1.º Maio de afirmação e luta

As comemorações do 1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, ficaram marcadas, este ano, nos seus conteúdos reivindicativos e de protesto, pelas consequências do agravamento da situação internacional pós, 11 de Setembro.

A «santa aliança» «contra o terrorismo» que flagelou o Afeganistão, em busca do «inimigo n.º 1» de que já pouco se fala, e permite hoje a brutal ofensiva israelita contra o martirizado povo palestino, visa sufocar tanto a luta anti-imperialista como o protesto social. Governos de direita e da social-democracia permitiram acções de grupos provocatórios (Praga, Gotemburgo, Génova) para criminalizar a resistência dos trabalhadores às políticas neoliberais - expressa quer através de lutas sectoriais quer nas movimentações antiglobalização - e criar um clima que justificasse a restrição de liberdades e o reforço de poderes securitários. Assim se alimentou o caldo de cultura que possibilitou o avanço da extrema-direita na Europa.

O «sobressalto» francês trouxe consigo um forte alerta para os perigos que os povos hoje defrontam. O 1.º de Maio em França, de dimensão inédita, expressou bem a rejeição dos trabalhadores, da juventude e do povo francês à extrema-direita fascizante, racista e xenófoba. E um pouco por todo o mundo, a par de reivindicações específicas de acordo com a realidade dos seus próprios países, os trabalhadores trouxeram para este 1.º de Maio uma forte componente de solidariedade internacionalista com a Palestina e o seu povo, exigindo um mundo mais justo e pacífico, onde os povos possam decidir livremente dos seus destinos.

As manifestações do 1.º de Maio, que se realizaram em muitos países de todos os continentes, testemunham uma resistência anti-imperialista e anticapitalista que não se rende e, em muitos casos, se acentua. Confirmaram, como aliás as numerosas lutas que têm tido lugar nos últimos meses, a actualidade e importância do movimento sindical. É que os trabalhadores não se conformam diante da manifesta incapacidade do capitalismo em dar resposta aos seus problemas e anseios. Por isso, perante os despedimentos massivos (1 milhão nos EUA, cerca de meio milhão na Alemanha, para só citar estes países do «centro» do capitalismo); a intensificação da

exploração - trabalho precário, baixos salários, flexibilização do horário de trabalho, etc.; os ataques aos direitos de quem trabalha - alterações à legislação laboral e privatização da segurança social; as limitações à actividade sindical e à contratação colectiva, os trabalhadores têm recorrido à luta, sob formas muito diversas. Lutas que incluem o recurso à greve geral (como no Bangladesh, Grécia, Itália, Nigéria), a greves prolongadas (28 dias dos professores na Índia) e a greves sectoriais de carácter nacional: metalúrgicos (Alemanha), ferroviários (Grã-Bretanha), enfermeiros (França), professores (Argélia, Bósnia, Irão, Gabão). Salientamos pelo número de trabalhadores envolvidos (10 milhões) uma recente greve na Administração Central da Índia, e valorizamos tantas outras, como o abaixo-assinado de 7 centenas de milhar de assinaturas contra as privatizações no Uruguai, as lutas contra a situação de desastre económico na Argentina, a grandiosa manifestação em Itália contra o projecto de alteração da Lei do Trabalho.

Os slogans que percorreram as manifestações do 1.º de Maio - direito ao trabalho, salários justos, redução do horário de trabalho, defesa dos serviços públicos, contra o avanço da direita, contra o militarismo e a guerra - reflectem a resistência dos trabalhadores à brutal ofensiva do grande capital e do imperialismo, expressa nos conteúdos das lutas em curso. Apesar de distintas nos seus objectivos imediatos, estas lutas desmentem os ideólogos do pensamento único e da 3.ª via que há muito proclamaram o fim da luta de classes. Ela está bem viva e afirma-se como uma realidade incontornável, integrando, de forma bem evidente, a luta pela democracia, a paz e a solidariedade.

Foi este o sentido das recentes comemorações do 1.º de Maio no mundo.

Estas lutas desmentem os ideólogos do pensamento único

## Editorial

### CLARAMENTE

A arrogância com que a Comissão Europeia se dirige aos governos dos pequenos países da União Europeia, nomeadamente ao Governo português, é tão escandalosa como a submissão e subserviência com que vários desses governos, nomeadamente o português, acatam, regra geral, as ordens recebidas. Uns são senhores e assumem-se como tal; outros são servos e como tal se comportam. A bem da estabilidade, da paz, da concórdia e, naturalmente, da democracia e dos direitos humanos.

Entendeu agora a dita Comissão que as medidas de contenção da despesa pública já anunciadas pelo Governo PSD/CDS-PP não são satisfatórias. Que é preciso cortar, cortar, cortar mais... de modo a que o défice público deste ano seja «claramente inferior» aos 3% do Produto Interno Bruto fixados pelo pacto de estabilidade. Isto apesar de a proposta de alteração do Orçamento de Estado para 2002 apresentada pelo Governo Durão Barroso/Paulo Portas prever um défice de 2,9%. Mas a Comissão, dona e senhora, acha pouco, acha que 2,9% não é «claramente» abaixo de 3%, e diz que vai ficar à espera que o Governo português tome «medidas suplementares que possam garantir um défice claramente inferior a três por cento». Não disse, e provavelmente não virá a dizê-lo, o que entende por «claramente». Certa que está de que o

nos em oposições a políticas - assim criando o caldo de cultura eleitoral que mais convém, de facto, à política de direita. Depois, quando chega o tempo das eleições, as «mudanças» prometidas durante as campanhas eleitorais, anunciadas abstractamente, caçam votos de descontentes com a situação existente, votos que dão para formar governo e para, naturalmente, prosseguir o agravamento da situação que se prometeu «mudar» - como a realidade actual mais uma vez mostra, exuberantemente.

Viu-se o que se viu no caminho percorrido pelo Governo Durão Barroso/Paulo Portas e que conduziu à previsão de um défice igual a 2,9% do PIB: em matéria de redução de despesas, a extinção de trinta organismos públicos e a fusão de outros quarenta, a suspensão de admissões na Função Pública, o fim da bonificação de juros para o crédito à habitação; ao mesmo tempo, e em matéria de receitas, o anunciado e sinistro aumento do IVA que, subindo de 17% para 19%, irá provocar a inevitável diminuição do poder de compra e, portanto, o agravamento geral das condições de vida dos portugueses - agravamento todos os dias acentuado por múltiplas medidas que, pouco ou nada tendo a ver com redução de despesas e com aumento de receitas públicas, muito têm a ver com a redução do orçamento familiar dos portugueses e com o aumento das suas dificuldades: os aumentos dos combustíveis, por exemplo, e aqueles aumentos «invisíveis» (contudo sentidos, e de que maneira, na redução dos euros durante o mês) produzidos por umas pequenas máquinas que, nos supermercados, constantemente, alteram, para mais, os preços de bens essenciais e não essenciais.

### “O 25 de Abril e o 1.º de Maio confirmaram disponibilidades de luta determinantes”

Governo português fará o que lhe mandarem fazer, comporta-se como a patroa que, sem falar com a criada e com o simples gesto de passar o dedo sobre um móvel e carregar o sobrolho, lhe ordena que volte a limpar o pó da sala.

Por tudo isto, é presumível que o Governo PSD/CDS-PP proceda, neste momento, a um esforço menínico brutal de procura de medidas redutoras do défice, de modo a não fazer esperar e a, «claramente», satisfazer a Senhora Comissão. E se assim for, as incidências gravosas das medidas encontradas recairão essencialmente sobre quem trabalha e vive do seu trabalho. Seja em matéria de contenção de despesas seja em matéria de aumento de receitas. Claramente.

Essa é, de facto, a lei primeira da política de direita. Por isso ela é apoiada por quem é, por isso a combate quem a combate. Por isso persistem os que, em nome da laranja ou em nome da rosa, a defendem e aplicam, na mistificação e na manipulação, transformando diferenças de pormenor em diferenças substanciais, transformando oposições a gover-

As recentes jornadas de festa e de luta que foram o 25 de Abril e o 1.º de Maio confirmaram disponibilidades e vontades de luta que a realidade actual mostra serem determinantes para fazer frente à política de direita e às suas consequências, gravosas para a maioria dos portugueses. O imenso desfile que encheu a Avenida Almirante Reis e desaguou na Alameda Afonso Henriques foi portador da firme determinação de luta dos trabalhadores da região de Lisboa e Setúbal, da mesma forma que o foram os milhares de trabalhadores que desfilarão ou se concentraram nas várias localidades onde a CGTP-IN promoveu comemorações do Dia dos Trabalhadores.

Houve quem, referindo uma ou outra das comemorações, falasse em «ritual» - assim cumprindo um ritual de facto, assim procurando ocultar por detrás de um manto de ideias feitas, a realidade concreta traduzida numa afirmação concreta: milhares e milhares de trabalhadores evidenciando uma consciência clara da situação que vivem e do papel que lhes cabe na luta pela mudança sem aspás, pela mudança verdadeira e necessária, que se sabe difícil de alcançar e que se sabe que só com a luta se alcançará.

Milhares e milhares de trabalhadores claramente dispostos a lutar: pelos seus direitos, pelos seus interesses; logo, contra o significado e as consequências daquele «claramente» ordenado pela Comissão Europeia ao Governo do PSD/CDS-PP.

### Correcções

Na anterior edição do «Avante!», um lamentável erro informático, substituindo várias palavras e expressões pela palavra «Echelon», tornou incompreensível parte do Editorial, bem com o texto «O modelo francês» do nosso colaborador Jorge Messias.

A este nosso colaborador e aos leitores do «Avante!», as nossas desculpas.

Os referidos textos encontram-se disponíveis na Internet ([www.pcp.pt](http://www.pcp.pt))

## Actual Dois entre muitos mil

• José Casanova

Uma gralha substituiu, na primeira página do «Avante!» de 18 de Abril, a palavra «marca» pela palavra «marcada». Cerca de uma semana depois, um jornalista do Diário de Notícias apercebeu-se do facto e, ou por genuínas limitações intelectuais ou soprado por quem amiúde lhe fornece razão anticomunista, decidiu que a gralha não era gralha. Vai daí, congeminou (ou congeminaram-lhe) uma peça que, não fora o carácter de terrorismo jornalístico de que se revestia, constituiria um saboroso momento de diversão susceptível de proporcionar sonoridades estrondosas gargalhadas. Mais: alguém, no Diário de Notícias, entendeu que a provocação (não há palavra que defina com mais rigor a peça do referido jornalista, seja ela de sua exclusiva autoria ou tenha ela sido soprada por vozes exteriores) tinha direito a primeira página. E toca de, na dita primeira página e como é hábito em «jornais de referência», proceder nem mais nem

menos do que... à substituição do Secretário-Geral do PCP!

Na sua edição de 24 de Abril, o «Avante!» iniciou a publicação da «Tribuna da Conferência», facto que foi referenciado por vários órgãos de comunicação social. No «Expresso» - também ele um celebrado «jornal de referência» - , uma jornalista (gémea do supra-referido jornalista do Diário de Notícias, em matéria de pêcêpologia) debruçou-se sobre a «Tribuna». E mergulhou deste jeito: ou por genuínas dificuldades de leitura e compreensão de um texto, ou por qualquer coisa que comeu e a pôs assim, entendeu que a primeira parte de uma carta escrita pelo camarada Jaime Serra para a «Tribuna», a que o próprio chamou «nota prévia», era, não da autoria de Jaime Serra mas... da «redacção do órgão central do PCP». E,

encantada com tal entendimento, substituiu-se mesmo à redacção do «Avante!», e explicou, com aspas e tudo, as «razões» que, segundo ela, levaram a redacção do «Avante!» a elaborar a tal «nota prévia», de facto produzida por Jaime Serra.



Estes são dois exemplos - dois entre os muitos mil - que ilustram a ausência de seriedade com que vários órgãos de comunicação social abordam as questões relacionadas com o PCP. «Lá está o

PCP a atacar a comunicação social» - ecoarão eles. Ao que aqui se lhes responde (bem como a quem mais queira enfiar a carapuça): sabemos que a comunicação social, sendo pertença de quem é, fará sempre do PCP o alvo preferencial dos seus ataques. Mas jamais prescindiremos do direito de criticar essa preferência, o seu conteúdo e os métodos baixos a que recorre.

## O Ferro na Avenida

• Jorge Cordeiro

Registe-se, para enriquecimento do *curriculum* do próprio, que o Secretário-Geral do Partido Socialista marcou presença no 1.º de Maio da CGTP. Ainda que fugaz, porque o espírito do bloco central e o convívio ao som das melodias de Marco Paulo reclamavam-no em Belém, o gesto cai sempre bem e a conjuntura o aconselha.

E mais se lhe acrescenta: tudo isto seis dias apenas depois de ter descido a Avenida da Liberdade no 25 de Abril. O que não deixa de ser obra. Fossem os tempos de governação e as companhias outras seriam, pelo que há que aproveitar o momento. Como que a provar que não há fome que não dê em fartura, desta vez, depois de em anos sucessivos ter sido preciso recorrer à lupa para ver nas imediações da Avenida da Liberdade um qualquer dirigente do PS e de em anos sucessivos se assistir a desmentidos públicos sobre a eventual subscrição do apelo às comemorações, não faltaram nem subscritores nem presença visível. Um sinal de esperança de que, pelo menos enquanto durarem os tempos de oposição, lá estarão.

Mas verdadeiramente significativas são as declarações de Ferro Rodrigues a propósito de tão notório acontecimento. A primeira, desfazendo confusões e tranquilizando outros

interesses, para confirmar que qualquer frente de esquerda de oposição ao Governo «está completamente fora de causa neste momento». Nada que aos mais avisados surpreenda mas que terá pelo menos o mérito de tornar mais difícil, ainda que não impossível como no futuro se verá, aquele exercício tão na moda agora de atribuir ao PCP e à sua orientação as responsabilidades pela não existência de uma acção convergente das forças democráticas à esquerda. A segunda para sentenciar, em versão recorrente, que aproximações com o PCP «só com alterações muito significativas nas questões estratégicas e táticas», o que em linguagem «socialista» significa que entendimentos com o PCP só quando este deixar de ser o que é e passar a ser o que o PS

quer que seja. A terceira para registar o comente enlevo revelado na confissão feita por Ferro Rodrigues de que só desceu a Av. da Liberdade «depois de lhe darem garantia de que não haveria qualquer exclusão na manifestação de alguns dirigentes do PCP». Sabendo que só ao próprio poderá ser pedido que revele quem tão superiormente representava, pela minha parte quero confessar que não só não lhe passei procuração como me sentiria ofendido só de admitir poder ter pensado fazê-lo.



## Os artistas

• Anabela Fino

Há alguns anos, num outro governo PSD, ficou tristemente célebre a frase de Leonor Beleza «quem quer saúde, paga-a». A então ministra da Saúde saiu sem deixar saudades, mas atrás de si ficou uma herança pesada que os portugueses ainda hoje continuam a pagar, sem daí retirarem quaisquer benefícios.

Regressado ao poder, agora com o CDS-PP, nesta alternância disfarçada de alternativa, o PSD arranhou uma nova versão para a máxima da antiga ministra: «quem quer casa, paga-a».

Para que não subsistam dúvidas, importa aqui ressaltar que sempre por cá se pagou a saúde e a habitação, e em contas bem chorudas. Do que estamos a falar é da comparticipação do Estado nessas áreas, ou seja, da parte do bolo dos nossos impostos que sucessivos governos lhes foram atribuindo.

Diz o povo, na sabedoria fruto de muita exploração, que «quem parte e reparte e

não fica com a melhor parte, ou é tolo ou não sabe da arte». É um ditado com que estamos sempre a tropeçar nos tempos que correm.

Temos, pois, no Governo uns artistas que, para sanear as contas públicas, tiram aos pobres para dar aos ricos, o que não sendo novidade é sempre escandaloso. O curioso é que o pretexto invocado para uma medida que vai afectar as famílias mais carenciadas, e em particular os jovens, seja a necessidade de reduzir uma despesa que o próprio PSD se encarregou de engordar. Foi no início dos anos 90, mais coisa menos coisa, quando a demagogia em relação à juventude era o que estava na moda, que o governo da época liberalizou o empréstimo à habitação. Se bem nos lembramos, casas de luxo foram então

compradas em nome de jovens sem um tostão de rendimento, com os pais como fiadores, que assim, à custa do erário público, passaram a dispor de casa de férias, segunda habitação, etc., etc.

Se é verdade que a medida beneficiou também quem efectivamente precisava de ajuda para a compra de casa, não é menos verdade que o peso das contribuições do Estado foi aumentado pela cota parte dos que recorreram ao crédito bonificado subvertendo o que deveria ser o seu espírito: garantir o preceito constitucional do direito de todos a uma habitação condigna.

Esquecido do passado recente, nesta como noutras matérias, eis que o PSD, acolitado agora por um CDS-PP já esquecido das promessas populistas, decide cortar o mal pela raiz. Acabe-se com o crédito e quem quiser casa que a pague. Como diria o Bordalo, que com humor respondeu a tais artistas, na hora de passar a factura lembram-se sempre do zé povinho.



## Frases

“Nunca como ontem ele [Jacques Chirac] teve tão poucas razões para festejar da forma triunfal como gostaria. O homem que grande parte da esquerda elegeu sem ocultar que votava no “escroque” para evitar o perigo do “facho” vive um dilema. Sabia que quanto mais expressiva fosse a sua vitória maior seria o crédito das oposições de esquerda”

(Albano Matos, Diário de Notícias, 06.05.02)

“Esse crédito [das oposições de esquerda em França] já está a pagamento e tem um prazo de liquidação: 16 de Junho, data da segunda volta das legislativas”

(Idem, ibidem)

“Com estas extraordinárias manifestações anti-Le Pen, a sociedade francesa desejou restaurar na urgência a túnica sem mácula da Democracia tal como miticamente a cultiva, mas quis com isso também - os desfiles foram só da esquerda - lembrar que uma esquerda surpreendida nas urnas continuava via e vigilante”

(Eduardo Lourenço, ibidem)

“O que o seu gesto [do líder socialista Lionel Jospin] de só por escrito apenas, e forçado, ter pedido aos seus camaradas socialistas para barrar o caminho de Le Pen (...) quis preservar o ainda possível espaço da esquerda socialista que ele representou durante cinco anos de mortífera coabitação institucional com a direita. Último gesto suicida? Ou último gesto profético em favor de uma esquerda à espera das legislativas para recuperar do desaire que a 21 de Abril a si mesma infligiu?”

(Idem, ibidem)

“Lições de França: o Estado continua a ser a fonte de segurança e a Europa mete medo”

(Luís Salgado Matos, Público, 06.05.02)

“O funcionamento livre do mercado não traz nem a paz nem a riqueza, mas a desordem e o endividamento”

(Eduardo Prado Coelho, ibidem)

“[Não me mantereis em funções] um só instante se o Governo se afastar, por pouco que seja, dos objectivos da revolução e da via do movimento nacional de reformas (...) A nossa sociedade está à beira do caos e, apesar dos descontentamentos, não quero atizar as chamas das tensões”

(Presidente do Irão, Mohammad Khatami, ibidem)

“O espectáculo de descoordenação que [Durão Barroso] deixou os seus ministros darem (com Moraes Sarmento e Portas a dizerem uma coisa e Martins da Cruz o seu contrário) não abona a favor das suas capacidades de liderança”

(José António Lima, Expresso, 04.05.02)

“As instruções dadas ao embaixador em Paris para participar no comício eleitoral de Chirac, contra Le Pen, foram um rematado disparate”

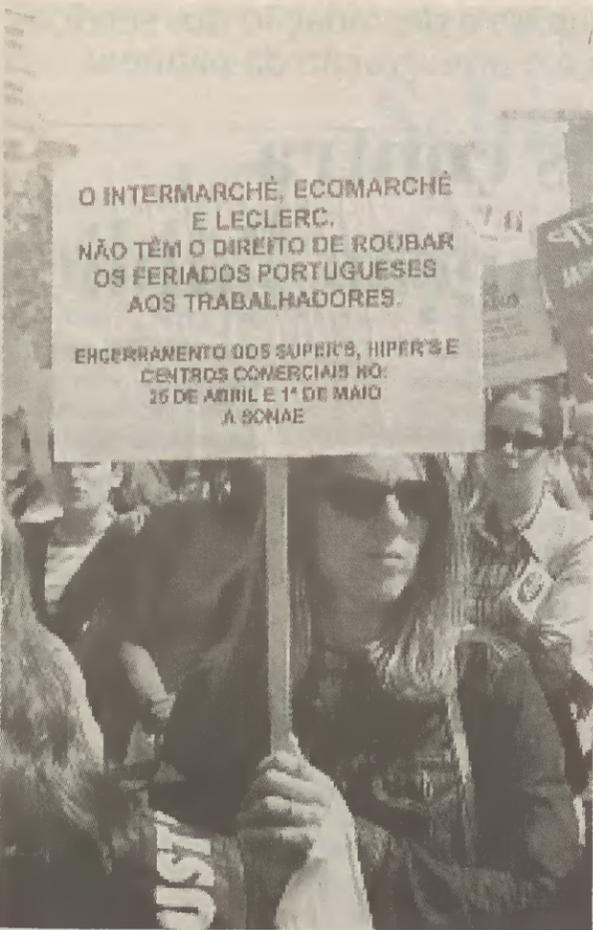
(Idem, ibidem)

“Os gestores estrangeiros, com experiência de Portugal, acham que os gestores de cá “são autocratas e não gostam de trabalhar em equipa”, que não sabem (e não querem) planear; “que têm falta de visão estratégica»; (...) que não se distinguem pela pontualidade (...) Há mais, mas basta isto para nos dar um retrato da “cultura de pobreza” e da sociedade inigualitária em que todos nós, como os gestores, nascemos”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 05.05.02)

“Sobre a falta de pontualidade e o “deixar tudo para a última hora”, hábitos de uma civilização agrária, não vale a pena elaborar. Os nossos gestores chegaram ontem das brenhas. Como, aliás, Portugal inteiro”

(Idem, ibidem)



Apesar dos elevados índices de precariedade, nota-se a influência dos sindicatos no sector da distribuição

Trabalhadores da grande distribuição travaram ataque ao 1.º de Maio

• Gustavo Carneiro texto  
• Jorge Cabral fotos

# Uma vitória dos valores

**E**m entrevista ao Avante!, Manuel Guerreiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços, fala da grande distribuição e dos avanços do movimento sindical no sector.

**A Sonae pretendia abrir as suas lojas no 1.º de Maio, mas depois recuou. Que tipo de acções foram feitas para provocar esse recuo?**

Este problema ganhou dimensão em Março quando começou a ser anunciado pelas grandes cadeias que se preparavam para abrir no 25 de Abril e no 1.º de Maio. Nós nessa altura avançamos com um plano de luta no sector, articulando duas coisas: em primeiro lugar, a negociação do contrato colectivo, relacionando-o com os salários, e em segundo a introdução deste factor. Fez-se toda uma campanha de esclarecimento, de reuniões, de discussão, que culminou numa acção no dia 16 de Abril em frente à sede da Sonae, em Matosinhos.

**Que análise fazes dessa concentração?**

Foi uma boa iniciativa, que ultrapassou as expectativas que nós tínha-

mos em termos de participação. Tratava-se de uma acção de activistas e dirigentes sindicais para confrontar a Sonae, enquanto presidente da associação patronal que está a propor 3 por cento de aumento. E simultaneamente com este problema da abertura ou encerramento no dia 1.º de Maio. A não reacção da Sonae — aliada à persistência de, nas lojas, continuar a preparar os trabalhadores para a abertura — fez-nos intensificar o trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e da opinião pública. E foi isto que levou ao recuo da Sonae.

**Mas outros grupos insistiram na abertura...**

Sim, ficaram no terreno duas ou três cadeias: o *Intermarché* e *Ecomarché*, que tradicionalmente não respeitam nada nem ninguém, e a *Leclerc*, que é uma cadeia pequena em Portugal. Depois há outros grupos mais pequenos que não são falados e que aproveitaram esta corrente para abrir. Do grupo Sonae apenas estiveram abertos os *Bonjour*, que é uma cadeia de pequenos supermercados. Os outros, na generalidade, estiveram encerrados. Face a este resultado, é indiscutível que estamos perante uma enorme vitória dos trabalhadores e, fundamentalmente, uma vitória da afirmação de valores.

**Qual a intenção desses grupos? Teriam lucros assim tão fabulosos por**

**abrir no 1.º de Maio ou há aqui mais alguma coisa?**

Há duas razões que são imediatamente perceptíveis. Uma primeira, comezinha e imediata, é a das vendas. As vendas realizadas ficam feitas, portanto, é dinheiro que entra. Agora, é óbvio que, por trás disto, estão objectivos de outra dimensão, que estão relacionados com a política do Governo, ou melhor, com a política que o patronato quer que o Governo concretize, relativamente à organização dos tempos de trabalho e aos feriados. Eles pretendem a alteração da lei dos feriados, caminhando para o fim destes. Com um Governo de direita, que tem representantes dos grandes grupos económicos, o patronato deve ter sentido ser o momento para avançar com a abertura nos

feriados, a ser coberta depois pela acção do Governo.

**Como sempre acontece...**

Sim, a história mostra que as conquistas dos trabalhadores se fazem, em concreto, nas empresas, nos locais de trabalho e nos sectores, para depois terem consagração mais tarde na lei. O contrário também. A perda dos direitos faz-se primeiro nas empresas, que deixam de os respeitar, e depois os governos alteram as leis, retirando esses direitos.

**Conseguiu-se fazer com que a Sonae recuasse e não abrisse os Modelos e Continentes, mas não os supermercados da cadeia Mosqueteiros. Porquê?**

Aqui há muito mais dificuldade porque estamos a falar de lojas muito mais

pequenas, com poucos trabalhadores, onde existe uma relação muito próxima entre o patrão e os trabalhadores, com uma grande pressão sobre estes. E depois há uma margem de precariedade no trabalho enormíssima, com lojas com 60 por cento de precariedade. Tudo isto dificultou a acção sindical, ainda que houvesse lojas onde a generalidade dos trabalhadores não foi trabalhar. Mas, nestes casos, bastam três ou quatro trabalhadores para que as lojas possam abrir. Por outro lado, mesmo algumas daquelas empresas que, desde a primeira hora, afirmaram que não abririam no 1.º de Maio, estavam, na verdade, na expectativa. E isto é de tal maneira verdade que o grupo Jerónimo Martins, que fez constar desde logo que ia fechar, acabou por abrir duas lojas das mais de duzentas que tem por todo o País.

**Os sindicatos estiveram à porta de muitos dos supermercados que abriram no 1.º de Maio a esclarecer os consumidores. Muita gente afirmou que compreendia as razões da luta, mas, mesmo assim, foi às compras...**

Isso é compreensível. A reacção generalizada que tivemos em todo o País foi de compreensão e de apoio da população e, em alguns casos, foi surpreendentemente activa, com as pessoas a condenarem a abertura das lojas. O nosso objectivo não era tanto que as pessoas não fizessem compras, mas que percebessem que têm na mão o poder de penalizar estas empresas, não indo lá comprar, nem nesse dia nem nos outros...

## Voltar a luta para dentro das empresas

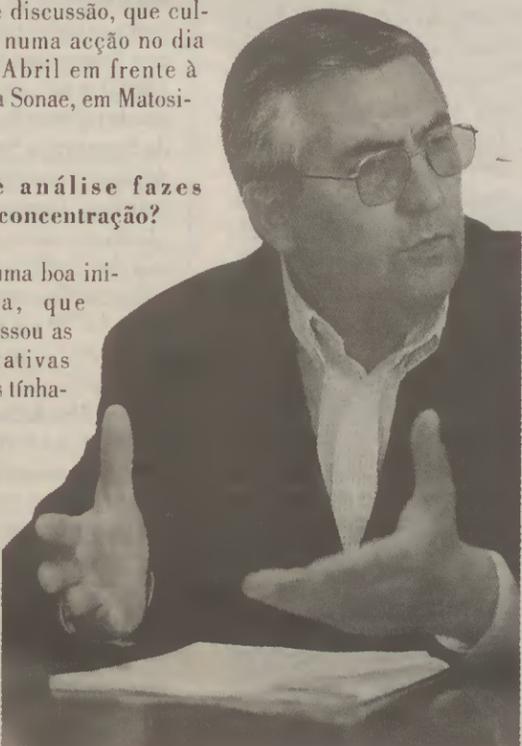
**No início, falaste da reivindicação de aumentos salariais e da contratação colectiva. Em que ponto é que isso está?**

Está em conflito. Nós pusemos as propostas dos trabalhadores em cima da mesa, de aumentos que pelo menos reponham a inflação, a actualização dos subsídios de refeição, a melhoria de um ou outro direito pontual. A última proposta da associação patronal, apresentada na semana passada, previa aumentos de três por cento e uma ou outra contrapartida. Neste momento, estamos nesta situação. Algumas empresas, contudo, têm vindo a avançar com actualizações salariais, embora dentro deste parâmetro que diferencia os sindicatos da associação patronal, algumas muito próximas do limite que os sindicatos propõem. Há, portanto, situações muito diversificadas. Por isso é que

vamos voltar a luta para dentro das empresas, já que é aí que reside o problema, logo é aí que tem de se resolver. Até porque com a associação patronal não vale a pena perder mais tempo, já que esta acaba por servir de escudo à própria política das empresas.

**Com aumentos de 3,3 por cento há uma perda do poder de compra...**

Exacto, porque nós estamos a falar de uma inflação de mais de 4 por cento. Estes grupos tiveram lucros exorbitantes nos últimos anos — mesmo que neste ano tenham sido menores — e, perante uma situação de maior aperto, vêm propor aos trabalhadores uma redução dos salários. Não é sequer contenção, é redução. E isto é inaceitável em grupos como a Sonae, Jerónimo Martins ou *Carrefour*, que é o maior grupo de distribuição do mundo.



Trabalhadores da grande distribuição travaram ataque ao 1º de Maio

## Grande capacidade de intervenção

– Qual a situação laboral nas lojas da grande distribuição? A precariedade é muito elevada?

– Sim, continua muito elevada. Há dois anos fizeram-se diversos estudos e as conclusões revelam que o sector emprega cerca 60 mil pessoas, directa ou indirectamente. Nessa altura, concluiu-se que cerca de 50 por cento dos trabalhadores eram precários, essencialmente contratados a termo certo. E havia uma mobilidade no sector que ultrapassava tudo o que é imaginável, chegando a atingir 80 por cento num ano. Isto revela que os serviços que estas empresas prestam não são qualificados.

– Houve alterações?

– Nestes últimos dois anos a situação alterou-se ligeiramente. Estes estudos deram

suporte a uma grande campanha sindical e, se não houve uma alteração qualitativa radical, houve pelo menos uma alteração significativa. Reduziu-se muito o número de precários e forçou-se a valorização do trabalho. Apesar de ainda não se ter conseguido estabilizar as relações de trabalho no sector, deu-se algum avanço... A luta sindical produziu efeitos muito importantes, com vantagens para os trabalhadores, que passaram de precários para efectivos. E passando para efectivos passam a entrar em carreiras profissionais com progressões sucessivas. Um trabalhador para uma empresa destas pelo nível mais baixo da tabela salarial, com os mais baixos salários e não é promovido, porque é despedido para entrar outro, também pelo nível mais baixo.

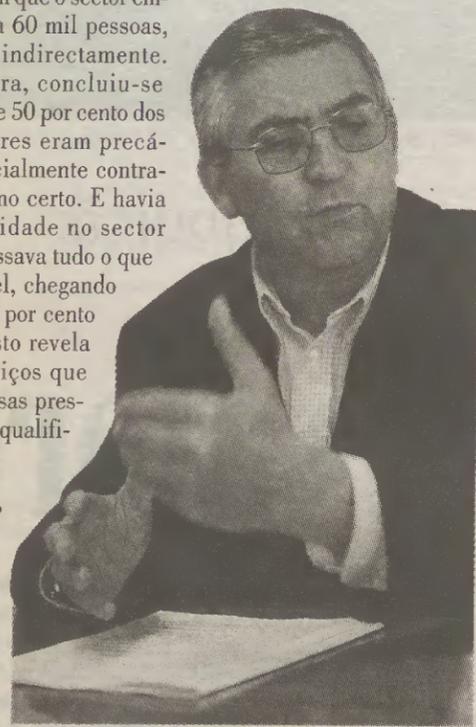
– E as empresas asseguram serviços com pessoas do nível mais baixo?

– Exactamente. As pessoas que servem os clientes são sempre pessoas das pior qualificadas e das pior remuneradas. Ora, alterando os dados do problema, as pessoas começam a estabilizar, começam a ser promovidas, a ter salários mais altos e a profissionalizar-se.

– Como se fazem estas campanhas?

– Apesar de ser um sector baseado em mão-de-obra essencialmente jovem, temos já muita implantação – com mais de 250 delegados e dirigentes sindicais, em grande parte das empresas e das lojas – e, apesar da precarie-

dade, uma grande capacidade de intervenção. E é o facto do sindicato estar permanentemente nos locais de trabalho que permitiu esta capacidade de resposta. Em todos os grupos há comissões sindi-



cais e intersindicais, reuniões regulares com as administrações para discutir os problemas.

– Mas isso é mais difícil nas lojas mais pequenas?

– Claro. Nos hipermercados há um tipo de dificuldade que se prende com a circunstância dos trabalhadores não se encontrarem porque cada um tem um horário. Os horários são individualizados. Depois, são seccionados. E portanto, grande parte dos trabalhadores não se conhece entre si. Mas aí temos a concentração de pessoal, e a estrutura acaba por se adequar a tudo isso. Nas lojas mais pequenas, a principal dificuldade é a proximidade aos responsáveis. Até há uma boa actividade sindical nessas cadeias, mas é feita de fora para dentro.

– É normal existirem pressões sobre a actividade sindical?

– Sim, em algumas cadeias. Ainda há pouco denunciámos uma situação passada no Carrefour de Oeiras, em que o chefe do serviço de pessoal, sempre que lhe chega uma declaração de um trabalhador para que proceda directamente aos descontos para a quota sindical, chama esse trabalhador e tenta convencê-lo a não se sindicalizar, o que é abusivo e ilegal. Nos Intermarché, Ecomarché e Leclerc há mesmo pressão anti-sindical. No Lidl também há a tendência dos responsáveis irem ter com os activistas sindicais para os desincentivar.

Congelamento de vagas contribui para a degradação dos serviços de saúde, educação, segurança e preservação da natureza

## Sindicatos contra disponíveis na Função Pública

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública manifestou a sua «frontal oposição» à intenção de recuperar o quadro de disponíveis, anunciada pela ministra das Finanças, argumentando que esta medida configura uma situação de instabilidade de emprego.

«Se é certo que se justifica a extinção de inúmeros institutos públicos de direito privado criados por anteriores governos – que só serviram para aumentar a despesa pública através da atribuição de elevadas benesses aos seus dirigentes –, não se pode admitir que seja agora posta em causa a estabilidade de emprego de todos aqueles trabalhadores da administração pública que

**Os trabalhadores são penalizados pelas decisões políticas antes tomadas**

foram obrigados a transitar para esses institutos devido à extinção dos organismos a que estavam vinculados», afirma a FNSFP, numa nota à imprensa.

A federação não aceita igualmente o despedimento dos funcionários que foram admitidos ao abrigo do contrato individual de trabalho nos institutos públicos que o Governo pretende agora extinguir.

**Distribuição desequilibrada**

Para a Federação da Função Pública, a existência de efectivos a mais na administração pública é uma falsa questão. «O real problema reside na desequilibrada distribuição dos recursos humanos existentes, em termos geográficos e de carreiras», garante.

«O Governo, tal como outros fizeram anteriormente, opta pela via mais fácil e populista. Opta pela solução que penaliza os trabalhadores da administração pública, quando estes não são responsáveis pelas decisões políticas anteriormente tomadas», considera.

A FNSFP recorda que o fim de novas admissões para os quadros do Estado não é

uma medida inovadora, visto que o recrutamento normal para o sector está congelado há largos anos.

«As admissões registadas nos últimos anos correspondem, na esmagadora maioria dos casos, à regularização dos vínculos laborais de trabalhadores que já exerciam há largos anos funções que correspondiam a necessidades permanentes dos serviços onde laboravam», acrescenta.

Na opinião da federação, a política de congelamento de vagas contribui para a degradação da qualidade dos serviços prestados pela administração pública, nomeadamente em áreas como a saúde, a educação, a segurança e a preservação do ambiente e da natureza.



A situação das OGMA é semelhante à de outras empresas fabris das forças armadas

## Em defesa do emprego

Cerca de 400 trabalhadores das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) concentraram-se no passado dia 30 junto à sede da empresa, em Alverca. Os trabalhadores exigiam o cumprimento da lei de contratação colectiva, a aplicação integral do regulamento de carreiras e o fim imediato da entrega de trabalho a outras empresas, bem como aumentos salariais superiores a três por cento.

A concentração contou

com a presença do secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, e realizou-se no seguimento do pré-aviso de greve de hora e meia emitido conjuntamente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Fabris das Forças Armadas (STEFFA).

Jorge Lopes, dirigente do STEFFA, afirmou à Lusa que a empresa está a passar por grandes dificuldades devido

à má gestão dos últimos anos. Segundo o sindicalista, «há dificuldade em concretizar determinados trabalhos porque não se paga aos fornecedores». Além disso, «20 por cento do trabalho da Força Aérea está a ser entregue a empresas no estrangeiro, o que sai mais caro do que se fosse feito nas OGMA, e foram abandonadas as áreas tradicionais de trabalho destas oficinas, para as quais têm mais meios e conhecimentos».

## Lista Unitária vence na CGD

A Lista A, unitária, venceu as eleições para a Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, realizadas pela primeira vez após a fusão deste com o antigo Banco Nacional Ultramarino.

A Lista A recolheu mais de

4 mil votos enquanto as restantes três listas – duas afectas à Tendência Socialista e uma à Tendência Social-Democrata – alcançaram pouco mais de 700 votos cada uma. Assim, dos onze mandatos a eleger, oito ficaram

entregues à lista unitária e um a cada uma das outras listas concorrentes, o que representa o aumento de um mandato em relação às eleições anteriores. Cerca de 65 por cento dos trabalhadores participaram no acto eleitoral.

## Segurança Social é para manter

A CGTP considerou uma «tontaria absoluta desenvolver, como o Governo se propõe, uma nova Lei de Bases da Segurança Social quando a actual tem poucos meses e é normal em qualquer país que a Segurança Social em termos estruturais não se mexa em períodos inferiores a 12 ou 15 anos». Esta posição foi assumida pelo secretário-geral da Intersindical à saída da reunião efectuada com o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Bagão Félix, realizada no passado dia 30.

Em relação ao planeamento, a CGTP acusou o Governo de estar a ceder ao poder económico e financeiro que quer «deitar a mão às centenas de milhões de contos da Segurança Social e diminuir os encargos dos patrões». Como a posição do executivo é oposta à dos sindicatos, Carvalho da Silva assegurou que a CGTP vai exercer uma forte oposição a estas políticas.

Para além da Segurança Social, a CGTP abordou com o ministro questões como os salários, os acidentes de trabalho e a legislação laboral, sobre os quais deixaram algumas sugestões para que a «actuação do Governo não seja prejudicial aos trabalhadores».

# Aumentou os lucros e recusa aumentar salários Schindler pode pagar mais

Tal como a CGTP tem vindo a anunciar, a luta intensifica-se. Nas indústrias eléctricas, os trabalhadores da Schindler fizeram greve no dia 3 e voltam a parar hoje e amanhã. Na EDP e na REN prossegue a contestação.

Mais de 80 por cento dos trabalhadores da Schindler aderiram à greve convocada para o passado dia 3 para exigir aumentos salariais superiores aos 3,2 por cento impostos pela administração. Os trabalhadores da fabricante suíça de elevadores e escadas rolantes, que se concentraram frente à sede da empresa, protestavam ainda contra a situação de desigualdade profissional e salarial resultante da «atribuição discriminatória de "incentivos" a apenas alguns colaboradores, em função de critérios patronais», afirma o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI).

## Os trabalhadores da Schindler voltam à greve hoje e amanhã

O sindicato lembrou ainda, num comunicado de 2 de Maio, que depois de ter imposto um aumento salarial de 3,2 por cento, insuficientes face à inflação, «a administração distribuiu dezenas de milhar de contos, fora da revisão salarial e em montantes desiguais, a quem quis e como quis, acentuando as situações de desigualdade e injustiça» existentes na empresa entre trabalhadores que realizam o mesmo trabalho. Não tendo existido da parte da administração qualquer resposta, os trabalhadores voltam, hoje e amanhã, à greve.

## Plenário na EDP

A Federação dos Sindicatos das Indústrias (FSTIEP) eléctricas convocou – por solicitação dos delegados sindicais reunidos em assembleias regionais – um plenário nacional de representantes dos trabalhadores para o próximo dia 10 de Maio, à porta da FIL, em Lisboa, onde se realizará a Assembleia Geral de Accionistas da EDP.

As administrações destas empresas, na opinião da federação sindical e das assembleias de delegados, «não têm mostrado qualquer sinal evidente de abertura, quer ao diálogo quer à continuação do processo de negociação salarial para 2002,

A concentração do passado dia 18 na EDP não produziu qualquer resposta. A luta continua

conforme exigia a moção aprovada pelas muitas centenas de trabalhadores na concentração nacional do passado dia 18 de Abril».

Face a esta atitude fechada, a FSTIEP reafirma mais uma vez a sua abertura ao diálogo e disponibilidade para prosseguir com as negociações e exige uma alteração do comportamento das administrações.

A evolução e endurecimento da luta é, portanto, da responsabilidade das administrações, que se recusam a ouvir os trabalhadores os quais reclamam a continuação do processo de revisão salarial e a prestação de um serviço público de qualidade, bem como contestam o encerramento de instalações e os consequentes prejuízos para os trabalhadores e consumidores.



## Aveiro Valorizar o trabalho

Sob o lema «Defender e Exercer os Direitos, Valorizar o Trabalho», milhares de trabalhadores participaram nas comemorações do 1.º de Maio, em Aveiro, correspondendo de forma significativa ao apelo da União dos Sindicatos de Aveiro da CGTP-IN.

Tal como estava previsto, as comemorações iniciaram-se pelas 9h30, com a prova de atletismo «Corrida 1º de Maio», que contou com cerca de duas centenas de atletas. Pelas 15h30, trabalhadores vindos de todo o distrito concentram-se no Largo da Estação, onde se deu início à manifestação até ao Largo do Rossio, palco do comício-festa.

No comício interveio Júlio Balreira, em nome do

Conselho Nacional da CGTP, que «saudou a participação de milhares de trabalhadores que comemoram hoje em Aveiro o Dia Internacional do Trabalhador, com alegria e confraternização solidária mas também com a consciência que o 1.º de Maio é um dia de luta que em cada ano se renova».

Na sua intervenção, o dirigente denunciou os propósitos do Governo de «forçar os trabalhadores da administração pública e do sector privado a aceitar pacificamente a eliminação de direitos, a contenção salarial e outros sacrifícios».

«Apesar do panorama conjunturalmente adverso, os trabalhadores têm fortes

razões para ter confiança no futuro como o demonstram as lutas dos trabalhadores dos estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, da energia, material eléctrico, da metalurgia, do sector das pescas e em tantos outros, pela unidade e combatividade demonstrada e resultados obtidos», afirmou Júlio Balreira.

Por fim, apelou «à disponibilidade, unidade e solidariedade entre todos os trabalhadores portugueses para o prosseguimento da luta em defesa das reivindicações da CGTP-IN».

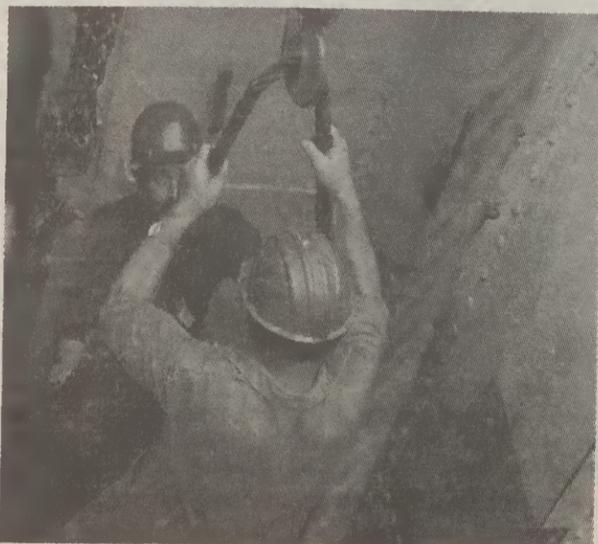
Após o comício, e num ambiente de alegria e confraternização, deu-se início à parte cultural com a participação de vários agrupamentos musicais.

## Arsenal sem actualizações

Os trabalhadores do Arsenal do Alfeite realizaram anteontem uma greve de uma hora, seguida de concentração junto ao portão da base. Os trabalhadores contestam o que consideram ser uma tentativa de congelamento de salários, pois a Marinha, que já pagou a todo o seu pessoal, militar e civil, invoca falta de dinheiro «para processar os vencimentos com a respectiva actualização imposta, pelo Governo, aos trabalhadores da Administração Pública».

A Comissão de Trabalhadores lembra que o facto de os trabalhadores dos estaleiros serem os únicos a não ter recebido só aumenta o clima de incerteza que se vive, há muito, na empresa.

Esta concentração foi marcada no plenário realizado no passado dia 30, no qual os trabalhadores alertaram para a «inaceitável» tentativa de congelamento de actualização salarial «que a Marinha e o Governo tentam impor aos trabalhadores do Arsenal» após terem informado administração e sindicato que o valor da actualização seria de 2,75 por cento.



A CT denunciou a completa ausência de investimento no estaleiro, «assistindo-se ao definhamento do único estaleiro de construção e reparação naval militar, em Portugal» e lembrou que «apesar das constantes propostas de reestruturação do Arsenal, apresentadas pelos órgãos representativos dos trabalhadores, o Governo e a Marinha mantêm uma total ausência de estratégia, fazendo aplicar medidas avulsas que só têm criado instabilidade com retirada de direitos adquiridos».

## Leiria

## A maior «manif» dos últimos anos

Mais de dois mil trabalhadores participaram nas comemorações do 1.º de Maio em Leiria, organizadas pela União dos Sindicatos de Leiria/CGTP. A jornada começou com um megapiquenique no centro da cidade do Lis, onde as sardinhas e as febras foram um bom pretexto para estabelecer e reafirmar laços de solidariedade e camaradagem, bem como para comentar a situação político-laboral do momento e as perspectivas de evolução.

A manifestação - que começou às 15.30 horas junto ao Teatro José Lúcio da Silva e percorreu as principais artérias do centro de Leiria - foi conside-

rada a maior dos últimos anos.

Como traços significativos desta grande jornada há que destacar a participação de muitos jovens trabalhadores e a confiança e disposição para a luta patenteada pelos manifestantes. A ofensiva conservadora do Governo da direita e do capital não ficará sem resposta.

No jardim Luís de Camões, no espaço contíguo à concentração-comício, estava uma exposição, muito vista e comentada, sobre os trabalhadores da administração pública.

Na comício efectuado após a manifestação, usaram da palavra um representante da

Interjovem, o Coordenador da União dos Sindicatos de Leiria, José Fernando, e a dirigente nacional da CGTP, Fátima Messias.

José Fernando abordou, entre outros, a grave situação vivida pelos trabalhadores vidreiros da Mandata e da Mortensen, na Marinha Grande, e a situação em que se encontra o sector cerâmico, designadamente os salários em atraso, o despedimento de muitos trabalhadores e a falência de várias empresas no distrito.

As comemorações terminaram em convívio com a actuação do Rancho Folclórico da Mata de Milagres, de Leiria, e da cantora Deolinda Bernardo.

Encontro Regional de Quadros comunistas, em Serpa, decide «cerrar fileiras» contra a política de direita

# O Alentejo precisa de um PCP mais forte

Cerca de 300 comunistas alentejanos reuniram-se no domingo, em Serpa, no 10.º Encontro Regional de Quadros, que aprovou uma resolução política, o calendário de iniciativas para 2002 e o primeiro trimestre de 2003, um conjunto de medidas para o reforço do PCP na região e uma moção de solidariedade com o povo da Palestina.

Participou nos trabalhos o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, que fez uma intervenção em que teceu fortes críticas à política do Governo da direita e abordou o debate preparatório da Conferência Nacional do PCP (ver em separado).

O 10.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo, realizado no domingo, em Serpa, com a participação de três centenas de responsáveis dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e do Litoral, aprovou uma resolução política em que exorta os trabalhadores alentejanos a «cerrar fileiras» em torno dos seus sindicatos e afirma a determinação dos comunistas em desenvolver todos os esforços no sentido de prosseguir a luta contra a política de direita, «pela melhoria

das condições de vida das populações e pela congregação de forças que permitam derrotar os propósitos do Governo PSD/PP e rasgar horizontes a uma nova política, uma política de esquerda».

Face à anunciada ofensiva contra o sistema político - alteração das leis eleitorais, redução do número de deputados e ingerência na vida interna dos partidos políticos -, os comunistas alentejanos manifestaram a sua disponibilidade para desenvolver, em conjunto com outras forças democráticas, as iniciativas políticas apropriadas.

Em relação à sua região, os comunistas alentejanos consideram «particularmente grave e preocupante» que o Governo nada tenha avançado, até agora, sobre o futuro dos projectos estrutu-

rantes, designadamente o empreendimento de Alqueva, a utilização da Base Aérea de Beja para fins civis, o IP 8 e outras acessibilidades, equipamentos de saúde como o novo Hospital Regional de Évora, a 2.ª fase do Hospital de Beja e o novo Hospital de Santiago do Cacém com a indispensável maternidade.

Os comunistas alentejanos consideram da maior importância que os diferentes agentes económicos, sociais, culturais e políticos da região compreendam a necessidade da «convergência de esforços para reclamar as medidas que o Alentejo há muito necessita» e reafirmaram a sua disponibilidade para participar «nas iniciativas adequadas à defesa dos interesses da nossa região e de todos os que nela trabalham e vivem».

## Solidariedade com a Palestina

O 10.º Encontro de Quadros - que decorreu sob o lema «Mais organização/Melhor intervenção» - decidiu realizar a 2.ª



Encontro de Quadros exorta trabalhadores a «cerrar fileiras» em torno dos seus sindicatos

Assembleia da Organização Regional do Alentejo a 9 de Março do próximo ano e aprovou o calendário de iniciativas até lá, bem como um conjunto de medidas e orientações tendo como objectivo principal «o reforço político, social, eleitoral e orgânico do Partido na região, pois o Alentejo precisa mais do que nunca de contar com um PCP mais forte, melhor

organizado e mais interveniente».

Preocupados com os problemas do País, da região e do Partido, os comunistas alentejanos não deixaram, também, de manifestar solidariedade ao povo da Palestina e ao presidente Yasser Arafat, aprovando por unanimidade uma moção em que apoiam a sua justa luta contra a ocupação dos territórios palestinos pelo exér-

cito israelita e pela construção do seu próprio Estado livre e independente. O documento apela ao povo alentejano para que prossiga as acções de solidariedade com o povo palestino, pela exigência da retirada imediata do exército de Israel dos territórios ocupados, pelo respeito das resoluções das Nações Unidas e pela criação do Estado da Palestina.

# O Governo vai deixando cair a máscara

— excertos da intervenção de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP

O Governo da direita embora ainda com vários disfarces e com palavras de veludo vai mostrando ao serviço de quem está a sua política.

Agora aumenta o IVA, e não em 1 mas em 2 pontos percentuais. O IVA é um imposto cego e injusto, que taxa da mesma maneira o multimilionário como o que ganha o salário mínimo e vai ter também efeitos negativos no crescimento, na competitividade da economia e nas exportações e desde logo face à Espanha. Depois da demagogia da campanha eleitoral temos agora a realidade política do Governo de direita.

Em vez do aumento das reformas e pensões tal como prometeu e designadamente das mais degradadas, o Governo prepara-se para entregar às seguradoras privadas as partes mais rentáveis da Segurança Social.

O que o PSD e o PP pretendem é que os altos salários não descontem para a segurança social, isto é, que não tenham a obrigatoriedade de contribuir para o sistema público e que os milhões acumulados pelos descontos dos trabalhadores sejam transferidos da segurança social para o mercado de capitais. É um grande negócio e uma grande negociata.

Estamos a falar de muitos milhões de contos, cerca de 715 milhões, que há muito despertam a gula das Seguradoras e da Banca, interessados em captar e gerir este capital.

Quanto ao tecto contributivo, o tal plafonamento a partir do qual (6,7 ordenados mínimos) os altos salários deixariam de contribuir para a Segurança Social, estima-se que esta medida levaria a uma quebra de receitas da ordem dos 55 milhões de contos!...

São cinquenta e cinco milhões que passarão para os cofres privados das seguradoras. Temos que dar combate a esta negociata e exigir, sim, o aumento significativo das pensões mais degradadas bem como a aproximação ao salário mínimo líquido dos regimes contributivos, tal como está consignado na Lei de Bases em vigor.

## O dito por não dito

(...) Temos também que exigir que o Governo tome medidas em relação ao encerramento de diversas empresas e nomeadamente, em relação a várias empresas de confecções que estão a declarar falência para se deslocalizarem para outros mercados.

São empresas que receberam apoios, que tiveram benefícios fiscais e subsídios de diversa ordem e que agora querem abandonar o País em busca de maiores lucros, sobrando para o Estado e para o sistema de Segurança Social os encargos económicos e sociais resultantes das suas decisões.

Recordamos aqui, exigindo coerência ao PSD e ao PP, que, por proposta do PCP, a Assembleia da República aprovou na anterior legislatura uma resolução com os votos a favor daqueles partidos, com vista a alterar a legislação sobre indemnizações por despedimentos, aumentando os valores a pagar aos trabalhadores que perdem o seu emprego em resultado dos processos de deslocalização; aumentando o período com direito ao subsídio de desemprego; defendendo um programa público de apoio às autarquias vítimas de prejuízos decorrentes da deslocalização e a exigência de que essas empresas reembolsem as ajudas públicas outorgadas.

É uma vergonha se o PSD e o PP e o seu Governo também nesta matéria dão o dito pelo não dito e se continuam como Pilatos, a lavar as mãos perante as sucessivas deslocalizações e encerramento de empresas deixando os trabalhadores e as suas famílias numa situação dramática, como é o caso da ERES no Fundão.

## Ascenso da extrema-direita

(...) Aqueles que ainda recentemente fizeram das eleições

# O debate convoca todos os comunistas

(...) Decorre em todo o Partido a preparação da Conferência Nacional. As opiniões diferenciadas, o contraditório, as respostas e caminhos para uma maior afirmação do Partido, a análise dos factores que contribuam para os maus resultados eleitorais, o melhor conhecimento da realidade onde actuamos, as preocupações com debilidades partidárias e o combate à ofensiva do Governo de direita, têm estado na ordem do dia de um debate que se quer sereno, aprofundado e com respeito mútuo.

(...) O debate convoca todos os comunistas que, como temos apelado, têm não só o direito mas o dever de participarem com a sua opinião, com a sua crítica e a sua proposta, que têm o

dever de não se auto-excluir (e designadamente os que tanto reclamaram o debate) e o direito de no Partido ganharem os militantes para as suas teses.

(...) Os trabalhadores, o povo e o país não precisam menos, precisam sim cada vez mais de um partido comunista que, atento aos novos desafios do tempo em que vivemos, ocupe hoje e amanhã com renovada confiança e determinação o seu destacado lugar na primeira linha de luta contra a injustiça, a exploração e a opressão, de um partido comunista digno do seu nome, da sua história, dos seus ideais e do seu projecto humanista de transformação social, o Partido Comunista Português.

legislativas eleições para Primeiro-Ministro, que promovem e defendem políticas de concentração de riqueza, que praticaram o clientelismo e a política-espectáculo e que estão agora a meter na gaveta as promessas que andaram a fazer, voltaram de novo com a «reforma do sistema político», para dar combate ao desprestígio da política. O sistema político pode ser aperfeiçoado e há mudanças que podem e devem ser responsabilmente debatidas. Mas não deixa de ser curioso que aqueles que se dizem preocupados com a abstenção, com o desinteresses pela participação cívica e política sejam os que mais têm contribuído para desprestigiar e desacreditar a vida política.

Prestigia-se a vida política com a introdução dos círculos uninominais favorecendo os casos tipo queijo limiano e o caciquismo de círculo, ou diminuindo o número de deputados para estabelecer o bipartidarismo e a redução de escolhas políticas dos largos milhares de cidadãos que não se reconhecem no PSD ou no PS?

É caso para lembrar a França e os fenómenos da abstenção e do ascenso da extrema-direita, em que também se fala muito do fracasso do sistema político que como se sabe se baseia precisamente em círculos uninominais (...).

No jogo dos espelhos da reforma do sistema político o que está no centro das preocupações do PS e do PSD é a sua hegemonia, a redução da vida política e das escolhas aos dois partidos e assegurar o rotativismo entre si, de modo que mudem as

siglas e as caras permanecendo o que é essencial e mais estruturante à custa dos trabalhadores e dos interesses populares.

É bom que se medite no ascenso da extrema-direita xenófoba, racista e fascizante em França, na Áustria, na Bélgica, na Holanda e na Dinamarca.

(...) É bom que se atente que todos os expoentes da extrema-direita são hábeis demagogos, que falam em nome dos mais fracos, dos desempregados, jogando com as frustrações, os desencantos e os medos, tocando a tecla da insegurança e do nacionalismo e que não raras vezes têm sido promovidos por partidos no poder e pela comunicação social que lhes é afectada para dividir o campo adversário. Sopraram-lhes nas asas e agora lamentam-se porque eles voam...

## SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS 4.ª Assembleia de Organização

Realizou-se, no passado dia 27 de Abril a 4.ª Assembleia de Organização de Santo António dos Cavaleiros.

Com a participação de mais de 30 camaradas, esta iniciativa de debate e reflexão sobre o trabalho dos comunistas na freguesia, foi o culminar de uma discussão que irá permitir, com as orientações traçadas e a nova Comissão de Freguesia eleita, melhorar a intervenção do PCP.

A Assembleia permitiu, ainda, prosseguir e aprofundar a discussão sobre a situação política em geral e a intervenção do Partido, tendo contado com o contributo de Fernanda Mateus, membro da Comissão Política.

### COVÕES

## Hospital degrada-se

A cozinha do Hospital de Covões encerrou durante dois dias, depois de uma fiscalização ter detectado «anomalias no espaço». Porém, não é só a cozinha que precisa de restauro, diz a célula do PCP, referindo deficiências como falta de higiene, equipamento obsoleto e instalações degradadas que, para além da insuficiência de meios humanos, caracterizam o hospital e são, há já dez anos denunciadas pelo PCP. O serviço de Neurologia foi mesmo, há dois anos, motivo de uma intervenção de deputados do PCP na Assembleia da República.

Aliás, a falta de condições afecta inúmeros serviços do Hospital, impondo um conjunto de obras de manutenção e funcionalidade, para que a prestação de cuidados de saúde não se degrade mais. Na opinião dos comunistas, é também urgente a aprovação do plano director do novo Hospital de Covões, a construir em terrenos anexos ao actual.

### AÇORES

## Feira Açores em risco

Os açorianos desconhecem, até à data, se a Feira Açores se realiza ou não este ano, omissão que, levou o deputado do PCP/Açores, José Decq Mota, a dirigir um requerimento ao Governo Regional, no sentido de saber se

Atendendo a que a Feira deveria, este ano, realizar-se no Faial, na zona de exposições onde estão alojados os sinistrados - questão que poderia ter sido «atempadamente resolvida» -, aquele deputado pensa que as «verdadeiras causas» para a sua não realização «se prendem com outros factores, nomeadamente de natureza conceptual e/ou financeira».

Dada a importância económica da Feira Açores, o PCP pretende saber se esta realiza ou não e, em caso de não se realizar, quando foi tomada a decisão. Mais, se o Governo «está consciente» de que o seu cancelamento significa, em especial para aquela área do Arquipélago, «uma grave ausência na articulação entre a sociedade e a produção em geral e entre as actividades comerciais e as actividades produtivas, especialmente no sector agrícola».

### BAIÃO

## Contra guerrilhas políticas

A Comissão Concelhia de Baião do PCP defende que a sede da Junta de Freguesia de Santa Margarida do Zêzere seja construída de raiz, embora aceite a opção que vier a ser tomada pelos zezereenses. Posição diferente tem o PS que, na última Assembleia Municipal propôs a compra da antiga Pensão Romana para instalação da Junta.

Finalmente o PS acordou «do sono profundo em que dormia», congratulam-se os comunistas, lembrando a rejeição por aquele partido da proposta do Grupo Parlamentar do PCP de inclusão no PIDDAC 2002 de uma verba de 15 mil contos que previa a construção daquela sede.

Em comunicado à população, a Concelhia de Baião do PCP considera mesmo que a falta de uma sede de Junta na Vila é «uma vergonha para o poder político que tem gerido a Freguesia e a Câmara Municipal de Baião». Daí que apele a esse poder político para que ponha de lado «as guerrilhas políticas» e «os interesses mesquinhos e pessoais» e aprove todas as propostas válidas que surgirem, «venham elas de onde vierem». já que é o desenvolvimento do concelho que está em causa.

# Um partido diferente

**O** PCP é e quer continuar a ser um Partido diferente. Diferente porque diferentes são a sua natureza, os interesses de classe que organiza, o seu projecto de sociedade.

Uma diferença que é razão própria à sua existência, elemento essencial dos objectivos de transformação social que prossegue e por isso mesmo indispensável a que seja conscientemente assumida. Um Partido que nestes tempos de imposição de um pensamento único se recusa a nivelar por padrões dominantes, se atreve a ir contra a corrente, se não rende a integrar na sua vida partidária métodos e esquemas de funcionamento tidos como modelo universal pelos partidos do sistema.

Um Partido com insuficiências e dificuldades como se reconhece. Mas insuficiências e dificuldades justamente inerentes às características da sua forma de organização. Justamente porque a força e a influência deste Partido

estruturam, de ligação ao conjunto dos militantes, de elevação da militância, do nível de quotização, de dinamização da iniciativa das nossas organizações e da sua ligação e intervenção aos problemas e ao meio onde actuam, não constituiriam qualquer razão de preocupação ou de assinalada insuficiência.

Um Partido com princípios e regras de funcionamento que, sem prejuízo de aperfeiçoamentos, apresenta uma vida democrática e um nível de participação dos seus membros que não teme comparação com a de qualquer outro. Não apenas pela vida colectiva que o caracteriza mas também porque o respeito e valor dado à acção individual de cada um dos seus membros é assumido a partir da sua contribuição concreta,

generosidade e militância e não de critérios de notoriedade ou projecção.

Um Partido que não tem para oferecer, a exemplo de outros, um palco destinado à afirmação de projectos individuais e percursos pessoais de poder, mas que se constitui

como um espaço para cada um dos seus membros unir a outros a sua opinião, o seu trabalho, a sua contribuição e experiência, num projecto comum e colecti-

vo de luta pela construção de uma sociedade diferente e mais justa. Um Partido que atribui valor idêntico à opinião de cada um, capaz de sintetizar e dar valor acrescido à soma das opiniões de milhares de militantes com experiências e percursos tão diferentes quantos o constituem, que constrói a sua orientação pela contribuição e intervenção dos membros do Partido na vida regular e diária das suas organizações.

Um partido que se recusa a assentar a sua vida democrática na desigual valorização de opiniões, em que a uns seria dada a prerrogativa de impor a todos os outros as suas ideias e propostas só porque as mesmas, justamente porque contrárias ao Partido e à vontade da maioria dos militantes, encontram na comunicação social o natural acolhimento que a todos os outros é negado.

### Convictos na luta

Um Partido em que cada um dos seus membros sabe que, pela experiência feita de anos, a mais leve e assumida posição que possa questionar o partido, a sua orientação e natureza de classe transformará o mais empedernido «ortodoxo» de ontem no mais arejado «renovador», o mais chato e maçador orador de ontem no mais brilhante tribuno de hoje, o mais cinzento dirigente comunista na mais cintilante personalidade, o autor de textos antes referenciados como do tempo da pedra lascada em colunista privilegiado mesmo que agora para repetir, sem que o conceito de cassete se aplique, vezes sem fim as mesmas coisas. E que, em contrapartida, os que pretendam fazer a defesa e afirmação coerente das posições e da orientação do Partido encontrarão na comunicação social um muro de silêncio ou de deturpação.

Um Partido onde os que exercendo cargos públicos e institucionais sabem ser seu dever assumi-los não como factor de exposição pessoal mas como uma tarefa e um espaço de intervenção, de natureza própria e exigências específicas sem dúvida, mas nem mais nem menos importante que as muitas outras tarefas a que milhares de camaradas seus - que contribuíram para a sua eleição - se dedicam.

Um Partido em que se está, sabendo que, por diante, o que nos continua a esperar são dias difíceis de luta a travar num quadro de desproporção de meios, em que os que se nos opõem continuam a não tolerar que este Partido, o PCP, se afirme comunista e convicto de que é da sua luta, acção, organização e projecto transformador que se criam condições para a construção de uma sociedade mais justa. Por mais distante que no momento ela possa estar, por mais que alguns teimem em desistir, em trocar o que hoje os apele e os impele pelo que o amanhã exigiria de acção persistente e sem resultado aparente à mão.

Um Partido que tem nessa diferença a força da sua acção, a razão dos objectivos por que luta, o elemento capaz de manter unidos e empenhados milhares de comunistas na causa a que aderiram e têm o direito de seguir acreditando. Não atrás dos «amanhãs que cantam» porque é na luta de hoje e de cada dia que este Partido está. Mas seguramente recusando trocar esse quotidiano de luta pelo «já amanhã» que a alguns aparentemente encanta e recusando deixar de ver para além deste «hoje» que para sempre nos querem impor.



**Jorge Cordeiro**  
Membro da Comissão Política

## //PCP, um partido que se recusa a nivelar por padrões dominantes//

radicam na sua organização enquanto elemento decisivo e essencial da sua ligação às massas e de acção política. Assim não fosse e os problemas de



## Portugal de Abril abraça Cuba socialista

Um destacamento do Portugal de Abril atravessou o Atlântico nas jornadas de Maio rumo à Cuba socialista.

Eram duas centenas, quase todos comunistas, e desembarcaram carregados de solidariedade nos corações e nas bagagens.

Foi uma iniciativa da DORL do PCP inédita no seu género.

A grande caravana incluía gente de todo o país, desde veteranos das lutas nos cinturões industriais de Lisboa e do Porto e alentejanos que viveram as grandes jornadas de defesa da Reforma Agrária, a jovens do Norte nascidos após o 25 de Abril. A maioria vinha a Cuba pela primeira vez, o que contribuiu para que a visita tenha transcorrido, desde o desembarque, numa atmosfera pouco comum. Para quem chega da Europa capitalista, golpeada e robotizada pelos mecanismos da globalização neoliberal, o descobrimento de uma sociedade como a cubana provoca uma torrente de emoções muito complexas. Não porque Cuba seja o paraíso que alguns idealizavam romanticamente. Bloqueada há mais de quatro décadas, a Ilha, para sobreviver na fidelidade ao projecto da revolução, foi forçada a opções dramáticas que a impediram de realizar o modelo de sociedade socialista sonhado após a vitória pela grande geração de Moncada e da Sierra. Cuba não pôde evitar a sua integração parcial num sistema económico mundial hegemónico pelos EUA, o gigante imperial que proclama o seu objectivo de destruir a obra da Revolução. Daí contradições que fazem hoje da Ilha um fascinante laboratório ideológico.

Situações como a existência de um sistema bi-monetário que permite a livre circulação do dólar em hotéis, restaurantes ou lojas que vendem mercadorias em divisas não produziram em Cuba os efeitos que Washington esperava.

A caravana portuguesa, por onde passou, foi confrontada com um panorama social inimaginável na Europa actual. Num país onde o Produto Nacional Bruto é (por herança do passado colonial e capitalista e efeitos do mais longo bloqueio da história) muito inferior ao de nações como Portugal e a Grécia, a saúde e o ensino são inteiramente gratuitos, um em cada onze adultos tem um diploma universitário, a criminalidade apresenta uma das taxas mais baixas do mundo, a droga é um flagelo desconhecido e o número de infectados com o vírus da Sida é dez vezes inferior à média da América Latina.

O que faria este povo se o deixassem viver e trabalhar em paz? - foi uma pergunta que ouvi a muitos dos comunistas da delegação portuguesa.

Não sendo turistas comuns, eles souberam captar que a conquista maior da Revolução cubana é a sociedade humanizada que ela tornou possível, de mulheres e homens diferentes.

Há quase uma década que organizações do Partido Comunista Português desenvolvem acções de solidariedade com a Casa da Cultura e a Policlínica do bairro do Reparto Electrico de Arroyo Naranjo, um município da grande Havana com 200 000 habitantes. Esses contactos começaram quando Abel Prieto, o actual ministro da Cultura era presidente da União dos Escritores e Artistas de Cuba e ampliaram-se ultimamente.

A delegação dos 200 foi naturalmente envolvida pelo afecto e pelo carinho do Governo de Arroyo Naranjo e dos amigos do Reparto Electrico.

A Casa da Cultura promoveu uma festa em sua homenagem. Magdalena, a directora, agradeceu comovida aos comunistas portugueses - não faltou uma referencia à grandeza da intervenção na história de Álvaro Cunhal - uma solidariedade com raízes sólidas que lhes trazia do outro lado do oceano coisas tão úteis como as vindas nas caixas cheias de material escolar e medicamentos. Médicos e funcionários do Policlínico compareceram também para confraternizar com os camaradas portugueses. No espectáculo houve dança, canto, música. Foi uma festa muito simples e bela, marcada pela atmosfera do humanismo cubano.

• MUR

Comunistas de Setúbal alertam para aumento da taxa de desemprego no distrito

## Situação social agrava-se

«Promessas eleitorais para sacar votos, actos governamentais para servir os grandes interesses económicos e financeiros», acusa a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, em nota à comunicação social.

Considerando, após análise à situação social e laboral da Península de Setúbal, que o Governo PSD e CDS/PP está a dramatizar a situação das finanças públicas para justificar medidas políticas socialmente injustas, a DORS alerta os trabalhadores para «o edifício que está a ser construído na área social e laboral», assente «na expectativa

antiga do grande patronato português». De facto, as propostas de «maior adaptabilidade e flexibilidade da organização do trabalho» que anuncia mais não são, em sua opinião, do que «mais facilidade nos despedimentos», «maior flexibilidade nos horários de trabalho» e «agravamento do trabalho precário». Por outro lado, a linha privatizadora da Segurança Social

representa um ataque aos «direitos em formação» dos jovens trabalhadores e «põe em risco a sustentabilidade do sistema», ou seja, o pagamento de reformas.

No distrito de Setúbal, onde a taxa de desemprego é o dobro da verificada a nível nacional, a situação tende a agravar-se com a destruição do aparelho produtivo e consequente ameaça aos postos de trabalho, designadamente nas empresas Vestus, Melka, ATIB, Arsenal

do Alfeite e Fristads que, no seu conjunto, totalizam cerca de 2 mil trabalhadores.

Por fim, a DORS alerta para o previsível aumento da instabilidade e desvalorização do trabalho e garante que a política do Governo vai encontrar pela frente «a séria oposição e luta dos trabalhadores», tal como já se verifica no comércio, na EDP, na Transtejo, nos TST, na ADP ou na Parmalat.

**Governo quer facilitar os despedimentos, agravar o trabalho precário e flexibilizar os horários de trabalho**

Coimbra

## Um debate livre e frontal

Por iniciativa do Organismo de Direcção do Sector Intelectual e da Comissão Concelhia de Coimbra, realizou-se no passado dia 3 de Maio, com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, uma reunião plenária destas organizações do Partido, com o

objectivo de iniciar o debate preparatório da Conferência Nacional.

A mesa que presidiu ao debate - realizado no Anfiteatro do Instituto Português da Juventude -, integrava, para além de Carlos Carvalhas, Armindo Miranda, da Comissão Política, Jorge Gouveia

Monteiro, do CC e da DORC, Carlos Ferreira, da Comissão Concelhia de Coimbra, e José Gabriel, da DORC e do Sector Intelectual.

A reunião contou com a presença de 150 camaradas, 30 dos quais entrevistaram, e pelas questões muitas diversificadas que abordou, cons-

tuiu, de facto, um espaço de debate muito importante na preparação da nossa Conferência Nacional. Foi uma demonstração clara de que, dentro do Partido, é possível o debate livre, democrático, com frontalidade e lealdade e por isso, profundamente saudável.

## Santana intempestivo

Os comportamentos do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na sessão de 30 de Abril da Assembleia Municipal, quando se discutia documentos de importância fundamental para a gestão do ano em curso, foram «democrática e institucionalmente inaceitáveis», acusa, em nota pública de protesto, o Grupo do PCP.

De facto, face à intervenção construtiva, ainda que discordante em muitos aspectos dos documentos em análise, de um deputado municipal do PCP, Santana Lopes teve «uma reacção intempestiva, desbragada, ameaçadora e insolente», que «não se revelou à altura das suas responsabilidades e do respeito

devido à Assembleia Municipal».

Apesar, contudo, deste comportamento e de não terem obtido resposta às «múltiplas questões» colocadas, decorrentes dos documentos e das suas intervenções do vice-presidente e o presidente da Câmara, os deputados comunistas, em nome dos

interesses dos municípios», viabilizaram a aprovação aqueles documentos. Esperam, entretanto, que, no futuro, o presidente da Câmara «se comporte dentro das regras da boa educação e respeito» devidas à relação entre os dois órgãos, evitando «a degradação do ambiente das sessões da Assembleia Municipal».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Dinorah de Carvalho

Faleceu, no passado dia 3 de Maio, a camarada Dinorah Dantas Soares Tristão de Carvalho e Silva, de 80 anos de idade, documentalista reformada do LNETI.

Antifascista de longa data, deu até ao 25 de Abril um importante apoio ao trabalho clandestino do Partido.

Logo após o 25 de Abril integrou o colectivo do «Avante!», tendo procedido à organização do seu arquivo, que manteve exemplarmente organizado. Durante muitos anos acumulou esta tarefa com a sua vida profissional, desempenhando-a, ao longo destes anos e até que a sua saúde o permitiu, com uma dedicação incedível.

A seu filho, Rúben de Carvalho, o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

#### Bento Maria Gomes

Faleceu em Pias, concelho de Serpa, de onde era natural, o camarada Bento Maria Gomes, de 70 anos. Estava organizado na Freguesia da Baixa da Banheira, concelho da Moita.

#### César Pinto de Melo

Faleceu recentemente em Portimão, vítima de doença prolongada, o camarada César Pinto de Melo, de 75 anos. Natural de Castelo Branco, residia há mais de 30 anos em Portimão,



onde desempenhou funções de gerente da delegação da Companhia de Seguros «Fidelidade». Activista da CDE antes do 25 de Abril, aderiu ao Partido em 1977. Foi membro do Conselho Geral do Sindicato de Seguros do Sul pelas listas unitárias, impulsionador da constituição da cooperativa de consumo «Porticoop» e, durante vários mandatos, eleito na Assembleia Municipal de Portimão.

#### Ermelinda Patrício Cristóvão

Faleceu, com 66 anos de idade, a camarada Ermelinda Patrício Cristóvão, residente em Alvalade-Sado. Membro do Partido desde 1984, foi membro da Comissão Concelhia de Santiago do Cacém e da Comissão de Freguesia de Alvalade. Fez parte da Junta de Freguesia de Alvalade-Sado como membro do seu executivo, de maioria CDU.

#### Hernâni dos Santos Lino

Faleceu o camarada Hernâni dos Santos Silva, de 78 anos, membro da Comissão de Freguesia da Apelação, concelho de Loures.

#### João Cleto

Faleceu recentemente o camarada João Cleto, de 69 anos, pequeno agricultor de S. João do Tojal, concelho de Loures.

#### Manuel João da Silva

Faleceu, no passado dia 24 de Abril, o camarada Manuel João da Silva, professor. Membro do Partido desde 1974, era um camarada muito estimado em Santiago do Cacém, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

# PS e PSD querem alterar sistema eleitoral

## Empobrecer a democracia

**A chamada «reforma dos sistema político» voltou à ordem do dia no debate parlamentar. Aperfeiçoar o sistema e valorizar o papel dos cidadãos é o pretexto invocado pelo PS e PSD. Uma grosseira mistificação, responde o PCP.**

Os comunistas não hesitam mesmo em afirmar que o objectivo preconizado é reduzir ainda mais a proporcionalidade do sistema eleitoral e a pluralidade da composição do Parlamento.

Desde há cerca de duas décadas que este é um tema recorrente introduzido em todas as legislaturas pela mão daqueles dois partidos. E sempre com a alegação de que é nesta reforma do sistema político que reside a chave capaz de abrir à porta à resolução dos problemas nacionais.

Com este argumento voltam à carga tendo para o efeito o PSD proposto a constituição de uma Comissão Eventual destinada a analisar a reforma dos sistema político. Ontem mesmo a sua criação esteve em

debate no plenário, merecendo por parte da bancada comunista uma firme oposição. Por considerar, entre outras razões, que não faz sentido criar uma nova quando existe a Comissão de Assuntos Constitucionais que tem competências nesta matéria. Não deixa, aliás, de ser uma contradição a merecer registo que o PSD ainda há duas semanas tenha imposto a redução do número de comissões parlamentares para agora vir propor o seu aumento.

Mas bem se compreende que o PSD o tenha feito se atendermos aos fins visados, partilhados neste caso de alma e coração pelo PS. É que o objectivo, a avaliar pelas propostas que vieram a público, longe de qualquer aperfeiçoamento do sistema político, o que

busca é a instrumentalização deste a favor de interesses partidários.

Para este realidade nua e crua chamou a atenção na passada semana, em conferência de imprensa, o deputado comunista António Filipe, lembrando, a propósito, que a ambição daqueles dois partidos é «obterem alternadamente na secretaria as maiorias absolutas que os eleitores lhes negam nas urnas».

É isso que significam as obsessivas propostas tendentes à redução ainda maior do número de deputados e à introdução de círculos uninominais de candidatura à Assembleia da República. E por essa via, observou António Filipe, reduzir ainda mais a proporcionalidade do sistema eleitoral e a pluralidade da composição do Parlamento.

Por isso a posição desde já anunciada pelo Grupo Parlamentar do PCP de vir a bater-se contra qualquer nova redução do número de deputados. Tal desiderato, do seu ponto de vista, «não obedece a qualquer intuito sério de valorizar o traba-



*PS e PSD querem reduzir ainda mais a proporcionalidade do sistema eleitoral e a pluralidade da composição do Parlamento*

lho da Assembleia da República».

Para o PCP, de resto, não é o actual sistema de representação proporcional ou a existência de círculos plurinominais para a Assembleia da República que são responsáveis pelo «descré-

dito em que a vida política vai caindo aos olhos de muitos cidadãos e que se traduz em quebras preocupantes de participação eleitoral», como assinalou António Filipe. «O descrédito da vida política resulta, acima de tudo», esclare-

ceu, «da prática de certos políticos que prometem muita antes de eleitos e que fazem pouco depois de eleitos e de governantes que, uma vez empossados, esquecem tudo o que prometiam quando estavam na oposição.»

## Valorizar a iniciativa dos cidadãos

Para o PCP não há um problema de sistema político em Portugal. Em sua opinião, o sistema político e constitucional vigente tem permitido, no essencial, como foi dito em conferência de imprensa, «o funcionamento regular das instituições democráticas». Não é na configuração do sistema político, por conseguinte, que residem os problemas que afectam os trabalhadores e o povo português. Eles podem ser identificados, aí sim, nas baixas pensões e nos baixos salários, no acesso aos cuidados de saúde e a um sistema educativo gratuito e de qualidade.

O que não significa que o PCP não veja com bons olhos a adopção de «medidas que possam ser tomadas no sentido de valorizar a

participação dos cidadãos na vida política e de contribuir para uma prática que prestigie a actividade dos órgãos de soberania e dos eleitos políticos em geral».

É por aí, do seu ponto de vista, que deve passar qualquer reforma do sistema político. E por isso, em matéria de sistema eleitoral, ao invés do que pretendem PS e PSD, defende como prioridade o reforço da proporcionalidade, já tão debilitada no actual sistema, nomeadamente «através de um reequilíbrio da representação regional e da adopção de sistemas de aproveitamento de muitos milhares de votos que, devido às actuais distorções, não contribuem para a eleição de qualquer deputado».

A reforma do sistema

político deve igualmente passar, segundo António Filipe, pela urgente revisão do Regimento da Assembleia da República, «valorizando o debate político e a capacidade deste órgão de soberania para fiscalizar devidamente a actividade do Governo e da Administração Pública».

O que implica, pormenorizado, uma melhor «conjugação e valorização» da actividade do Plenário e das Comissões, em paralelo com a «reformulação do mecanismo das “perguntas ao Governo” (acabando com o absurdo direito de escolha, pelo Governo, das perguntas a que se propõe responder)», bem como pela «pronta e regular presença dos membros do Governo (e concretamente do Primeiro-

Ministro) na Assembleia da República».

Mais importante ainda, para uma adequada reforma do sistema político, é a valorização da iniciativa dos cidadãos junto da Assembleia da República. Anunciada por António Filipe, nesse sentido, foi a apresentação para breve de uma proposta da sua bancada com vista à reformulação do regime de apreciação das

Petições, bem como à regulamentação legal do direito dos cidadãos apresentarem projectos de lei à Assembleia da República, que a Constituição já consagra, mas cuja aplicação tem vindo injustificadamente a ser protelada pelos maiores partidos.

Em síntese, para o PCP – e é nessa direcção que vai continuar a trabalhar, nomeadamente através da

apresentação de propostas –, a reforma do sistema político deve assentar na melhoria da qualidade da representação política (com o reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral), num melhor funcionamento da Assembleia da República e da sua relação com os eleitores e, acima de tudo, na valorização da participação dos cidadãos na vida política.

## Ataque à proporcionalidade

«Uma total hipocrisia», assim classificou o deputado António Filipe a afirmação do PS de que a redução para 180 do número de deputados não comportará prejuízos no plano da proporcionalidade. É que, lembra, essa redução da proporcionalidade afigura-se exactamente como o «único objectivo visado com essa alteração».

Os argumentos hoje utilizados para a redução do número de deputados não diferem rigorosamente em nada, aliás, dos que foram invocados em 1989 para impor a redução de 250 para 230 deputados. E, que se saiba, desse facto não resultou qualquer melhoria no trabalho parlamentar, como não se resolveu qualquer problema do sistema político. Ao contrário, isso sim, como fez questão de salientar o parlamentar comunista, houve uma «redução da proporcionalidade e a acentuação artificial da bipolarização».

Igualmente dado como certo é que uma redução para 180 deputados, como querem PS e PSD, tornaria Portugal – que já tem um Parlamento reduzido em termos numéricos – num dos países em todo o Mundo com o parlamento mais exíguo.

E não se trata de comparar com os 1736 deputados existentes na Grã-Bretanha, os 956 de Itália, os 898 de França, os 741 da Alemanha ou os 607 de Espanha. Basta lembrar os 247 da Áustria, os 221 da Bélgica, os 300 da Grécia, os 225 da Holanda ou os 349 da Suécia.

As críticas do PCP não escapa, por outro lado, a criação dos círculos uninominais. Depois de lembrar o triste espectáculo ocorrido na anterior legislatura, em que a viabilização de Orçamentos de Estado foi feita na base de uma «negociata sem princípios», António Filipe acusou o PS de querer insistir num modelo de representação que tornaria o Parlamento numa «soma de “deputados liminianos”, tornando meia Assembleia da República numa câmara de procuradores locais».

«O objectivo é, mais uma vez, reservar aos dois maiores partidos o direito de eleger deputados, remetendo à irrelevância e à ausência de representação o voto dos eleitores que não se conformem com esse falso direito de escolha», concluiu o deputado do PCP.

Hoje, por proposta do PCP

## Médio Oriente em debate

A situação no Médio Oriente ocupará hoje a atenção dos deputados no Parlamento. O debate, considerado de «interesse relevante», foi agendado a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, em meados do mês passado. Assistia-se, na ocasião, em consequência da política de guerra total seguida pelo governo de Ariel Sharon, a um quadro de extrema gravidade. Durante semanas, o presidente da Autoridade Nacional Palestiniana esteve sujeito a um ignominioso

isolamento pelas tropas israelitas, perdurando simultaneamente o cerco à Igreja da Natividade em Belém.

Recorde-se que o massacre do povo palestino pelas tropas a mando de Sharon e a ocupação ilegal dos seus territórios, que se mantém, foi objecto de um amplo movimento de repúdio por todo o Mundo, que condenou igualmente o desprezo do Governo israelita por todos os apelos e decisões da comunidade inter-

nacional exigindo a retirada dos territórios autónomos palestinianos.

Os assassinatos sumários contra a população civil palestiniana, numa espiral de violência e barbárie, configurando verdadeiros crimes contra a Humanidade, têm igualmente feito erguer por toda a parte um movimento de solidariedade que exige o fim das agressões e da ocupação, o regresso às negociações políticas e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas.

## Trabalho infantil

Portugal é um dos países da União Europeia (EU) onde o trabalho infantil no sector têxtil e do calçado continua a ser referenciado nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O trabalho infantil no sector fabril afecta também os países desenvolvidos, entre os quais Portugal, Itália e Espanha, como vem referido no relatório do Gabinete Internacional do Trabalho (GIT) «Um futuro sem trabalho infantil», apresentado em Bruxelas, 10 anos depois do início da campanha contra o trabalho infantil.

Numa análise sectorial do trabalho infantil, Portugal é referenciado como tendo «uma importante população de mão-de-obra infantil nas indústrias têxtil, do vestuário e do calçado».

O estudo da OIT aponta a pobreza como uma das principais causas da situação, mas fala também da falta de aplicação da lei e do desejo de muitos empregadores de obterem uma mão-de-obra barata.

O relatório será discutido na 90.ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra no dia 12 de Junho, dia que a OIT aproveitará para lançar também o «Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil».

## Agrupamentos de escolas

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) criticou a criação de agrupamentos de escolas no concelho de Felgueiras por esta decisão ir contra a vontade expressa das direcções daqueles estabelecimentos de ensino.

O SPN refere, em comunicado, que as escolas do concelho de Felgueiras denunciaram as pressões exercidas pela Coordenadora do Centro de Área Educativa (CAE) do Tâmega no sentido de «as coagir a aceitar» a constituição de agrupamentos de escolas.

Os órgãos de administração e gestão, assim como as associações de pais das escolas, estão contra a decisão da coordenadora do CAE do Tâmega, acrescenta o sindicato.

A estrutura sindical opõe-se a «soluções que ignoram a vontade expressa das comunidades educativas, contradizem o próprio princípio da autonomia das escolas e desrespeitam a Lei de Bases do Sistema Educativo, que consagra inequivocamente a prevalência de critérios de natureza pedagógica sobre os administrativos ou quaisquer outros».

Como condição básica à constituição de agrupamentos, as escolas exigem «a organização partilhada de um projecto pedagógico comum que favoreça a melhoria das condições de ensino e aprendizagem e que respeite critérios de racionalidade, nomeadamente quanto à sua extensão e ao território abrangido, à dotação de recursos humanos e materiais que os viabilizem».

## Toxicod dependência em meio laboral

A CGTP considera que o local de trabalho é um espaço privilegiado para tratar do problema da toxicod dependência e que os sindicatos podem e devem ter um papel interventivo na sua prevenção primária.

A afirmação foi feita pelo secretário-geral da Intersindical, Manuel Carvalho da Silva, num seminário sobre «Toxicod dependência em meio laboral» em que foi divulgado um projecto de prevenção que a CGTP está a implementar na Câmara Municipal do Seixal.

Para o sindicalista, os sindicatos podem ter uma intervenção determinante para a resolução do problema da droga ou do álcool nos locais de trabalho, não só ao nível da prevenção primária mas também da secundária, que deve basear-se na solidariedade.

Defendendo a necessidade de serem criadas normas comunitárias enquadradoras desta matéria, Carvalho da Silva considerou que qualquer programa de prevenção a desenvolver no meio laboral tem de obedecer a determinados requisitos, nomeadamente a garantia da confidencialidade e da aplicação de normas comuns a todos os trabalhadores.

Para o dirigente da CGTP, este tipo de programa só será exequível se contar com o envolvimento das administrações e dos médicos das empresas e dos sindicatos nelas representados.

## CDU/Évora contesta números da gestão PS

A CDU acusou a gestão socialista da Câmara de Évora de denegrir a imagem do anterior executivo, comunista, quanto aos números da dívida da autarquia e insistiu que a sua «prestação de contas era exacta».

Em conferência de imprensa, o vereador da CDU, André Espenica, declarou que na Conta de Gerência de 2001, aprovada pela Assembleia Municipal, «se vê preto no branco que a dívida afinal não chega aos sete milhões de contos».

A «verdade dos números» contrasta, segundo André Espenica, com «abundantes declarações da nova maioria» do PS de que as dívidas da Câmara «eram de 10, de 12, talvez até de 14 milhões de contos».

«A verdade é que se demonstra agora que a CDU teve razão e que a prestação de contas distribuída ao público em 31 de Dezembro era exacta», disse o autarca comunista, cujos argumentos foram reforçados por Lino de Carvalho, deputado e membro da Assembleia Municipal de Évora pela CDU.

Assembleia Municipal de Almada aprova  
Plano de Actividades e Orçamento para 2002

# Desenvolvimento sustentável e solidário

A Assembleia Municipal de Almada aprovou o Plano de Actividades e Orçamento do Município para 2002. Na base das Opções do Plano está a estratégia definida para a primeira década do milénio.

A estratégia definida para a primeira década deste milénio, *Década do Desenvolvimento Sustentável e Solidário*, visa, por um lado, multiplicar oportunidades de progresso, «generalizar igualdade e democratizar o acesso às práticas comunitárias modernas, promover a solidariedade e o bem-estar social para todos».

Tem ainda como objectivo a modernização das estruturas

Objectivos muito vastos, cuja concretização se baseia nos passos já dados nos anos 90, em que o concelho de Almada registou uma acelerada transformação em todos os campos da vida local, individual e colectiva. De par da qualificação da estrutura urbana, da conclusão de obras fundamentais, desenvolveram-se respostas múltiplas na área sociocultural.

cação, Cultura e Desporto, Juventude, Solidariedade Social, Qualificação Urbana e Desenvolvimento Local. E ainda Ambiente, Acessibilidades. Ou Informação, Participação e Serviço Público.

## CDU da Moita Declaração de voto

As propostas de Plano e Orçamento votadas pela Assembleia Municipal da Moita, dia 23 de Abril,

**A estratégia definida visa multiplicar oportunidades de progresso**

«Aos impactos negativos da crise mundial da nossa economia – tanto mais vulnerável quanto tem sofrido o desmantelamento sistemático do aparelho produtivo primário (agricultura, pescas e indústria) e os

efeitos nefastos da política de esmagamento dos rendimentos do trabalho e de redução, em quantidade e qualidade, das políticas sociais – acrescentaram aspectos secundários, mas importantes, de desgoverno do Partido Socialista», sublinha a CDU da Moita.

Na Declaração de Voto, a CDU lembra os números divulgados no Congresso da ANMP: «com menos de 10% da receita pública, as autarquias deste país são responsáveis por cerca de 25% do investimento e 18% do emprego públicos e o serviço da sua dívida fica-se pelos 2% da dívida pública nacional».

Apesar do contexto desfavorável, o Plano Plurianual de Actividades e Orçamento para 2002 do concelho afirma-se como «um desafio e um exercício de rigor», tendo como perspectiva «melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, requalificar importantes espaços urbanos do concelho e valorizar os seus espaços nobres».



Um desenvolvimento sustentável e solidário é o conteúdo fundamental do Plano e Orçamento

produtivas, «defender e qualificar o serviço público, apostar nos meios endógenos dos sistemas locais, não delapidar recursos, salvaguardar o ambiente e promover a cidadania».

Para o ano de 2002, e como parte integrante dos objectivos estratégicos para esta nova década, as principais áreas e opções desdobram-se em domínios tão diversos como a Edu-

«foram elaboradas num contexto adverso para as populações e para as autarquias locais», considera a CDU em Declaração em que manifestou o seu voto favorável.

## CDU/Porto defende enterramento do Metro

A CDU votou pela manutenção do enterramento do metropolitano no troço da Avenida dos Aliados, na reunião da Câmara do Porto, realizada terça-feira passada, em que foi apreciada uma proposta relativa ao traçado do Metro.

Em comunicado em que anunciava a sua intenção de voto, a CDU refere que a decisão obedece ao facto de encarar o Metro do Porto como «um transporte rápido de passageiros, devendo o seu traçado obedecer prioritariamente a esse objectivo».

A conjugação dos seis votos PS com o da CDU per-

faz a maioria necessária (sete em 13 votos) para aprovação da proposta que visa o enterramento do Metro.

No comunicado, a CDU considera que a situação actual resulta do facto de o debate não se ter realizado há doze anos, quando o projecto do Metro do Porto foi lançado, «numa lamentável atitude de menosprezo pelos mecanismos democráticos de participação das pessoas na construção da cidade».

A CDU promoveu, entretanto, uma discreta audição, à semelhança das efectuadas na Assembleia da República, em que participaram cerca de

cinco dezenas de autarcas, técnicos e especialistas.

Nesta iniciativa, embora não tenha havido naturalmente unanimidade de opiniões, conclui-se pela necessidade de encarar o metro do Porto como um transporte rápido de passageiros, devendo o seu traçado obedecer, prioritariamente, a esse objectivo.

A CDU sublinha que, com esta opção, há dúvidas que ficarão por esclarecer cabalmente.

Entre elas destaca «a verdadeira dimensão dos problemas técnicos que a construção de um túnel no local vai levantar, dadas as conhecidas

dificuldades que o subsolo portuense levanta na zona», «que poupança de custos traria o atravessamento à superfície, e quais serão os seus beneficiários», e «quais os impactos reais que esta solução provocaria no trânsito da cidade».

Neste quadro, a CDU considera fundamental que a opção pelo enterramento da linha «não signifique a perda da oportunidade de se reflectir, seriamente, sobre as medidas a tomar em torno dos projectos para a revitalização do centro do Porto». Uma reflexão que deve ser dinamizada pela Câmara, envolvendo as forças vivas da cidade.

## Homenagem a António Variações

A Assembleia Municipal de Amares aprovou, por unanimidade, uma proposta apresentada pela CDU de homenagem pública a António Variações no ano 2004, «altura em que faz sessenta anos do seu nascimento e vinte da sua morte».

António Joaquim Rodrigues Ribeiro nasceu a 3 de Dezem-

bro de 1944 na Freguesia de Fiscal. «Desde cedo começou a trabalhar em Caldelas. Aos 12 anos abalou para Lisboa onde se alojou na casa de alguns familiares», lembra a CDU em breve nota biográfica.

Foi em Lisboa que veio a conhecer «várias individualidades do mundo do espectáculo como Júlio Isidro que

o lançou nos meios artísticos».

No início da década de 80 «tornou-se uma estrela da música mas, apesar da fama, não deixou de frequentar a sua terra natal que sempre trazia no seu coração».

Em Abril de 1984, prosseguiu a nota de homenagem da CDU, «aparece pela última

vez na televisão no programa de Júlio Isidro «A Festa Continua». A 18 de Maio do mesmo ano é internado no Hospital Pulido Valente e mais tarde é transferido para a Clínica da Cruz Vermelha».

A 13 de Junho de 1984 «a morte leva o amarense António Joaquim Rodrigues Ribeiro, o nosso António Variações».

## Voto de protesto de «Os Verdes» Nuclear não, obrigado!

A polémica em torno da utilização do nuclear esteve esta terça-feira em debate na Assembleia da República, por iniciativa de «Os Verdes».

O Plenário da Assembleia da República discutiu o voto de protesto apresentado por «Os Verdes» a propósito das afirmações da Comissária Europeia, Loyola de Palacio, sobre a necessidade de recorrer ao nuclear para que a Europa possa cumprir o Protocolo de Quioto.

«Os Verdes» entendem que esta «necessidade» é completamente contrariada pela realidade, tanto mais que os países da União Europeia que estão a cumprir os compromissos de Quioto não possuem nuclear ou estão a abandoná-lo.

Em nota de imprensa, «Os

Verdes» afirmam que «a energia nuclear já demonstrou, ao longo dos mais de 50 anos de utilização, na História da Humanidade, que os perigos que comporta são inaceitáveis, quer para a sobrevivência do próprio Planeta». E sublinham: «não nos podemos esquecer dos vários e dramáticos acidentes que ocorreram em centrais nucleares, dos quais Three Mile Island (nos Estados Unidos) e Chernobyl (na Ucrânia) são exemplos, não só pelas mortes imediatas que provocaram mas também e principalmente pela herança que nos

legaram de contaminação radioactiva em larga escala e pela condenação de gerações a deformações congénitas e cancro».

«Os Verdes» defendem que o cumprimento das metas estabelecidas no Protocolo de Quioto passa pelo combate à poluição e pela promoção da utilização racional da energia, por uma política financeira de incentivo à implementação de formas de produção energética renováveis, pela modernização da indústria no sentido de a tornar mais limpa e pela reestruturação dos sectores dos transportes.

Um conjunto de medidas que permitiriam «não só o abandono progressivo do nuclear como a redução progressiva da utilização de combustíveis fósseis para produção de electricidade».



As justas exigências dos imigrantes marcaram presença no 1.º de Maio

## Que respostas para a imigração?

A abordagem das questões das minorias étnicas e da imigração pelo Programa do actual governo, primam pela falta de clareza e de propostas concretas, afirma a Frente Anti-Racista.

Em nota de imprensa, a Frente levanta várias questões, que ficaram em aberto: «Que medidas concretas serão tomadas quanto à regularização dos imigrantes ilegais? Que meios serão disponibilizados para o combate ao racismo e à xenofobia? Que papel será dado às

associações de imigrantes? Quem irá tutelar esta área, entre tantas e tantas outras?»

A Frente considera que o Programa do Governo «não é mais que o assumir de uma postura limitadora e restritiva das liberdades» e sublinha que «não é dedicada uma única linha a medidas práticas a tomar» e manifesta a sua preocupação face ao estabelecimento de «um limite anual do número de imigrantes de países extracomunitários» a entrar em Portugal.

Acresce que não é feita qualquer referência ao direito ao reagrupamento familiar, «uma condição essencialmente humana para a dignidade de vida».

A concluir, a Frente Anti-Racista afirma que o Programa do Governo não só «omite as verdadeiras questões com que se debatem os imigrantes e as minorias étnicas como não se coaduna com o espírito democrático e os valores humanistas de Abril».

## Carlos Paredes homenageado no Porto

O célebre guitarrista português foi alvo de uma homenagem em que se deu relevo à sua obra e ao seu contributo para o desenvolvimento de um novo patamar na execução da guitarra portuguesa. No debate que se realizou na primeira parte do espectáculo, e que trouxe a público elementos da vida de Carlos Paredes bem com pormenores da sua interpretação e

composição enquanto guitarrista, foi salientada a profunda humanidade e o enraizamento de Paredes à sua terra e ao seu povo, fundamentos e sentimentos que se exprimem numa força nova e num virtuosismo inesgotável. Foram dirigidas também várias homenagens a Carlos Paredes, por parte de inúmeras associações e colectividades portuenses, e também pelo

Sector Intelectual do Porto do PCP, em que o reconhecimento e o apreço pela intervenção, pela vida e pelo exemplo do camarada ficaram bem patentes.

O espectáculo continuou com a interpretação de várias canções e temas de Carlos Paredes pelo Trio Lufsa Amaro, com encenação de bailado, em «Devaneios Flutuantes».

## Preocupação, acção, confiança

• Manuel Rodrigues

A evolução da situação política, a nível nacional e internacional, traz-nos sobejos motivos de preocupação. A crescente substituição do direito pela força na «resolução» dos problemas internacionais; a limitação (ou privação) aos direitos políticos e liberdades individuais em muitos países; as abismais injustiças sociais que lavram pelo mundo; as crescentes limitações à soberania de muitos povos, são alguns dos traços que caracterizam a globalização capitalista dos tempos que vivemos. Sinais de preocupação também em Portugal, onde cresce vertiginosamente o fosso entre pobreza e riqueza com a acumulação de brutais fortunas nas mãos de poucos, ao mesmo tempo que se afrontam ou põem em causa importantes conquistas sociais (como é o caso do Rendimento Mínimo Garantido, da negociação colectiva, dos direitos à saúde, ao sistema público de segurança social, à educação, ao emprego, dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência); onde o Governo assiste, passivo e cúmplice, ao galopante processo de encerramento de empresas; onde o poder económico passou ao controlo quase absoluto sobre o poder político; onde o discurso contra o Estado só é superado pela gritaria dos mesmos que, fugindo às suas obrigações para com o Estado (por exemplo, na fraudulenta evasão ao pagamento de impostos), do Estado tudo exigem sempre que se trata de reclamar mais aparelho repressivo, mais alienação de empresas públicas, mais benesses para as clientelas, mais *jobs for the boys*.

Este é, de facto, o preocupante estado das coisas a que chegámos pelas mãos das políticas de direita, servidas entre nós, com igual despudor, pelos governos do PPD/PSD, do PS e do CDS/PP (sós ou coligados). Por isso mesmo, as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio assumiram este ano um significado especial, realizadas um pouco por todo o País com uma grande participação popular, e onde os comunistas e o seu Partido (sem desvalorizar a empenhada participação de muitos outros democratas), o movimento sindical unitário e a CGTP tiveram um papel determinante.

Também em Viseu assim foi. O 25 de Abril foi comemorado com uma expressiva participação popular. O 1.º de Maio teve, no entanto, este ano uma especial particularidade que lhe trouxe mais brilho, mais festa e mais luta: as trabalhadoras da Vouga Têxtil, uma empresa do sector têxtil com sede em Vouzela (com 287 trabalhadoras), encerrada a 11 de Fevereiro deste ano, com salários em atraso desde Novembro de 2001, deslocaram-se a Viseu e, acompanhadas por muitos dirigentes sindicais, atravessaram uma avenida central da cidade em manifestação, reivindicando trabalho, salários e direitos e integrando de seguida a concentração no Rossio, onde,

emocionadas, foram acolhidas por vibrantes aplausos. Um dos 1.º de Maio de maior participação e combatividade de sempre nesta cidade. Grande participação tiveram também outras comemorações do 1.º de Maio, neste distrito, designadamente, em Lamego e Mangualde. Os conturbados tempos que vivemos, trazidos pelos ventos das políticas de direita («quem semeia ventos, colhe tempestades», diz a sabedoria popular) aí estão, prenhes de novos perigos e ameaças para toda a humanidade. Uma verdadeira onda de choque varre a Europa (e o mundo).

Infelizmente, há razões para este clima de inquietação. Mas, as grandes comemorações deste ano do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Portugal (e em muitos outros países) não deixam de traduzir também algum toque a rebato nos sinos de muitas consciências até aqui adormecidas. O que não deve deixar de ser interpretado como um positivo sinal de esperança neste nosso colectivo caminhar para o futuro.

Importa, no entanto, acrescentar que, como os acontecimentos do presente histórico também comprovam, o combate às causas deste mal-estar não se faz sem Partidos que lutem pela erradicação do supremo responsável pelas grandes injustiças sociais do tempo em que vivemos: o sistema capitalista, hoje cada vez mais globalizado.

De facto, para o capitalismo, o futuro histórico não existe. Desde a sua ascensão a sistema dominante, após séculos de exploração, crimes e rapina, não se cansou ainda de continuar a proclamar o fim da história (renitente ortodoxia), na incontida (mas vã) expectativa de desmobilizar e conter os fluxos revolucionários que conduzam à sua própria superação.

Talvez por isso, se compreenda melhor o esforço que este velho sistema (hoje escondido atrás da pós-moderna máscara neoliberal) faz para quebrar a coluna vertebral aos Partidos Comunistas que, mantendo uma outra postura de classe, teimam em mudar profundamente (revolucionar, portanto) este injusto mundo em que vivemos. Ao mesmo tempo que dão o beijo (da morte, como se vê) aos partidos que, tendo sido comunistas, se vão «descartando» dos princípios, dos símbolos e até da própria identidade. No fundo, do património histórico da luta e dos valores da classe operária e de todos os trabalhadores.

Se é verdade que «quem semeia ventos colhe tempestades», também é verdade que «alcança quem não cansa». Ou seja, que havemos de chegar ao futuro que queremos - uma sociedade de justiça social e de paz, a sociedade socialista - com a nossa organização revolucionária, com a nossa identidade de classe, nas lutas de hoje, de amanhã e de sempre.

E, depois, ainda dizem que nós é que somos caducos!

Mas, haverá desafio mais jovem e aliciante do que este?

# No rescaldo

● Pedro Guerreiro

No rescaldo dos resultados de recentes eleições em diversos países da União Europeia (UE) as questões «europeias» entraram subitamente na «agenda» de diversos comentadores e cronistas da «praça». Alguns, preocupados com o significado a retirar da perda de influência eleitoral de forças políticas que têm a responsabilidade do actual processo de «integração europeia» e com a consciência do perigo que este corre, tocam os sinos de alarme e apontam as «receitas» do costume, do «em frente e depressa» ou do «em frente e com cuidado», apontando a necessidade de «cuidar» de consequências sem ir às causas, por forma a continuar a assegurar o «essencial».

A gravidade da actual situação impõe a necessidade da análise das causas profundas da actual viragem à direita, do ressurgimento da extrema-direita e das razões que levam à subida significativa da abstenção, entre outros aspectos, de modo a retirarem-se as devidas lições e evitar erros no futuro próximo. Análise que terá necessariamente de ter por base a evolução do quadro económico, social

e Monetária e a criação e reafirmação sucessiva dos objectivos do Pacto de Estabilidade como instrumento essencial da política neoliberal, com profundas consequências para os salários dos trabalhadores e para o investimento público.

A definição da «agenda» do capitalismo neoliberal na «estratégia de Lisboa», com a acentuação de algumas das suas orientações mais negativas na recente Cimeira de Barcelona: liberalização dos serviços públicos, privatização do sector público, reforma do mercado de trabalho, ataque ao sistema de segurança social público, nomeadamente à sustentabilidade dos actuais sistema de pensões.

A definição do alargamento da UE num quadro do domínio económico sobre os países do Leste da Europa por parte dos países da UE com maior desenvolvimento económico, procurando estes últimos assegurar igualmente o domínio político na UE através da concretização de reformas institucionais - sendo de salientar que a Comissão Europeia (hoje dominada pela social-democracia) apresentou uma proposta de quadro financeiro para a alargamento que

acentua a não disponibilização de meios para a concretização do princípio da coesão económica e social.

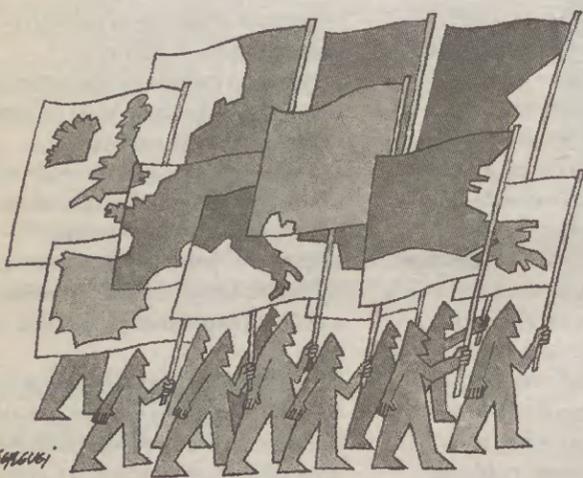
A definição de uma arquitectura institucional que aprofunda a perda de soberania dos «pequenos» países ao mesmo tempo que reforça o poder dos «grandes» países

no processo de decisão e o avanço para novos e significativos saltos de orientação federalista.

A concretização, passo a passo, da comunitarização de aspectos ligados à justiça e aos assuntos internos, sendo o «mandado europeu de captura» ou a concretização dos acordos quanto à imigração - alicerçando a «Europa fortaleza», os mais recentes avanços.

O alinhamento, malgrado alguma retórica, com as posições mais agressivas do imperialismo norte-americano, na guerra e na militarização das relações internacionais, e neste quadro a decisão de avançar na criação do «exército europeu» e no desenvolvimento da indústria militar. Necessariamente, não de forma exaustiva e aprofundada, procurou-se apontar os principais eixos das políticas que caracterizam as opções da social-democracia na UE nos últimos anos.

Opções por políticas que definem um quadro de opção de classe, a favor dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e das grandes potências da UE, criador de desigualdades e de injustiça social, gerador de insegurança e de receio quanto ao presente e ao futuro, não respeitando ou dando resposta a legítimas aspirações nacionais. Opções pela política de direita que certamente ajudarão a interpretar os recentes resultados eleitorais em diferentes países da UE.



e político dos últimos anos. Não é objectivo desta pequena crónica realizar o balanço de um período de cerca de cinco a sete anos de governos da UE chefiados pela social-democracia - que, recorde-se, chegaram ao poder na sequência de grandes lutas dos trabalhadores, conseguindo dominar treze dos quinze governos dos países da UE - no entanto será oportuno e necessário procurar caracterizar quais as linhas fundamentais da sua política «europeia» que tanto se entrecruza e identifica com as políticas realizadas por estes governos em cada um dos seus países.

## As políticas da social-democracia

Defraudando expectativas e compromissos assumidos perante os trabalhadores e outras camadas da população, os governos da social-democracia não só não mudaram de política como aprofundaram em alguns aspectos fundamentais a política de direita (podendo mesmo afirmar-se que com uma crescente acentuação ao longo dos anos), tanto nas políticas realizadas no âmbito nacional, como no da convergência destas com as prioridades e orientações definidas, por esses mesmo governos, ao nível da UE. Mas concretizemos, que principais orientações políticas foram apontadas? A concretização da União Económica

O orçamento restritivo de Portugal fica aquém dos desejos da CE

# Comissão insaciável

As medidas de contenção da despesa pública já anunciadas pelo Governo português não satisfazem a Comissão Europeia que quer ainda mais cortes.

Depois de analisar a proposta de alteração do Orçamento de Estado para 2002, apresenta-

do no domingo pela ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, a Comissão Europeia decidiu exigir

que o Governo adopte medidas suplementares para fazer com que o défice público deste ano fique «claramente» abaixo dos três por cento do PIB.

Recorde-se que a proposta de alteração do OE prevê um défice de 2,9 por cento do Produto Interno Bruto, o que fica abaixo do limite de três por cento, fixado no pacto de estabilidade.

Para isso foram anunciadas medidas drásticas que passam pela extinção de 30 organismos públicos e a fusão de outros 40, a suspensão de admissões na Função Pública e o fim da bonificação de juros para o crédito à habitação, entre outras.

Paralelamente, do lado da receita, o Governo preparou-se para aumentar a taxa normal do IVA em dois pontos percentuais, passando

dos actuais 17 para 19 por cento, provocando uma diminuição do poder de compra dos portugueses que afectará as camadas menos protegidas.

Com tudo isto, a Comissão não parece impressionada.

Na segunda-feira, o porta-voz do comissário europeu para os assuntos económicos e monetários, Gerassimos Thomas, afirmou que o valor do défice previsto pela equipa de Manuela Ferreira Leite «não está em conformidade com nosso entendimento da declaração feita por Portugal no Ecofin, a 12 de Fevereiro, em como o Governo português se comprometia, em 2002, a alcançar um défice claramente inferior a três por cento».

Thomas, que sublinhou ser este um primeiro comentário e que a Comissão Europeia espera por informação detalhada de Lisboa, afirmou que Bruxelas aguarda «medidas suplementares que possam garantir um défice claramente inferior em 2002».

Pessimismo injustificado

Esta reacção da Comissão corresponde de resto ao alarmismo do Governo português que na revisão do cenário macroeconómico para 2002 apresentada no passado domingo, consegue ser mais pessimista do que a Comissão Europeia e a OCDE.

O relatório de Manuela Ferreira Leite revê em baixa a previsão de crescimento da economia portuguesa para este ano em 0,5 pontos percentuais, para 1,25 por cento, valor que é inferior à previsão de 1,5 por cento feita pela Comissão Europeia, em 24 de Abril.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) é também mais optimista nas suas Perspectivas Económicas, estimando que a riqueza criada em Portugal deverá evoluir a um ritmo de 1,7 por cento este ano, quase 0,4 pontos percentuais acima do esperado pelo Governo.

Mesmo o Banco de Portugal previu, em Março, que a economia portuguesa deveria crescer 1,375 por cento, ligeiramente acima do calculado pela equipa de Manuela Ferreira Leite.

## Países abolem pena de morte

Um novo texto europeu que abole a pena de morte «em qualquer circunstância», mesmo em tempo de guerra, foi assinado na passada semana por 36 dos 44 estados membros do Conselho da Europa.

Entre os signatários do protocolo figuram Portugal (o primeiro país da Europa a abolir a pena capital), França, Reino Unido, Itália e Bósnia-Herzegovina, que acaba de aderir à organiza-

ção. A Turquia e a Rússia não assinaram. Em contrapartida, Irlanda, Malta e Suíça assinaram e ratificaram o documento, permitindo assim a sua entrada em vigor dentro de três meses.

O novo protocolo 13 vai muito mais longe do que o protocolo 6 relativo à abolição da pena capital, que excluía especificamente do seu domínio de aplicação os períodos de conflito armado.

O protocolo 6 foi ratificado por 40 dos 44 estados membros do Conselho da Europa. Apenas a Turquia não o assinou nem ratificou. Na prática, a pena de morte foi suprimida no continente europeu em 1997, data da última execução (na Ucrânia), uma vez que os quatro países que não ratificaram o protocolo 6 (Rússia, Arménia, Bósnia-Herzegovina e Turquia) aplicam uma moratória.

## Organizações na lista negra

Sete militantes da ETA e 11 organizações foram acrescentados à lista europeia de terrorismo divulgada na passada semana pela presidência espanhola da UE. Entre as organizações visadas figuram o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), os «Mujaidines do Povo» (oposição armada iraniana), o Sendero Luminoso (Peru) e a Federação Internacional da Juventude Sikh.

Os países da União Europeia decidiram congelar os bens das pessoas e grupos constantes da lista e a incrementar a sua cooperação policial e judicial para os deter.

Entretanto, o ministro espanhol do Assuntos Exteriores, Josep Piqué, afirmou na segunda-feira que a presidência espanhola da UE apoia a inclusão nesta lista das Forças Armadas Revolucionárias

da Colômbia (FARC), dando como certo que a questão será tratada em breve pelos Quinze.

A elaboração desta «lista negra» foi uma das medidas decididas pela União Europeia após os atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos, a par de uma definição comum do terrorismo e da instauração de um mandado de captura europeu.

## Jornalistas discutem Europa

O Sindicato dos Jornalistas, com o apoio da Comissão Europeia/representação em Portugal, promove no próximo sábado uma conferência europeia para debater a questão da opinião pública no projecto europeu.

Na iniciativa participam jornalistas e peritos de todos os países comunitários e grande parte dos correspondentes portugueses em Bruxelas.

A iniciativa realiza-se no Hotel Altis, em Lisboa, e conta com a participação, pelas 10 horas, do Comissário Europeu António Vitorino, que intervirá sobre as políticas de comunicação da UE.

«A opinião pública e a construção Europeia» e «A comunicação social portuguesa e a Europa» são outros temas previstos na conferência que terminará com uma mesa-redonda sobre os *media* e a Europa.

## EUA e UE negociam extradição

Os Estados Unidos e a União Europeia concordaram na passada semana, em Washington, durante a sua cimeira anual, em negociar um tratado de extradição e assistência jurídica e lançar no próximo mês de Junho discussões sobre a não-proliferação de armas. O objectivo, segundo um comunicado da Casa Branca, é «melhorar a capacidade e levar a julgamento presumíveis terroristas e outros criminosos». A declaração foi feita após uma reunião de quatro horas entre o presidente norte-americano, George W. Bush, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e o chefe do governo espanhol, Jose Maria Aznar, cujo país preside actualmente à União Europeia.

## Eurocidades exigem ser ouvidas

O comité executivo das Eurocidades, organização que representa mais de cem municípios europeus de grandes dimensões, exige uma maior participação na definição do futuro da UE. Em carta aberta aos 105 membros da Convenção sobre o Futuro da União Europeia, criada para preparar as propostas para a próxima Conferência Inter-Governamental (CIG) que debaterá novas regras de funcionamento para a União Europeia, as cidades exigem uma maior cooperação entre as várias esferas de governação (europeia, nacional, regional e local), o direito à consulta durante a elaboração de medidas e de legislação e um estatuto mais forte para o Comité das Regiões. As Eurocidades recordam que as regras instituídas para a criação europeia há 50 anos estão naturalmente desactualizadas, e que o «desafio democrático» que, segundo o Conselho da Europa, a UE enfrenta só pode ser vencido com a participação activa do poder local. Este tem um «papel vital no estabelecimento de uma governação eficaz e responsável para os cidadãos da Europa».

# Transferências sociais evitam o pior Europa ameaçada de pobreza

Hoje, um quinto dos europeus vivem abaixo do limiar da pobreza. Sem os sistemas de protecção social, quase metade da população da União Europeia poderia ser considerada pobre.

O conceito mais comum de pobreza abrange todas as pessoas os que auferem

Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, data em que os estados da União Europeia, atra-

### Os baixos salários levam muitas famílias à pobreza e à exclusão

menos de 60 por cento do rendimento médio de um dado país. Porém, apesar de os baixos rendimentos serem, em geral, o principal, não são o único factor de exclusão social. Basta pensar que se todos tivessem acesso a serviços básicos de qualidade como a educação, saúde, habitação, etc., independentemente do nível de rendimentos, da sua idade, deficiência ou inaptidão profissional, o problema da discriminação e exclusão social deixaria de se colocar com a gravidade que hoje tem.

No entanto, numa sociedade em que o acesso universal aos serviços e direitos básicos não está garantido, até os trabalhadores caem frequentemente nas malhas da pobreza e da exclusão.

A estratégia de combate à pobreza e à exclusão social tem assim de partir de uma visão integrada e multidimensional. É esta a perspectiva que a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo defende no relatório de que é responsável no Parlamento Europeu, o qual se destina a analisar e avaliar os efeitos planos nacionais de inclusão elaborados pelos estados-membros, bem como lançar linhas de intervenção para acções futuras nesta matéria.

### Muitas palavras poucas acções

Na apresentação pública do documento, realizada na passada segunda-feira, em Lisboa, Ilda Figueiredo recordou que o programa comunitário de luta contra a pobreza teve origem na

mesma cimeira de Lisboa, em Março de 2000, data em que os estados da União Europeia, através do chamado «método aberto de coordenação», se comprometeram a levar a cabo medidas comuns em áreas sociais onde não existem políticas comunitárias.

O referido programa, de que Ilda Figueiredo foi relatora no Parlamento Europeu e negociadora com o Conselho, acabou por ser aprovado em Setembro do ano passado, tendo entrado em vigor em Janeiro último, iniciando-se agora as primeiras acções. No entanto, como fez questão de declarar, «o programa é profundamente insuficiente e deixou-me logo um grande amargo de boca mal pude confrontar as palavras de empenhamento dos governos, Comissão e do Parlamento Europeu com a realidade das acções, das medidas e dos orçamentos».

Perante uma assistência de meia centena de pessoas, entre as quais se encontravam representantes do movimento sindical, de



Na rica Europa, mais de 60 milhões de pessoas são pobres e há três milhões sem abrigo com habitação degradada

organizações não governamentais e entidades que lidam no dia-a-dia com casos concretos de pobreza, discriminação e exclusão, Ilda Figueiredo denunciou o alcance limitado do programa que se destina apenas a «financiar acções de sensibilização, estudos, debates e colóquios, acções positivas e inovadoras dos estados-membros que visem a inclusão social».

De resto, o reduzido orçamento previsto, 75 milhões de euros para cinco anos (3,75 milhões

de contos), por si só mostra que afinal os estados estão pouco empenhados nesta área ao contrário do que as suas declarações fariam supor.

### Longe da realidade

No plano nacional, os governos também não foram muito mais longe. Segundo afirmou Ilda Figueiredo, «na maior parte dos países escreveram-se quilómetros de papel sobre a pobreza, mas as acções concretas, as políticas

e os orçamentos são muito reduzidos».

A forma burocrática como os estados-membros elaboraram os seus planos é ainda evidenciada pelo facto de, na maioria dos casos, não terem sido ouvidos os movimentos sociais, os sindicatos, as organizações não governamentais e as entidades que trabalham no terreno com os pobres ou com aqueles que correm esse risco. Raros foram os parlamentos nacionais que foram consultados e Portugal não foi excepção.

## Um relatório incómodo

Dados da Comissão e do Eurostat mostram cerca de 18 por cento da população da União Europeia, cerca de 60 milhões de pessoas, vivem em situação de pobreza e exclusão. Todavia, sem os sistemas de segurança social, designadamente as pensões de reforma, a pobreza atingiria 41 por cento dos europeus, quase metade da população. Mesmo mantendo as pensões de reforma, a percentagem de pobreza aumentaria para 26 por cento se excluíssemos outras transferências sociais. Estes factos demonstram bem a importân-

cia de uma segurança e protecção sociais fortes para combater a pobreza e promover políticas de inclusão social.

Aliás, como se lê no relatório de Ilda Figueiredo, verifica-se que as taxas mais baixas de pobreza se registam em países onde os níveis de despesa *per capita* em protecção social são mais elevados, caso da Dinamarca, com oito por cento de pobres, Luxemburgo e Suécia (12%), Áustria e Países Baixos (13%) e Alemanha (14%).

Pelo contrário, nos países em que esta despesa é inferi-

or à média europeia, a pobreza aumenta exponencialmente. É o caso de Portugal, que apresenta a mais elevada taxa de pobreza, 23 por cento da população, do Reino Unido e da Grécia (22%), da Irlanda (20%), da Espanha e da Itália (19%).

É com base nestes dados que Ilda Figueiredo alerta para a gravidade das políticas que estão a ser seguidas, quer a nível nacional quer a nível comunitário, que visam profundas alterações nos sistemas de segurança social, com o pretexto de que é preciso ter finanças públicas saudias para se poder cumprir o pacto de estabilidade.

actual política monetária, que impõe metas orçamentais idênticas a países com situações tão diferentes, está a fornecer o pretexto aos governos para aplicarem medidas socialmente injustas.

O caso português é um dos mais flagrantes. Mantendo a mais elevada percentagem de pobres da Europa [recorde-se que ser pobre no nosso país é dispor um rendimento anual de 2870 euros (pouco mais de 600 contos), enquanto que este limiar sobe para os 12 060 euros (mais de 2400 contos), no Luxemburgo], as recentes medidas anunciadas pelo Governo não auguram nada de bom para quem menos tem.

Se já hoje 11 por cento dos trabalhadores estão numa situação de pobreza devido aos baixos salários que auferem, a sua situação irá degradar-se ainda mais se forem levadas por diante medidas como o aumento do IVA, em dois por cento, ou se concretize a anunciada eliminação do crédito bonificado para compra de habitação.

Não será certamente com medidas destas que se quebrará o ciclo da pobreza em Portugal, como benignamente enuncia a Comissão Europeia, ao mesmo tempo que aponta para a liberalização de serviços públicos e investe contra a saúde e o ensino públicos.

### Graves contradições

As graves contradições entre os enunciados de combate à pobreza e as políticas efectivas da União Europeia são um dos aspectos salientes do relatório de Ilda Figueiredo, razão pela qual apenas pode ser aprovado por maioria na Comissão de Emprego. Os deputados do Partido Popular Europeu votaram contra e a deputada é realista quando afirma que «não vai ser fácil fazer passar o relatório no Parlamento Europeu».

Mas por muito incómodos que fiquem alguns eurodeputados, a verdade é que a



Na sessão de apresentação pública estiveram representantes do movimento sindical, organizações sociais, ONG's e outras entidades que actuam no terreno com os pobres



1.º de Maio  
comemorado em todo o País

# Trabalhadores chumbam medidas do Governo

O Governo do PSD/CDS-PP foi o principal visado nas comemorações do Dia do Trabalhador da CGTP-IN, na quarta-feira da semana passada, em desfiles e concentrações por todo o País.

A principal iniciativa decorreu em Lisboa, numa manifestação entre o Martim Moniz e a Alameda D. Afonso Henriques. As palavras de ordem e as faixas visavam principalmente o novo Governo. As reivindicações tinham também como destinatário o executivo liderado por Durão Barroso.

O crescimento real dos salários é uma dessas exigências, com o objectivo de repor o poder de compra e melhorar o nível de vida da população. Outras medidas reivindicadas são o aumento do salário mínimo para 359,13 euros (72 mil escudos) e a subida das pensões de reforma. Face à situação dos trabalhadores, os sindicalistas não se ficam por aqui e defendem o vínculo nos empregos públicos, a redução do horário normal de trabalho para as 35 horas semanais, a passagem a contratos efectivos os trabalhadores ilegalmente contratados a termo, e a concretização dos direitos colectivos e individuais como condições indispensáveis à existência de condições de trabalho justas e dignas.

A CGTP e os seus sindicalizados estão contra os despedimentos, o encerramento de empresas, as rescisões forçadas dos contratos de trabalho e a proliferação do aluguer de mão-de-obra. E manifestam-se contra o elevado número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e pedem o cumprimento das normas e direitos relativos à higiene, saúde e segurança no trabalho. Mas há outras questões que preocupam os trabalhadores, como a manutenção do sistema de segurança social, sem tectos contributivos e de viabilidade garantida pelo Estado, de acordo com a Constituição. A melhoria do serviço público de saúde e o combate à fraude e à fuga fiscal são outras das reivindicações.



## Críticas ao Governo

«É hoje claro, quer através da sua composição quer através do seu programa, que o Governo deixa antever uma nova e violenta ofensiva conservadora, neoliberal e retrógrada, que visa privatizar, enfraquecer ou eliminar serviços públicos insubstituíveis, atentar contra direitos elementares e levar os trabalhadores a aceitar sacrifícios e, ao mesmo tempo, deixar à solta o capital selvagem na sua fúria exploradora e de concentração da riqueza.» É este o diagnóstico que a CGTP faz do novo executivo, numa resolução aprovada em todas as iniciativas de comemoração do 1.º de Maio realizadas no nosso país. E dá exemplos concretos: o ataque ao poder de compra dos salários, através do congelamento ou da moderação salarial; a privatização de empresas

públicas e de funções sociais do Estado, como a segurança social, a saúde e o ensino; e o ataque aos direitos laborais, com especial incidência para a flexibilização do horário e da gestão do tempo de trabalho. Na opinião da central sindical, trata-se da «manutenção de uma matriz de crescimento económico baseada nos baixos salários, no trabalho sem direitos e no aumento da precariedade, que já mostrou não desenvolver o País, mas antes ser o motivo de agravamento da injustiça social». Os trabalhadores prometem não esmorecer. «As nossas reivindicações são tão evidentes, a importância do trabalho e a sua devida valorização são tão necessárias e a luta organizada dos trabalhadores é tão poderosa que acabaremos por alcançá-las», lê-se na resolução.



## Carvalho da Silva Tese da crise só serve para cortar nas despesas sociais

Manuel Carvalho da Silva, na sua intervenção na Alameda D. Afonso Henriques, sustentou que «não há crise» e que «é um grande erro e uma burla tentar convencer os portugueses de que os grandes problemas do País se resumem ao défice das contas públicas». Para o secretário-geral da CGTP, «repetem a tese da crise e dramatizam o défice público, porque querem cortar nas despesas sociais (como a saúde e a segurança social) e manter a política dos baixos salários». Carvalho da Silva defende que os problemas de Portugal são outros: a destruição do aparelho produtivo, a fuga aos impostos, a injusta distribuição da riqueza, o défice na formação escolar e profissional, o baixo nível de protecção social e o facto de termos os mais baixos salários da União Europeia. «É isto que tem de ser discutido no País», afirmou perante os milhares de pessoas que se reuniram no relvado. O líder da CGTP considerou que Portugal precisa de melhorar os níveis de produtividade e aumentar a competitividade da economia, mas isso não acontece «só com apelos aos sacrifícios dos trabalhadores, eliminando-lhes direitos e tentando colocar uns contra os outros». «Temos três por cento de activos em formação. A média da União Europeia

é de 9 por cento. Somos o país com mais pessoas apenas com a escolaridade base. Isso não se resolve com a privatização do ensino ou com a "escola do passado", onde não faltavam exames e tinham um vergonhoso nível de escolarização», sustentou. Carvalho da Silva apontou como prioridades para Portugal a gestão das empresas, a aposta na qualidade dos produtos e o investimento na investigação, bem como «tratar os grandes problemas do trabalho e não insistir na revisão da legislação laboral». Quanto às intenções privatizadoras do Governo, o secretário-geral da CGTP afirmou que os verdadeiros objectivos são a apropriação dos instrumentos do Estado ao serviço do capital económico e financeiro e a utilização do Orçamento de Estado para conceder benefícios aos grupos económicos. «O ataque à administração pública serve estes objectivos em pleno. Os trabalhadores da administração pública não são nenhuma casta especial. É preciso valorizar, dignificar e responsabilizar a administração pública», declarou.

## Moralizar

Carvalho da Silva abordou também os «falsos apelos à moralização» do

Governo. «Há muito a moralizar na sociedade portuguesa e no mundo do trabalho. Nós somos pelo rigor, pelo cumprimento efectivo dos direitos e deveres. Se há situações pontuais de utilização irregular do RGM, trate-se delas. Se há um ou outro caso de abuso de subsídios de doença ou de desemprego, eliminem-se. Se há serviços públicos que precisam de ser cuidados e rentabilizados, responsabilize-se quem de direito», afirmou. «Mas queremos denunciar: o que interessa aos patrões e aos governos não é resolver lacunas ou situações pontuais de abuso ou de insuficiências. O que lhes interessa é manter e aprofundar suspeitas sobre os trabalhadores para assim poderem criar na sociedade um clima que lhe proporcione atacar os direitos dos trabalhadores», salientou. «Há, de facto, muito a moralizar. Ponha-se quem não paga impostos a pagá-los. Ponha-se a banca e as mais-valias da bolsa a pagarem impostos. Exija-se aos patrões que recebem subsídios do Estado a prestarem contas. Moralize-se a distribuição da riqueza, Combatam-se as falências fraudulentas. Combata-se os salários em atraso e o não pagamento à segurança social», exigiu.



## Em defesa da segurança social

A luta vai continuar e estão já previstas novas iniciativas. Para ontem, quarta-feira, Dia da Segurança Social, estava agendado um plenário nacional de dirigentes e activistas sindicais junto ao Ministério do Trabalho, em Lisboa. Um dos objectivos é defender a segurança social pública, universal e solidária. Na próxima quarta-feira, dia 15, terá lugar também na capital uma exposição pública de denúncia dos acidentes de trabalho.



## Porto

## A solidariedade do trabalho contra a globalização do lucro

As comemorações do 1.º de Maio no Porto envolveram milhares de pessoas, em várias iniciativas que deram expressão popular ao Dia do Trabalhador. Os festejos começaram logo pela manhã com a realização da Corrida do 1.º de Maio, envolvendo mais de 700 participantes, entre 5 escalões etários, e com a Manhã Infantil, onde crianças de várias idades participaram em actividades criativas, na Praça Humberto Delgado. A tarde dessa quarta-feira brindou com sol o comércio e o desfile pela Baixa do Porto, organizados pela União de Sindicatos do Porto, em que

intervieram e participaram dezenas de organizações sindicais, levantando a bandeira da solidariedade entre os trabalhadores do mundo inteiro. No conjunto das exigências que a USP associou à luta do 1.º de Maio, e pelas quais pretende continuar a combater, destacam-se a reivindicação por melhores salários e horários de trabalho, pela justiça fiscal e defesa da segurança social pública, melhor serviço público de saúde, uma escola pública de qualidade, por uma política de imigração justa e pelo fim da tragédia dos acidentes de trabalho.



## Birmanesa Suu Kyi libertada

A líder da oposição de Mianmar, Aung San Suu Kyi, «foi libertada e está bem», confirmou, segunda-feira, o vice-presidente da Liga Nacional pela Democracia (LND), Tin Oo.

Com esta confirmação acabam as dúvidas sobre a prisão domiciliária de Suu Kyi, que estava confinada na sua casa na Universidade de Yangon há 19 meses.

A Junta Militar anunciou o fim das restrições contra a líder da oposição e afirmou, através de um comunicado, que depois desta acção «abre-se uma nova página».

O LND, com Suu Kyi à frente, ganhou as eleições de 1990 com maioria, mas a Junta Militar nunca aceitou os resultados. Um ano depois, em 1991, Suu Kyi recebeu o Prémio Nobel da Paz.

## Manifestação em Bilbao

Milhares de pessoas saíram domingo às ruas de Bilbao como resposta ao apelo feito pelo Batasuna, com o objectivo de protestar contra a possível ilegalização do partido radical basco.

A marcha partiu da Praça Aita Donosti, da capital do País Basco, encabeçada com o slogan «Stop ao fascismo».

Participaram na manifestação os representantes do Batasuna, Josu Urrutikoetxea, Jone Goizelaia, Tasio Ekizia, Eusebio Lasa e o secretário-geral de LAB, Rafa Díez Usabiaga.

## Massacre na Argélia

Trinta e uma pessoas foram assassinadas na passada semana por um grupo de fundamentalistas islâmicos, durante dois ataques sucessivos na província de Tiaret, na Argélia.

Segundo fontes oficiais, o primeiro ataque ocorreu na localidade de Ksar Chelala e fez 20 mortos e cinco feridos. O segundo ataque ocorreu no bairro de Sidi Khaled, na periferia de Tiaret, e causou a morte de outras 11 pessoas.

## Refugiados regressaram a Timor-Leste

Mais de 205 mil refugiados leste-timorenses regressaram a casa desde o início das operações de repatriamento de refugiados de Timor Ocidental, em Outubro de 1999, anunciou, sexta-feira, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Na metade indonésia da ilha de Timor ainda permanecem 55 mil dos cerca de 260 mil timorenses obrigados pelas milícias pró-Indonésia a partir para Timor Ocidental após a vitória da independência no referendo de 30 de Agosto de 1999.

## Washington recusa tratado

O governo dos EUA renunciou oficialmente à assinatura de um tratado para criar um Tribunal Penal Internacional. A decisão norte-americana significa que os Estados Unidos não vão reconhecer a jurisdição do tribunal, não se submetendo às suas decisões.

Milhões de pessoas comemoraram o Dia Internacional do Trabalhador em defesa da democracia e reivindicando melhores condições de vida.

# 1.º de Maio em luta

**Os franceses aproveitaram o 1.º de Maio para protestar contra a passagem de Le Pen à segunda volta das presidenciais. Em todo o mundo o dia do trabalhador foi assinalado com iniciativas políticas, antiglobalização e sindicais.**

Cerca de um milhão e trezentos mil pessoas protestaram em toda a França, transformando as habituais manifestações do Dia Mundial do Trabalhador numa maré humana contra a extrema-direita e a passagem de Jean-Marie Le Pen à segunda volta das eleições presidenciais.

Em Paris, a marcha que contou com a participação de 400 mil pessoas decorreu ao som do rai (género musical argelino) e do reggae, e foi marcada por uma muito forte participação de jovens. No resto do país, dezenas de concentrações, organizadas por 60 organizações de esquerda (sindicatos, partidos, movimentos dos direitos do homem) juntaram mais de um milhão de pessoas contra a xenofobia, de que Le Pen e a sua Frente Nacional são símbolos.

Noutros países europeus foram agendados os tradicionais desfiles sindicais: contra «as desigualdades e o egoísmo» na Suécia, para a revisão dos subsídios de desemprego em Espanha, contra o terrorismo em Itália, pela solidariedade com a Palestina na Grécia e pela paz no Médio Oriente em Bruxelas. Em Inglaterra, os manifestantes desfilaram contra a globalização liberal, pela defesa das prostitutas e pelos direitos dos animais.

No leste da Europa, dezenas de milhares de russos manifesta-

ram-se em Moscovo reclamando a demissão do governo e aumentos dos salários e das reformas. A Federação Russa dos Sindicatos Independentes garante que conseguiu concentrar 140 mil pessoas na capital, enquanto o Partido Comunista reivindicava a mobilização de 100 mil moscovitas, que para a polícia não ultrapassaram os 20 mil.

**Milhões de trabalhadores protestaram contra as reduções salariais**

### Protestos na Ásia

Milhões de trabalhadores asiáticos protestaram contra as reduções salariais, despedimentos em massa e políticas neoliberais em diferentes países.

A maior participação foi registada no Japão, onde 670 mil pessoas acorreram às marchas realizadas em 470 cidades, pela Federação Nacional de Sindicatos e a Associação Nacional de Sindicatos do Japão. Na véspera, 1 milhão de pessoas reuniu-se em Tóquio, exigindo do primeiro-ministro Junichiro Koizumi medidas de emergência contra o desemprego.

Na Austrália, Sydney foi palco de confrontos entre polícia e manifestantes que protestavam contra as restrições à emigração impostas pelo governo. Outras manifestações decorreram em Brisbane e Melbourne.

Nas Filipinas, sindicalistas e trabalhadores assinalaram a data na capital com

protestos antigovernamentais. Entre os manifestantes que se concentraram na capital filipina, muitos protestavam contra os exercícios militares que soldados norte-

-americanos realizam actualmente no país.

Em Jacarta, na Indonésia, milhares de pessoas participaram em protestos um pouco por todo o país para reclamar

melhores condições de trabalho e salariais. Os indonésios exigiram também que o governo decretasse feriado no 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.



Mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas das cidades francesas para dizer um rotundo «Não» à extrema-direita

## Trabalhadores em defesa da democracia

O 1.º de Maio em Caracas, Venezuela, foi marcado por um duelo de manifestações. De um lado, a marcha da CTV (Confederação de Trabalhadores da Venezuela), cujo presidente Carlos Ortega esteve implicado na recente tentativa de golpe de Estado, no dia 11 de Abril. Do outro lado, a FBT (Força Bolivariana dos Trabalhadores), central sindical recém-fundada e alinhada com o presidente Hugo Chavez. A FBT reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas, enquanto a CTV conseguiu juntar cerca de 150 mil.

«A marcha da FBT é o verdadeiro referendo», sintetizou Juan Barreto, deputado do MVR (pró-Chavez), numa alusão à estratégia oposicionista, de exigir um referendo para validar o mandato do presidente. Mesmo com um clima marcado pelo monolitismo anti-Chavez dos meios de comunicação, em especial da TV, ficou claro que o bolivarianismo venceu o duelo das manifestações. As principais reivin-

dicações foram a defesa da democracia e a punição dos golpistas.

No Equador, mais de 50 mil equatorianos participaram na manifestação do 1.º de Maio na cidade velha do Quito, enquanto outros protestos ocorriam em outras zonas do país. O alvo central foi o modelo neoliberal, e mais precisamente o governo do presidente, não eleito, Gustavo Noboa.

No final do protesto, os oradores dos vários partidos de esquerda e centro-esquerda fizeram repetidas menções à necessidade de lançar um candidato único da oposição nas eleições presidenciais que se avizinhavam.

«Cuba sim, ianques não!» foi uma das palavras de ordem mais gritadas na manifestação do 1.º de Maio na cidade do México que teve lugar frente à embaixada dos Estados Unidos.

No centro histórico da cidade, o CT (Congresso do Trabalho) reuniu os mais importantes sindicatos mexicanos.

### 1.º de Maio na Alemanha

# Sindicatos na hora da verdade

As manifestações do 1.º de Maio na Alemanha confirmaram o agravar das contradições entre a social-democracia e o movimento operário. Segundo os sindicatos, manifestaram-se mais de meio milhão de trabalhadores. Mas, no comércio central da DGB em Leipzig, onde entrevistaram o presidente da DGB, Meter Schulte, e o chanceler Schröder, estiveram presentes pouco mais de mil pessoas, na sua maioria quadros do SPD. Mesmo assim ouviram-se muitos assobios e alguns dos participantes entrevistados pela TV afirmavam nada esperar do chanceler que assinou com Tony Blair o célebre manifesto dos «modernizadores». O mesmo aconteceu em Bochum, a cidade dos metalúrgicos da OPEL, onde o chefe do governo da Renânia do Norte-Vestefália, Wolfgang Clement, se atreveu a falar. O concerto de assobios abafou totalmente o discurso de mais um «camarada dos patrões». Perante as espetaculares votações dos trabalhadores metalúrgicos em favor da greve, Schröder baixou o tom das ameaças contra o movimento operário mas

recusa-se a cumprir a promessa eleitoral de proibir o «Aussperrung» («lockout» do patronato).

### Algo está a mudar

A Alemanha é o país com as leis da greve mais repressivas da Europa onde numerosos sectores da função pública e até os professores estão proibidos do recurso à greve. A participação de um milhão de trabalhadores nas greves de aviso realizadas nas últimas semanas mostram contudo que algo poderá estar a mudar na consciência e na determinação de luta do movimento operário alemão. Na segunda-feira, 50 mil trabalhadores suspenderam o trabalho em 21 empresas segundo um sistema a que o IG Metal chama de «greves flexíveis». Com receio de que as direcções sindicais social-democratas, a exemplo do passado, voltem a claudicar, estão a circular abaixo assinados onde se exige que o aumento de 6,5 dos metalúrgicos seja mantido pela comissão

sindical de negociação do IG Metal. Caso contrário, terá de se fazer nova consulta aos trabalhadores.

O tempo em que os dirigentes sindicais se fechavam nos hotéis com o patronato e depois de cozinharem a sós a ementa do capital apresentavam através das câmaras da televisão a distribuição das migalhas aos trabalhadores como uma grande vitória, parece estar a chegar ao fim. O desenvolvimento de um forte movimento grevista é muito importante para alterar a actual correlação de forças entre o capital e o trabalho, dar alento e abrir perspectivas para novas lutas. É necessário superar a despolitização do movimento sindical empreendida pelas cúpulas social-democratas e que limitaram a actividade sindical à negociação salarial, excluindo questões como o tempo e as condições de trabalho, a precariedade e a destruição do sistema social. Só na função pública foram liquidados um milhão de postos de trabalho. A DGB tem capitulado ainda noutras questões fundamentais, como a luta pela paz e

contra o militarismo. Será que para os principais dirigentes sindicais alemães a guerra também ajuda a diminuir o desemprego?

Igualmente suicida é o «sim» dos sindicatos ao princípio da privatização das reformas. Fazer depender o valor das reformas do aumento das cotações da Bolsa significa no mínimo ligar a manutenção do poder de compra dos reformados à destruição maciça dos postos de trabalho e à liquidação dos rendimentos dos trabalhadores activos. A estratégia do capital é clara. Trabalhadores, desempregados e reformados devorai-vos uns outros. Compreender que este tipo de canibalismo social só poderá interessar ao grande capital parece ser demasiado para a inteligência sindical da social-democracia. Mas parece aproximar-se a hora da verdade. A disposição de luta dos metalúrgicos alemães poderá significar o renascer da consciência de classe do operariado na pátria de Karl Marx.

## 1º de Maio em Cuba Um milhão em Havana

O Primeiro de Maio de Havana foi, como nos últimos anos, aquele que em todo o mundo atraiu mais povo e transcorreu em atmosfera mais entusiástica. A multidão concentrada na gigantesca Plaza de la Revolucion foi avaliada em mais de um milhão de pessoas.

Fidel, a abrir a sua intervenção, extraiu a lição implícita nessa realidade. Em nenhuma outra capital americana qualquer dos governos oligárquicos que criticam a Revolução Cubana conseguiria mobilizar mais de cinco por cento da massa que estava ali reunida em Havana.

Essa presença maciça dos trabalhadores cubanos tinha um significado indelével. Sem um consenso amplíssimo, sem adesão colectiva profunda a um projecto nacional, uma concentração como aquela seria impossível.

Por maior que seja o poder do seu sistema mediático, o imperialismo norte-americano jamais conseguirá em apoio dos seus projectos mobilizar nas ruas o povo dos EUA.

As calúnias anticubanas não podem transformar a mentira em verdade. Comprar votos em manobras de chantagem para impor na ONU a aprovação de um projecto que põe em causa o respeito de Cuba pelos direitos do homem não é o bastante para desmentir factos concretos, esses sim, comprovativos do humanismo cubano.

Fidel citou estatísticas. Na imensidão daquela Praça não havia analfabetos, enquanto na América Latina eles são um flagelo. Em Cuba a esperança de vida é a mais elevada da Região onde é o único país que oferece ensino gratuito e universal em todos os níveis. Nenhum outro país apresenta uma percentagem tão elevada de profissionais com diplomas universitários. Enquanto os cárceres do Continente - sobretudo os dos EUA - estão superlotados e a violência, sob múltiplas formas, faz parte do quotidiano das grandes cidades, em Cuba jamais a Polícia foi utilizada para reprimir o povo.

Que melhor prova pode a Ilha oferecer do seu respeito pelos direitos do homem do que o espectáculo do seu quotidiano de tranquilidade social, de terra de liberdade e não violência, precisamente a antítese do panorama exibido pelos EUA e por países cujos governos títeres e oligárquicos a caluniam?

Campanha alguma pode inverter a evidência: a sociedade cubana é muito mais justa, livre e democrática do que a norte-americana.

Fidel pôs ênfase especial numa batalha que é de todos os povos do Continente: a que eles travam contra a Alca, o projecto imperial através do qual os EUA pretendem recolonizar a América Latina. A concretização desse plano - a que além de Cuba, excluída das negociações, se opõem a Venezuela bolivariana e o Brasil - levaria na prática à anexação, mas por desinformação dezenas de milhões de latino-americanos não tomaram ainda consciência da ameaça mortal que a Alca representa para a sua soberania como instrumento de dominação económica, cultural e política.

### Espírito internacionalista

Representantes de movimentos sindicais da Argentina, do México e do Uruguai trouxeram a calorosa solidariedade dos trabalhadores desses países ao povo e aos dirigentes cubanos, condenando a atitude servil que os respectivos governos assumiram contra Cuba, submetendo-se a todas as exigências que Washington lhes apresentou.

Esse espírito internacionalista expressou-se igualmente na solidariedade com os cinco patriotas cubanos que se encontram em cárceres americanos cumprindo sentenças monstruosas acusados de crimes que não cometeram, pois somente tratavam de descobrir as acções terroristas que a mafia de Miami preparava contra Cuba.

As bandeiras empunhadas pelos portugueses, identificáveis naquele mar de gente, ondulante e ruidoso, foram este ano muito numerosas. Elas transmitiam solidariedade, mas também a confiança de mulheres e homens progressistas do Portugal de Abril na capacidade do povo de Cuba para continuar a defender vitoriosamente a sua revolução.

A dança, a poesia, a música foram neste Primeiro de Maio, que terminou com a massa cantando a Internacional, componentes desse ambiente revolucionário peculiar que envolve em Cuba as grandes concentrações populares.

● Miguel Urbano Rodrigues

## Chirac reeleito Franceses votam contra Le Pen

Os franceses saíram à rua no domingo a celebrar a derrota de Le Pen, mas o perigo do avanço da direita permanece nas legislativas marcadas para Junho.

Eleito com 82 por cento dos votos, Chirac ficará na história da política francesa como o «mal menor» que os franceses foram forçados a escolher quando confrontados entre a direita e a extrema-direita.

Quanto ao candidato da Frente Nacional, Jean-Marie Le Pen, embora baixando percentualmente em relação à primeira volta, conseguiu ainda assim aumentar a sua votação em mais de 670 mil votos, uma subida superior ao resultado alcançado pelo número dois da FN, Bruno Mégrét, na primeira volta das presidenciais.

A taxa de participação no escrutínio, apesar de ter sido uma das mais elevadas de sempre (81 por cento), revela entretanto que mesmo numa situação tão perigosa como a que se viveu em França subsiste uma fatia importante do eleitorado (19 por cento) alheada dos destinos do país. Esta realidade poderá vir a ser determinante

nos resultados das legislativas de 9 e 16 de Junho.

É sintomático que Le Pen, referindo-se aos resultados eleitorais, tenha classificado de «notável» a votação da Frente Nacional, que na sua opinião é hoje «a primeira força política» de França.

Com o choque Le Pen, a demissão do primeiro-ministro Lionel Jospin, e o seu afastamento da vida política na sequência da sua derrota frente a Le Pen a 21 de Abril, e o fim da experiência governativa da «esquerda plural», o resultado das legislativas é agora uma incógnita.

Segundo a Lusa, Laurent Fabius, ministro da Economia de Jospin, está optimista e considera que «a esquerda tem todas as hipóteses» de vencer o próximo escrutínio. Em declarações à TFI, Fabius enunciou as três condições necessárias para o efeito: «A primeira condição é a unidade. É necessária uma unidade de esquerda. A

segunda condição é saber ouvir. As pessoas querem humildade, não querem arrogância, querem ser ouvidas. A terceira condição é a da necessidade de ser melhor à esquerda, ou seja, ter uma mensagem económica baseada no trabalho, uma mensagem social, territorial, com base no interesse geral, na integração republicana e uma mensagem política baseada na democracia.»

Curiosas palavras num político que tantas responsabilidades teve num governo dito de «esquerda plural».

Entretanto, Chirac já nomeou como novo primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin, um dos seus homens de mão, a quem encarregou de formar governo.

### «A alternativa à extrema-direita não é a direita»

As reacções à vitória de Jacques Chirac multiplicaram-se pela Europa e pelo mundo com mensagem de felicitação ao presidente, pela sua reeleição, e aos franceses, por terem rejeitado as propostas de Le Pen, provenientes nomeadamente de países como o Reino Unido, Alemanha, Espanha,

Itália, Estados Unidos da América, assim como das instituições da União Europeia.

O dirigente, do PCP, Albano Nunes, em declarações à Lusa, também considerou que a vitória de Jacques Chirac «é uma boa notícia», mas defendeu que «a alternativa à extrema-direita não é a direita».

Segundo Albano Nunes, «é preciso eliminar as causas do «Lepenismo» com políticas que respondam aos interesses e aspirações de quem trabalha».

A um mês das eleições legislativas, esta questão preocupa igualmente o PCF. Num editorial de Pierre Laurent, em L'Humanité (23.4.2002), afirma-se claramente que o resultado do candidato comunista, «historicamente baixo», «sanciona duramente a participação no governo, num contexto de rejeição global da esquerda plural, já manifestado nas eleições municipais». Segundo o editorialista, essa penalização foi acentuada «por fortes rupturas nos meios populares, que já não sentem o benefício da acção do PCF na sua vida quotidiana, e pela dúvida persistente e sem dúvida mais importante, nomeadamente no respeitante aos jovens, sobre a credibilidade do comunismo no início do novo século».

## Desemprego aumenta nos EUA

A taxa de desemprego norte-americana atingiu em Abril os seis por cento, o valor mais alto desde 1994, com a economia a criar um número de empregos menor que o esperado pelos mercados.

«O sector de serviços continuou a crescer em Abril, mas a um ritmo inferior a Março. As novas encomendas aumentaram a um ritmo superior ao de Março; stocks, importações e exportações subiram; o emprego continuou a diminuir, e os preços aumentaram ao ritmo mais elevado dos últimos 11 meses», afirmou Ralph Kauffman, presidente do Instituto de Gestão de Compras, esta semana.

Devido aos altos e baixos da retoma norte-americana, as empresas, em vez de contrata-

rem definitivamente mais trabalhadores, têm optado por «solicitar» aos seus funcionários que trabalhem mais horas e recorrido a empresas de trabalho temporário, de forma a remediar pontuais faltas de mão-de-obra.

Entretanto, o Departamento do Trabalho dos EUA informou, sexta-feira, que o número de desempregados aumentou em 483 mil para um total de 8,6 milhões de pessoas em Abril. As mais atingidas foram as mulheres com mais de 20 anos, passando o número de desempregadas de 3,093 milhões para 3,391 milhões. Quanto ao desemprego masculino, no mesmo grupo etário, registou um agravamento de 3,71 milhões para 3,905 milhões.

Também o desemprego de longa duração, relativo a uma situação sem trabalho com duração igual ou superior a 27 semanas, aumentou em 161 mil para 1,494 milhões, afectando 17,6 por cento do número de desempregados.

### SCH despede 11 mil trabalhadores

O maior banco espanhol, Santander Central Hispano (SCH), irá despedir cerca de 11 mil trabalhadores ainda este ano, apesar de esperar um resultado melhor que o previsto.

As medidas anunciadas estão inseridas no plano de reestruturação da actividade do banco espanhol, com vista à redução dos custos entre 300 a 400

milhões de euros por ano.

Do total de 11 mil trabalhadores despedidos, 3 mil serão reduzidos na Espanha. Em Portugal, onde o grupo espanhol tem participações no Banco Totta & Açores, o banco português prevê uma redução de quadros, medida que se enquadra na política encetada em 2001. Alfredo Sáenz, director executivo da empresa, afirmou, domingo, durante a apresentação dos resultados do grupo, que uma das prioridades a curto prazo é obter poupanças, embora tenha salientado que «o tema dos custos está dominado. Os objectivos cumprem-se comodamente e não nos preocupa em termos de gestão». Recorde-se que o SCH já despediu 15 329 trabalhadores nos últimos meses.

## Comunistas da Catalunha em Congresso

O XI Congresso do Partido Comunista da Catalunha, realizado a 3, 4 e 5 de Maio na cidade de Barcelona, juntou mais de 250 delegados provenientes de organizações de fábricas e outros sectores profissionais, e ainda sectores do ensino e de âmbito municipal e regional.

As intervenções dos delegados foram marcadas por uma forte determinação de luta contra as políticas antipopulares e anti-sociais dos governos da direita da Catalunha e do Estado Espanhol, conduzidas pelo CiO e PP de Aznar. Essa deter-

minação ficou bem expressa no momento em que, intervindo na tribuna enquanto convidado, o coordenador das Comisiones Obreras se referiu à preparação da greve geral marcada para o dia 21 de Junho, tendo sido fortemente aplaudido.

O Congresso do PCC aprovou por unanimidade as teses submetidas à discussão que se referem, nomeadamente: à nova ordem imperialista hegemónica pelos EUA; à União Europeia, considerando necessário avançar com formas de coordenação entre forças de esquerda

em torno de objectivos comuns, na perspectiva de um outro rumo para a Europa; à situação política em Espanha, apontando fundamentalmente para uma mudança de política, através do fortalecimento e relançamento da Izquierda Unida, e da recuperação do sindicalismo de classe das CO.

O Congresso apontou também medidas de reforço do PCC e da sua intervenção e influência nos movimentos sociais. Estiveram presentes delegações estrangeiras em representação de partidos

comunistas e forças progressistas que intervieram na tribuna do Congresso. De salientar como momento alto as intervenções dos representantes da OLP e da Frente Popular de Libertação da Palestina, que foram efusivamente aplaudidas.

O PCP esteve representado através de João Armando, do Comité Central, que leu uma saudação ao Congresso.

Ilda Figueiredo, do Comité Central e deputada no Parlamento Europeu, participou num debate sobre o pleno europeu.

Carlos Carvalhas inaugura biblioteca em Castelo Branco e restauro de pinturas do século XVII na Covilhã

# Dia grande para a Cultura

## no distrito de Castelo Branco

No dia 30 de Abril, pelas 15 horas, o secretário-geral do PCP fez a entrega de uma biblioteca ao Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). À noite, na Covilhã, Carlos Carvalhas inaugurou, no Centro de Trabalho do PCP, o restauro das pinturas do século XVII do Salão dos Continentes.

O secretário-geral do PCP participou no acto de doação, em regime de comodato, de uma biblioteca de 13 mil volumes, deixada em herança ao Partido Comunista Português por Vasco Silva, professor, homem de cultura, democrata e antifascista, afastado do ensino oficial durante os anos 60 e preso no Forte de Peniche em 1964.

«Vasco Silva foi um homem profundamente ligado à cultura e incentivou, promoveu e realizou actos culturais sobre literatura, música e cinema, antes e depois do 25 de Abril de 1974», salientou Carlos Vale, membro da Direcção Regional de Castelo Branco do PCP. O companheiro de luta de Vasco Silva lembrou que este professor e democrata foi o primeiro Governador Civil do distrito, logo após o 25 de Abril de 1974. Recordou também que Vasco Silva não usou o cargo público para resolver a sua situação, resultante do afastamento do ensino oficial pelo fascismo, desde os anos 60. Já depois dos 60 anos, fez a profissionalização, como qualquer recém-licenciado, no Bombarral, durante dois anos.

No início da tarde do dia 30 de Abril, amigos e camaradas de luta de Vasco Silva encheram por completo o auditório principal da Escola Superior de Educação de C. Branco, integrada no IPCB. Lurdes Silva, viúva do homenageado e sua companheira de vida e luta, agradeceu ao PCP e ao IPCB a solução encontrada para a biblioteca, que a partir de agora se encontra numa sala à disposição de professores, alunos e, em geral, da população de C. Branco.

O camarada Carlos Carvalhas, enaltecendo a figura e o exemplo de Vasco Silva, afirmou «para quem defende valores, ideais, causas que são universais, para quem entende que, estando nós no século XXI, depois de tantas transformações, depois de tantos avanços científicos e tecnológicos, ainda vê tantos milhares de seres humanos, tantas famílias que se encontram à margem do crescimento económico, do bem-estar, do acesso à cultura, aos tempos livres, à justiça, quando, estando nós no século XXI, encontramos tantos seres humanos que se debatem com as mesmas chagas como aquelas com que os nossos antepassados entraram no século XX, creio que este pequeno contributo também nos ajuda a transformar o mundo».

### O Salão dos Continentes

À noite, na Covilhã, no Centro de Trabalho, vivia-se um clima de festa. E o

caso não era para menos. Depois de mais de vinte anos de esforços, finalmente, as belas pinturas setecentistas que ornamentam o salão principal do edifício da sede do PCP recuperaram toda a sua beleza e dignidade. Doravante, as pinturas da «sala do tecto», como os militantes e amigos do PCP, na Covilhã, se habituaram a chamar ao «Salão dos Continentes», vão poder mostrar todo o seu esplendor barroco à população.

As obras de restauro foram levadas a cabo através de um protocolo assinado entre o Partido Comunista Português e a Região de Turismo da Serra da Estrela (RTSE).

Em nome do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa (IHAFLB), de que é presidente, o camarada Vítor Serrão afirmou que «pensámos que a Covilhã tinha um património artístico depauperado e pouco importante em termos testemunhais para a memória do património colectivo. A verdade é que, fruto do trabalho que há ano e meio arrancou, a convite do PCP, da RTSE e do IPPAR, se verificou que, afinal, a Covilhã tem um património gótico, manuelino, renascentista, barroco e rococó, de grande mérito e valor no contexto do país».

Para Vítor Serrão, o património artístico do nosso país não é apenas o Convento de Cristo, nem a Batalha, ou os Jerónimos ou Mafra, é também formado por «periferias e comportamentos estéticos que nascem fora de Lisboa, Porto, Coimbra ou Évora. É formado por comportamentos criativos que, com um cariz ideológico muito firme, marcaram modos de actuar, de agir, de decorar, como é o caso deste tecto, em momentos da história de Portugal particularmente complicados». Estas pinturas são um pequeno capítulo mas muito importante, na medida em que ilumina repentinamente uma região a respeito da qual o Guia de Portugal e as monografias referem que não há nada. «Esta ideia, que vigorou até agora, tem de ser combatida, a partir do momento em que reivindicarmos como colectiva a ideia de património como mais-valia que ajuda a transformarmo-nos e ajuda também a recuperarmos memórias perdidas», acrescentou Vítor Serrão.

Na intervenção de encerramento e referindo-se à situação política na Europa, Carlos Carvalhas disse: «estamos aqui na afirmação de um acto cultural e também na afirmação de um acto de democracia. Numa altura em que, pela Europa, velhos demónios se levantam, ontem na Bélgica, Holanda, Áustria, Itália e, infelizmente, também agora na França, creio que, nesta semana em que estamos e que faz ponte entre Abril e Maio, fazemos uma afirmação de valores do nosso país e que são universais. Valores que enformam e que terão de formar a nossa democracia que não é irreversível e, por isso, tem de ser defendida todos os dias».



## O binóculo da Covilhã

O tecto do salão nobre da «Casa das Morgadas», nome por que é conhecido o edifício do Centro de Trabalho do PCP, foi mandado construir em 1642, pelo proprietário, Simão Cardoso Tavares, um próspero industrial dos lanifícios. Mais tarde, por volta de 1690, foi pintada uma alegoria aos quatro continentes (já descobertos naquele tempo) por um mestre de uma oficina de pintura que existiu na Covilhã durante cerca de 30 anos, chamado Manuel Pereira. Nessa altura, durante o reinado de D. Pedro II, conta-nos Vítor Serrão, «a Covilhã era uma terra ascendente por via do trabalho têxtil e da indústria de panos, mas também muito reprimida por albergar uma comunidade importante de mercadores, cristãos novos. Na época em que o tecto foi pintado há pelo menos 20 autos-de-fé-documentados».

Para Ricardo Silva, mestre em história de arte, «estas pinturas significam uma forma de o proprietário conquistar um certo estatuto social como forma de defesa. O certo é que tanto os painéis centrais como os laterais formam um conjunto iconográfico de grande valor. Não é só uma peça, mas sim várias cenas dentro de uma cena». E todas elas vão permitir fazer uma leitura mais detalhada de pormenor, de temáticas pontuais, de modos de ver o mundo através do «binóculo da Covilhã».

Embora ingénua, esta pintura é como um livro aberto do modo como, a partir da Covilhã, o mundo era entrevisto e descoberto na perspectiva que nos volta a revelar que toda a obra de arte é ideologicamente comprometida, em qualquer momento, porque fala de valores, de conflitos, de problemas do quotidiano e de um mercado activo e empreendedor. Tudo isto está no tecto da Covilhã.

● Agostinho  
Lopes

# Simplismos...

## ou a incomodidade do complexo

**O**s resultados eleitorais e os problemas do PCP desencadearam uma infinidade de análises e reflexões onde prevalecem, de forma inflacionada, leituras simplistas e visões a preto e branco. É fácil compreender as vantagens e as conveniências dessas leituras e dessas visões. Mas ser comunista obriga a ser exigente na avaliação da realidade social e política. Obriga à incomodidade das dificuldades em decifrar o complexo.

O simplismo facilita a resposta, pode sossegar consciências, mas não é garantia de acerto ou adequação das respostas aos problemas e questionamentos existentes. Bem pelo contrário. O simplismo facilita a agressão grosseira no debate, encaixa nas leituras e critérios dos *media*, em particular da televisão, e nos seus jogos de poder político-partidários e lógicas de mercado. Mas não resolve um só dos nossos problemas. Agrava-os a todos. Facilita a inserção no debate das emotividades, dos choques de protagonistas, multiplica os vectores de confusão. Insere no debate mais ruído. «Complexifica», confunde, o complexo.

### A culpa é dos outros...

Um primeiro e inaceitável simplismo, violador da lealdade do debate, é a redução das teses adversárias à caricatura. É caricatura dizer que o Comité Central do PCP atribui as causas dos maus resultados eleitorais apenas e somente a razões externas. É um espantoso simplismo e uma cedência à pressão de uma linha mediática contra o PCP, querer afastar essas causas externas da explicação complexa dos resultados! Como é outro espantoso simplismo querer afastar da avaliação dos resultados eleitorais próprios, a força, capacidade, tácticas e estratégias, e resultados de concorrentes e adversários. Como se o espaço político não fosse um campo de forças, influenciando-se mútua e complexamente, em que não há um só resultado de uma só componente, que possa ser avaliada independentemente do resultado de cada uma e de todas as outras. Espaço político que não é sequer um tabuleiro de xadrez, e muito menos a simplista e simplória ideia de um campo/jogo de futebol!

Como se este espaço político e a nossa intervenção eleitoral não sofressem o condicionamento do tempo histórico e da conjuntura nacional e internacional em que se inscrevem.

Simplismos, ou simplistas, também os que afirmam que com outras orientações ou política de alianças, mudada a direcção, logo aí viriam bons resultados, ou pelo menos se susteria a baixa eleitoral. Simplismos que se desfazem na comparação com os processos eleitorais noutros países.

Simplismos que o recente terramoto eleitoral em França põe a nu. Não tinha sido legítimo concluir que os desaires eleitorais de partidos similares se deviam às profundas alterações («mutações») a que procederam na sua estrutura orgânica, modo de funcionamento, orientação e política de alianças. Ou de que outros viram o seu *score* eleitoral subir porque o fizeram. A realidade política de cada país, de cada partido, é um caso cuja complexidade intrínseca não admite simplificações, e muito menos generalizações abusivas ou cópias esquemáticas.

Anote-se que o simplismo da «mudança» da direcção e do presidente/secretário-geral face a derrotas eleitorais, tão cara aos partidos social-democratas e da direita, desempenha um não pouco apre-

ciável papel na continuidade das políticas de direita favoráveis ao capital e ao capitalismo. Essas «mudanças» permitem recriar a ilusão eleitoral da «mudança» e realizar a cosmética necessária para a «alternância». Mudam os partidos de secretário-geral e de direcção, mudam os governos de partidos, para que a política possa continuar exactamente a mesma. E se isto não basta (e já não basta em Portugal), então muda-se o sistema eleitoral! (?). Questão, sem dúvida, central nos problemas dos regimes políticos ocidentais, nas suas derivas políticas de direita e à extrema-direita, na instabilidade e abstenção do eleitorado, na descrença e desespero dos seus cidadãos.

Significam estas considerações que podemos desvalorizar, subestimar, os sucessivos resultados eleitorais negativos e a perda de eleitores pelo PCP/CDU?

Significam estas dificuldades que renunciamos ao esforço teórico, de prática política, de militância, para casar partido comunista com influência e bons resultados eleitorais? Não. Pura e simplesmente que não devem os comunistas abandonar-se à facilidade dos simplismos na resposta à complexidade dos problemas ou à natural pressão dos argumentos ideológicos e políticos dos adversários do PCP. Ou a uma lógica de avaliação dos resultados eleitorais que não tenha em conta a identidade e objectivos deste Partido.

### As duas linhas, ortodoxos e renovadores...

Outro espantoso simplismo, nos dias que correm, sobre o PCP é a história velha e revelha dos ortodoxos e renovadores. Uma história velha no movimento comunista — as duas linhas, a que acaba sempre por se juntar uma sempre original «3.ª via»... Muitos se lembrarão ainda das anedóticas linhas vermelha e negra nas movimentações maoístas e ml dos anos sessenta e setenta. Também aqui é fácil perceber o interesse da comunicação social e adversários: estão facilitados os julgamentos sumários, a escolha e a promoção de protagonismos e antagonismos, de fracturas e facturas...

Mas também aqui não ficam facilitados o debate, a reflexão, o aprofundamento dos problemas que atravessam o PCP e a que temos de responder. Porque se substituirá vezes de mais a rotulagem à necessária argumentação. Porque assim estarão facilitadas as emoções de antagonistas assanhados, onde se pede esforço de racionalidade e serenidade. Porque assim estará criado o caldo de cultura para oportunismos de todos os matizes... onde o discurso de louvação ou de transgressão da «norma», da «ortodoxia» funcionará como única sinalética da qualidade «renovadora» ou «ortodoxa» do militante. Porque assim se obscurece a realidade partidária, atravessada pelos conflitos da sociedade em que se inscreve. Necessariamente, conflitos e dinâmicas de classe, mas também conflitos e dinâmicas de poder, jogos de subjectividades e personalidades, um complexo quadro de problemas internos não resolvidos, cristalizados no profundo espaço político e histórico da vida partidária. Conflitos e problemas presentes em qualquer estrutura organizada e com densidade histórica, a que o PCP não pode naturalmente ficar imune, porque se o fosse, não seria deste mundo...

### Delito de opinião ou conflito com a democracia partidária...

A antinomia ortodoxos/renovadores tem ainda uma preciosa utilidade, embora interesseiros objectivos. É a transformação (mutação) do delicto de comportamento em delicto de opinião, como é uma evidência nas exclamações e reflexões, mais ou menos adjectivadas, na intervenção em curso de alguns ditos e assumidos «renovadores» ou mesmo ex-renovadores (ver Pina Moura).

De facto, a crítica que vem sendo feita pela Direcção do Partido é muito precisa e cirurgicamente localizada sobre comportamentos, que afrontam e se contrapõem às regras de funcionamento do PCP, consagrados nos seus Estatutos: o debate na praça pública dos problemas internos; a promoção de iniciativas que visam ultrapassar e contrapor-se aos espaços partidários existentes. De facto, a tentativa de configurar uma tendência de opiniões/fracção organizada em oposição à que seria a «tendência» da Direcção e do XVI Congresso. É rotundamente falso que as críticas sejam dirigidas contra a diferença, diversidade, oposição de opiniões! O simplismo ortodoxos/renovadores permite deslocar para o campo das diferenças de opinião o que é efectiva subversão do campo da prática partidária. Não há delicto de opinião, há um assumido conflito com as regras estatutárias do PCP e com a democracia partidária.

E se seria um enorme simplismo julgar que a ofensiva em curso contra o PCP se resolve com a aplicação pura e simples (administrativa) dos Estatutos (?), tal não pode significar a sua desvalorização ou a cumplicidade na sua alteração/subversão pela criação de factos consumados, à margem das regras e da vontade dos comunistas democraticamente expressas em congresso.

### Circulação horizontal de ideias?!

O PCP continua a ter os espaços necessários para um debate profundo, sério, com respeito pela fraternidade, frontalidade, que devem os militantes do Partido uns aos outros. O que não quer dizer que o seu funcionamento é sempre o melhor possível! E, sobretudo, que não careça e não possa ter melhorias e aperfeiçoamentos no desenvolvimento da sua democracia interna (?). Mas é uma democracia exigente. Exige, como condição absolutamente necessária, militantes e militância. Exige, também, um estilo de comportamento partidário de escrupuloso respeito pela opinião do outro, capacidade de ouvir e de repúdio da intriga e da maledicência, coragem de assumir e aceitar a diferença, e na vontade de decidir e trabalhar com lealdade, segundo as regras da democracia interna definida nos Estatutos.

Não se fuja, no entanto, à questão central deste problema: há debate democrático sem regras? Quem deve e quem pode defini-las? Quem pode, e em que condições, alterá-las? E a resposta só pode ser uma: os comunistas, e em congresso.

Não se iluda e não se queira confundir mais uma vez a complexa realidade do debate contraditório no interior do Partido, e em particular no apuramento das suas conclusões, através do lançamento do indefinido conceito de circulação horizontal de ideias (?), ou pior ainda,

pela invocação do debate em rede, via Internet! Como se uma questão política de fundo — a participação e a integração das opiniões dos militantes no resultado final do debate — pudesse resultar de uma solução técnica (?). O que não significa desprezar a importância e a necessidade de reflexão sobre o que as novas ferramentas da comunicação podem trazer (e já estão a trazer) ao relacionamento entre militantes e estruturas orgânicas e ao funcionamento do Partido.

Alguns camaradas em conflito, nos seus comportamentos partidários, com os Estatutos, sabem que é inaceitável o uso que vêm fazendo dos espaços mediáticos na expressão das suas legítimas divergências com a Direcção. Porque são espaços a que a generalidade dos membros do Partido não tem acesso. Porque funcionam como armas de arremesso, chantagem e desestabilização das organizações do Partido. Porque são espaços determinados, na forma, dimensão e tempo, pelos adversários/inimigos do PCP. E que apenas são «cedidos» enquanto servirem a guerra contra o PCP ou a guerra das audiências. Devem interrogar-se, esses membros do Partido, por que razão, enquanto estiveram «do outro lado», enquanto foram «ortodoxos» ou da Direcção, esse espaço lhes foi, em geral, ostensivamente negado e vedado no desenvolvimento das tarefas partidárias. A não ser quando o discreto charme da dissidência começava a evidenciar-se...

Significam estas considerações que tudo vai bem no Partido Comunista Português? Mentira. Mas é necessário afirmar com clareza que não é admissível, não é aceitável que, para corrigir o errado, desfazer o mal feito, alterar o que for de alterar, se tenha de proceder da forma que vem sendo ensaiada por alguns membros do Partido, e em particular com recurso a um intenso «bombardeamento» mediático... Não basta afirmar boas intenções!

Não pode valer tudo para defendermos o que julgamos ser melhor para o Partido. Que a uma asneira se responda com uma asneira maior, até ao confronto total e final! A não ser que simplisticamente e religiosamente se julgue que do caos nascerá a luz. Que depois do *big bang* final nascerá o partido comunista que vai ter bons resultados eleitorais, além de ser comunista!

(1) Nem sequer vão tão longe, como se propunha no velho aforismo de Lampedusa. «é necessário que tudo mude para que tudo fique na mesma».

(2) Cabe, a propósito, referir ainda o simplismo dos que fazem dos Estatutos do PCP, e em particular das suas normas disciplinares (como das de qualquer outra organização) um código de medidas administrativas. Porque os estatutos são um pacto político essencial em qualquer estrutura organizada. São mesmo política em «estado puro». Porque estruturam, regulam a forma de exercício do poder na estrutura, e as fronteiras desse poder. A sua aplicação é que pode ser mais ou menos administrativa, isto é, mais ou menos adequada ao contexto político existente e aos objectivos pretendidos.

(3) Aliás, foram sendo feitos diversos aperfeiçoamentos nos últimos congressos, dando seguimento ao que se afirmou no XIII Congresso: «na estrutura e funcionamento do Partido não há regras intemporais e imutáveis» (A. Cunhal, na intervenção inicial); «as palavras que exprimem as características fundamentais, não cobrindo entretanto toda a riqueza da identidade do PCP, não correspondem a princípios, conceitos e práticas intemporais e imodificáveis (...)» (da Resolução Política).

(4) De que já há, aliás, no nosso funcionamento, diversas expressões: plenários de militantes, reuniões de quadros, comissões nacionais, e a existência de espaços no «Avante!», aquando dos congressos (e agora na Conferência Nacional), abertos a expressão das opiniões dos membros do Partido.

(5) São desde logo evidentes as dificuldades e desigualdades de acesso a esses espaços de debate pela generalidade dos membros do colectivo partidário! Desigualdades agravadas no acesso aos «espaços» nos órgãos de comunicação social.

# Tribuna da Conferência



Os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos) – devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor. A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassem os referidos 4000 caracteres. Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção. A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 – 1600-196 – Lisboa; E-mail: [avante.pep@mail.telepac.pt](mailto:avante.pep@mail.telepac.pt) ou Fax 217817193.

## Nota da Redacção

O debate em que o Partido está envolvido, para que frutifique, deve ser sereno, aprofundado e travado com respeito mútuo. As diferenças de opinião, perfeitamente legítimas, podem e devem enriquecer o nosso debate, e não ser esgrimidas para cavar a divisão. Para tanto, importa que cada militante seja capaz de respeitar a opinião dos outros, de forma a que o resultado final seja expressão da vontade colectiva e, como tal, por todos respeitada.

## Preparar a Conferência

O partido com as conquistas da Revolução de Abril, isto é, com a concretização do seu programa, naturalmente, cresceu e desenvolveu-se. Como a revolução foi travada, algumas das conquistas não se consolidaram e, à medida que tais conquistas foram sendo destruídas também a organização, a influência social, política e eleitoral do partido se foi ressentindo. Em contrapartida, os partidos PS, PSD e CDS/PP, isoladamente ou em conjunto, que travaram essas conquistas e algumas delas destruíram totalmente, com certeza viram o seu poder e influência aumentar. Onde nos encontramos hoje, em termos da Revolução de Abril? O que resta das suas conquistas? Como parar esta ofensiva? A estrutura económica do Portugal de hoje não é já praticamente dominada pela classe que a dominava já antes da revolução? Não é já ela que comanda o poder político? Este governo não é já uma consequência dessa situação? Qual a consciência do povo sobre tudo isto? Perante este quadro, que respostas para combater esta política? Como manter o partido com esta identidade e se possível reforçarmo-nos organicamente, aumentar a nossa influência social, política e eleitoral? Para responder a esta situação, tendo também presente o agravamento da situação internacional, foi marcada pelo Comité Central a realização de uma Conferência Nacional para o dia 22 de Junho, para que todos os militantes possam participar e contribuir para encontrar respostas que a situação exige. O XVI Congresso, na minha opinião, embora não existindo ainda este governo, já foi realizado praticamente no quadro referido e nele já foram aprovadas orientações e propostas nesse sentido. No entanto, não foram aprovadas medidas, nem dadas respostas a problemas que já eram visíveis na sua preparação. Como o não foram, acabado o congresso, de novo esses problemas se manifestaram e, hoje, com mais gravidade, tornando evidente que tais respostas não podem tardar, sob pena de se estar já a comprometer tudo aquilo que foi aprovado no sentido de defender e reforçar o partido e até a impedir que sejam encontradas novas e complementares respostas. Nós, comunistas, militantes deste partido, como não acreditamos em varinhas mágicas, nem nos favores dos adversários e inimigos, mas sim no trabalho, no estudo e na luta, só temos um caminho: preparar-nos e contribuir para que na referida conferência sejam encontradas as razões dessas dificuldades e as respectivas respostas. No entanto, há uns membros do partido, que acham que não. E como se auto-excluíram do colectivo partidário, não é nas organizações e no funcionamento normal do partido que intervêm. Organizam-se à margem e vêm para a praça pública combater o partido, de que se dizem militantes, e a defender o que os congressos e o colectivo partidário sempre rejeitaram: a constituição de fracções partidárias dentro do partido, desrespeitando assim todas as normas, regras e princípios de funcionamento do partido.

Por isso, quero aqui, no Avante, deixar a interrogação que me invade, ao ver, ao ler, ao ouvir as declarações de alguns deles.

Haverá algum partido revolucionário no mundo que possa resistir aos ataques dos seus inimigos directos e se dê ao luxo de tolerar até à exaustão as agressões e os ataques que, alguns, dizendo-se ainda militantes e aproveitando os favores da comunicação social dominante, lhe fazem sistematicamente? Julgo que não.

O colectivo partidário terá, julgo, de dar a resposta adequada e rápida a esta interrogação!

Manuel Carvalho  
Almada

## Unidade e coesão

1. Constitui uma tendência das nossas sociedades a tentativa de tudo quantificar, de transformar processos complexos e contraditórios em simples e lineares. Ora, quando empreendemos uma análise da intervenção do Partido na sociedade, das transformações desta e do Partido e das relações que se estabelecem encontramos um processo que no essencial não é susceptível de ser analisado por uma simples quantificação de perdas e ganhos. Nem é legítimo, se quisermos manter a seriedade, separar a frente institucional e contabilizarmos votos como se a intervenção do Partido não fosse diversa e a determinante do voto fosse redutível a uma justificação esquemática. Aumentar a influência e a intervenção do Partido e as formas de o conseguir num novo quadro político. Este é o objectivo da nossa Conferência. Mas pergunto se também aqui não temos que avaliar o quadro em que se desenvolve a luta, os objectivos e a prática das outras formações políticas, a situação geral das forças democráticas e de esquerda no mundo, o agravamento das características mais agressivas do imperialismo, o fecho por parte da ideologia dominante de possibilidades de alternativa e de escolha, etc. O facto é que frequentemente pensamos que mudando formas de intervir, mudando o discurso, encetando caminhos que aparentemente são mais 'apelativos', avaliando as transformações sociais de forma superficial (literalmente: dando um valor inusitado às constantes mudanças que percorrem a 'superfície' da sociedade com o surgimento e desaparecimento de camadas e agrupamentos sociais sem atender à permanência na estrutura social de relações de classe estruturantes), julgamos poder transformar dificuldades em facilidades não vendo que estas aumentam com o esbatimento das características básicas do nosso Partido. 2. A destruição do aparelho produtivo nacional é dos mais sérios desafios colocados ao povo português e às possibilidades de desenvolvimento do nosso país. Não pode subsistir um país independente, com voz própria nos assuntos europeus, com possibilidades acrescidas de diminuir as graves assimetrias regionais, com possibilidades de encetar uma política de desenvolvimento possibilitadora de diminuição das disparidades sociais, capaz de criar emprego qualificado à jovem população que vai entrando para a vida activa sem se inserir no processo global de produção de mercadorias. A par da necessidade de produzirem Portugal urge que no processo de produção haja um forte valor acrescentado realizado no país, sem o qual as unidades instaladas não serão impulsoras de outras indústrias e de outros serviços. Torna-se claro que a destruição do aparelho produtivo serviu pelo menos três objectivos fundamentais: dismantlar importantes células e organizações do Partido, acelerar o processo de concentração monopolista e aumentar a taxa de lucro do capital. A crescente financeirização do capitalismo corresponde ao desvio de recursos do tecido produtivo para zonas de aplicações financeiras onde exista um retomo de capital maior e mais rápido. Que as alterações na arrumação das classes e camadas sociais em Portugal tenham conhecido constantes e crescentes variações é uma evidência. Objectivamente estão ligadas ao desenvolvimento contraditório do processo contra-revolucionário e ao desenvolvimento de novas profissões associadas ao assalariamento de trabalhadores intelectuais. As relações de classe estruturantes do modo de produção capitalista têm-se tornado uma realidade mais submersa e escondida nesta teia de novas relações

sociais que se movimentam na sociedade. Mas são elas e o modo como o Partido desenvolve o antagonismo fundamental e engloba novas contradições (ainda que efémeras) na potenciação das lutas que vêm de encontro ao reforço da intervenção e influência do Partido. Unidade e coesão do grande colectivo partidário em torno do nosso programa e dos nossos princípios orgânicos e estatutários são condição necessária para que desenvolvamos a luta. É necessário e urgente que a unidade, a coesão e a disciplina no PCP seja restabelecida.

Paulo Maurício  
Oeiras

## Um desabafo

Tenho para mim que a culpa por termos a mais baixa produtividade da Europa é muito mais do patronato que temos que dos nossos trabalhadores. Esses, quando emigram, igualam ou superam a produtividade dos seus camaradas dos países que os acolhem.

«A necessidade aguça o engenho» - diz o provérbio - mas o inverso é também verdadeiro: o sistema fundiário no Sul era feudal, e, portanto, pré-capitalista porque, sendo as propriedades tão grandes a receita era também suficiente para que os latifundiários não sentissem «necessidade» de «aguçar o engenho» (deixando de ser absentistas, investindo na modernização da agricultura e da pecuária, da indústria de bens alimentares, etc.).

O mesmo se passa com os actuais patrões. Sendo os salários tão baixos e a fuga aos impostos tão grande, não têm «necessidade» de «aguçar o engenho» da modernização, de adquirirem formação pessoal como gestores, etc.

Um trabalhador quando se candidata a um posto de trabalho tem de submeter-se a testes psicotécnicos e, mais tarde, a cursos de formação.

Um patrão não tem de submeter-se a provas de selecção e em regra (pondo a tónica na ignorância e no improvisado) não frequenta cursos para gestores. Basta-lhe possuir (ou ter herdado) os meios de produção. E, depois, ainda engrossam o coro governamental da baixa produtividade como se os culpados fossem os trabalhadores...

É só um desabafo... Um abraço de muita estima e apreço pelo belo trabalho que é o nosso Avante!

Luís Almeida  
Lisboa

## Não ceder ao ultraliberalismo

Como pode o Partido fazer frente ao processo globalizador em curso assente na progressiva americanização da sociedade e utilizando poderosos instrumentos mediáticos? De que forma a luta de classes se adequa às novas realidades sociais em que se esbate a dicotomia burguesia/operariado, para dar lugar a um novo tecido social, de contornos prolixos e extremamente vulnerável aos ditames do capitalismo? Em suma, como agir no concreto social, um partido que pugna pela defesa das classes trabalhadoras, em particular o proletariado, em oposição ao patronato?

As alterações estruturais da economia levaram à quebra do factor produtivo em benefício da actividade financeira especulativa, emergindo deste fenómeno, concomitantemente, novos grupos socioprofissionais, ditos trabalhadores independentes ou empresários individuais, assalariados desconstruídos, um exército de disponíveis ao sabor das vicissitudes da roleta capitalista e do jogo impune das falências. Desacelera-se a industrialização, limita-se a actividade agrícola de

acordo com as tabelas impostas pela U.E. e o sector terciário torna-se volúvel, insustentado e explorador da mão-de-obra técnica e especializada, exigindo total entrega do trabalhador.

Paralelamente, o «vírus» capitalista caracterizado pelo emburguesamento da classe operária, incute nas mentalidades ideais e modos de vida cuja razoabilidade ultrapassa pela negativa o minimamente aceitável, mas que molda inevitavelmente os espíritos ávidos de promoção social, riqueza e bem-estar, ainda que aparentes todos estes pretensos objectivos da sociedade liberal. A televisão e o mau cinema fazem o resto, num processo de manipulação das massas, orientando-as para o consumo desenfreado, o endividamento, a submissão total à banca, resultando na perda de independência individual e obrigando a pessoa a opções políticas concertadas com as peias capitalistas que a acorrentam. Numa sociedade economicista, onde o factor político está subordinado ao económico, a liberdade é uma quimera. O livre arbítrio individual está configurado pela natureza das suas complexidades, no emprego, no banco que emprestou a juros para a compra da casa, do carro e das últimas férias, e nesse enquadramento os indivíduos movem-se dando-se facilmente conta do curto comprimento da corda que os sustém e mantém presos.

Como deve agir um partido cuja essência ideológica se afasta destes mecanismos extremamente intrincados na sociedade hodierna? Renovar-se à moda de outros Partidos Comunistas da Europa, cujos resultados redundaram num fracasso? Parece-me que não. Deixar que de eleições para eleições se percam deputados, autarquias, dando cumprimento ao último golpe contra-revolucionário? De modo nenhum. Dar o flanco ao Bloco de Esquerda, onde as boas intenções andam de mãos dadas com o elitismo intelectual e o desprezo pelas classes trabalhadoras e pobres deste país?

Não há fórmulas mágicas, certamente. Mas acompanhar os novos tempos não pode significar a cedência ao ultraliberalismo e o abandono do socialismo, enveredando por compromissos de feição social-democrata. A abertura não pode querer dizer um partido descaracterizado, sem força, adaptando-se passivamente aos preceitos capitalistas. Abertura poderá passar, isso sim, pelo processo dialéctico em que um esforço de introspecção do socialista, a redescoberta do seu lugar no mundo de hoje o projecta no concreto vivido, intervindo na sociedade com uma intenção rectificadora, recuperando o valor do colectivo e da personalidade humana, a estreita relação entre homem e grupo, a complementaridade inequívoca entre ambos, ou seja, o bem do eu é, inevitavelmente, o bem dos outros.

Paulo Gonçalves  
Porto

## O Avante! e não só

Se algo de extremamente positivo aconteceu com a chamada crise do PCP, foi que esta serviu para espelvar o debate no seio do partido. Só por isso, cabe louvar todos quantos, à sua maneira e animados das mais variadas intenções e razões, desencadearam a polémica.

Espevar, mexer, contrariar as consciências, faz com que a gente se sinta vivo numa sociedade que nos quer adormecidos.

Nada de melhor para quem se habitua a uma militância rotineira (como é o meu caso) do que um bom pontapé no rabo que nos faça optar pela reunião do partido em vez de estar agarrado ao telecommando para escolher entre as dezenas de canais TV que tenho em casa.

# Tribuna da Conferência



Todavia, aquilo que, em cima, eu admito como extremamente positivo, é naturalmente parte do movimento contraditório que, como tudo na vida, tem outro lado menos positivo e que eu repugno. São os meios utilizados por alguns camaradas para se fazerem ouvir, ou seja; gozam dos favores da generalidade da comunicação social e da sua generosidade, disponibilidade e simpatia, sentimentos manifestamente suspeitos, transformando esses camaradas em participantes privilegiados no debate e, logo, discriminatório para outros.

Dir-se-á que dirigentes a todos os níveis do partido, condicionados pelas regras internas, voluntariamente aceites, não estão disponíveis para participar em tais debates públicos orientados segundo os princípios da política espectáculo, caros ao corporativismo jornalístico?

No entanto, e como é assumido por alguns dirigentes que mantêm colunas de opinião em alguns jornais, penso que há necessidade de mais agressividade, mais ousadia e mais polémica no debate público, participando o mais possível na generalidade da imprensa.

Depois há que fazer coisas novas. A nossa imprensa está a léguas de poder responder às exigências duma opinião pública que manifesta interesse pela discussão ideológica, contrariando, até, algumas tendências da afirmação global do pensamento único.

Em conversa com um amigo, militante do PSD, disse-lhe eu em jeito de desabafo: estou farto da agressividade da comunicação social... não percebo por que é que o PCP, estando cada vez mais fraco suscita tanta agressividade? É um problema ideológico, disse ele, ninguém tem ideologia para discutir... a não ser vós.

Passo sobre o tom irónico com que me respondeu, mas tinha razão o meu amigo. É que o PCP tem efectivamente essa coisa que jamais o transformará em la cosa!

Mas é com base num papel de animador do debate ideológico que, entre outras coisas, o PCP precisa de um AVANTE novo, atractivo, que se leia mais por prazer que por militância, polémico, sem medo de errar, no sentido de como diria Bento de Jesus Caraça.

Parte do nosso semanário deve ser, positivamente, virada para o debate contraditório, enquanto outra parte deve ser, obviamente, a voz da direcção eleita, isto numa acção de pedagogia democrática.

O "Militante" e a "internet" ao serviço de debates temáticos e fóruns. *A paridade; a homossexualidade; a emigração/imigração; o que é isso a que chamam comunismo?; o Jornalismo enquanto vozes do seu dono; o pensamento único; aborto; regionalização; políticas unitárias; etc.; etc.*; e muitos outros temas que nos convidam a um tratamento sem paternalismo nem verdades absolutas mas também com uma postura inconformista de quem não navega no politicamente correcto e sempre numa análise sustentada naquela ferramenta fundamental que é o pensamento dialéctico.

Não quero mais estar sujeito àquela abordagem do meu vizinho, fiel eleitor da CDU e do PCP, que me veio dizer que, pela primeira vez, tinha hesitado na sua intenção de voto, porque tinha lido no Jornal de Notícias que o partido ia expulsar fulano e beltrano.

Segundo a Marktest, cerca de 800 mil pessoas lêem diariamente o JN, 700 mil o Correio da Manhã, 390 mil o Diário de Notícias e 300 mil o Público. E as "fontes fidedignas", quantos a lêem?

"CONSTRUAM-ME, PORRA..." escreveu alguém nos muros do Alentejo, a propósito do Alqueva e à boa maneira de Maio 68. Eu cá do norte vos digo, VAMOS A ISTO, QUE TENHO PRESSÃO... e não me obriguem a escrevê-lo nos muros...

José Machado  
Rio Tinto

## Identidade própria

Quero aqui expressar perante todo o Colectivo a minha indignação pela forma como alguns militantes ultimamente têm tratado este Partido. Alguns militantes, ao arpejo das regras estatutárias e das mais elementares regras da democracia interna, aproveitando a boleia que a comunicação Social lhes têm dado, tudo têm feito para pôr em causa este grande colectivo partidário.

É de lamentar que alguns militantes, que já tiveram grandes responsabilidades a nível da Direcção do Partido, venham para os Jornais, Rádios e Televisões fazer acusações graves à Direcção do Partido, eleita democraticamente e por larga maioria dos delegados ao XVI congresso que se realizou em Dezembro de 2000.

Contrariamente ao que esses militantes vêm dizer para a comunicação social de que são impedidos de dar a sua opinião dentro do Partido, eu, como militante deste grande colectivo partidário há 23 anos, nunca fui impedido seja por quem for em dar a minha opinião, discordar ou não com a orientação política do colectivo partidário.

Qualquer militante tem o direito e o dever na sua organização de se pronunciar sobre todas as questões que digam respeito ao funcionamento interno e orientação política do Partido. O que não têm é o direito de vir para a praça pública, através da comunicação social, dizer aquilo que não corresponde minimamente à verdade (denegrir a imagem do Partido).

E já agora que estou a falar da livre expressão dentro do Partido, convém recordar o seguinte: um desses intitulados renovadores que diz ser vítima de não se poder exprimir dentro do Partido, em 14 de Março de 2000, em visita de trabalho que efectuou ao meu Concelho em frente da Câmara Municipal de Baião, e perante os órgãos de comunicação social, agrediu-me verbalmente dizendo: cala-te, não tens nada que estar a falar para a comunicação social; quem fala sou eu!

Camaradas, isto que fique claro: o Partido tem a sua identidade própria de Partido Comunista Português e que se desiludam aqueles militantes que querem a todo o custo que o Partido seja muleta do Partido Socialista com o objectivo de virem a ser ministros e secretários de Estado, como consta de uma entrevista dada a um órgão da comunicação social por um desses militantes. Quem decide a orientação política do Partido é o colectivo partidário e não os interesses mesquinhos e pessoais sejam eles de quem for.

Li atentamente o comunicado e as conclusões da reunião do Comité Central de 13 e 14 do corrente mês e estou totalmente de acordo com a análise que este órgão do Partido faz da situação política actual. Como é referido no documento, o Partido tem de estar mobilizado para dar a resposta devida a esta escalada reaccionária que o Governo do Durão Barroso e Paulo Portas tenta levar em frente.

António Belmiro Gomes  
Baião

## Clarifiquemos

Dirijo-me ao espaço «AVANTE!» preparatório da Conferência Nacional, tornando claro que ao longo dos meus 28 anos de militante do Partido nunca me senti limitado, constrangido, envergonhado, amedrontado, em colocar as minhas opiniões, seja em relação a pessoas seja em relação a questões de orientação. E se hoje o faço deste modo é simplesmente para tornar claro que, na minha opinião, urge dizer basta! Dizer basta a um conjunto de membros do Partido que dizem

não aceitar que a Direcção do Partido distinga entre promotores e participantes, argumentando que todos sabem pensar pela sua cabeça, mas que não querem aplicar este mesmo critério quando, esmagadoramente, nos Congressos do Partido e outras iniciativas e debates as suas propostas, ideias e concepções são derrotadas.

Esses membros do Partido que se acham na posse de toda a verdade, toda a análise, na verdade não se submetem à regra da maioria. Eis os democratas que são. Não tendo votos que cheguem, optam por arranjar amplificação por via da comunicação social. Deste modo, transformam 100 em 10 mil; aparentam uma força que não têm; transformam a fraqueza, das suas opiniões e concepções no seio do Partido, numa força que realmente não têm. Com isto, confundem, paralisam a reflexão necessária, atrapalham a intervenção necessária. Com isto, enfraquecem o que dizem querer reforçar. Desmobilizam o que dizem querer mobilizar. Desmotivam o que dizem pretender motivar. Destroem e fragmentam o que dizem querer unir.

Com quem se tem comportado da maneira como se têm comportado alguns membros do Partido, não há «pontes» e «inclusões» possíveis, porque a única maneira de isso ser atingível era alterar a natureza e princípios do Partido. Desiludam-se os camaradas que feitos «bichos de seda» pensam que é possível haver retorno. As coisas foram longe de mais! Estão a ir longe de mais! Como é possível admitir que um membro do Partido dê uma entrevista, na qual insiste, ao desafio, em defender o que lhe apetece e tece considerações sobre qualidades «humanas» de outro membro do Partido? Aliás, como já tinha feito na «Visão» em relação ao Secretário-Geral? Como admitir? Como admitir que continue no Partido quem classifica a Direcção do Partido de «terroristas»? É possível «pontes»? É possível com este tipo de pessoas debate sem «exclusões»? Qual a razão para a não tomada de medidas? Há alguma explicação convincente para que isso não seja feito? Todas as explicações/opiniões que recebi não me convenceram e cada dia que passa menos me convencem.

Por fim, dizer que tem vindo a «chover fogo» sobre o camarada Jerónimo de Sousa. Nunca privei com o camarada, nunca estive em nenhuma reunião com o camarada, ou seja, conheço-o mas não o conheço. Mas o que importa aqui são duas questões: em primeiro lugar, temos um Secretário-Geral de nome Carlos Carvalhas. Em segundo lugar, não aderi ao PCP por causa do Secretário-Geral ser este ou aquele. Aderi pelos ideais que defende, pela consequência entre as palavras e os actos, pelo projecto. Estas são as questões de fundo e o resto é, quanto a mim, poeira lançada aos olhos e se esfrega, infecta. Quando assim acontece é preciso lavar e não massajar.

Alfredo Correia  
Porto de Mós

## Convoque-se o XVII Congresso

Com a nota prévia a anteceder o artigo de opinião de Jaime Serra, o director do Avante! introduziu no debate sobre a realização da Conferência Nacional dois novos critérios de valoração dos pontos de vista expressos na Tribuna da Conferência. O primeiro critério divide os autores dos artigos entre os que têm direito a nota biográfica e aqueles cuja biografia é irrelevante. O segundo critério, porventura ainda mais discriminatório do que este, distingue os comunistas entre aqueles que sabem do que falam e os que supostamente vivem na mais obcecada igno-

rância. Presumo que Jaime Serra tenha sido completamente alheio a este excesso de zelo, uma vez que todos os comunistas o conhecem e reconhecem o seu papel histórico como dirigente partidário. Há que ter mais confiança na memória dos comunistas e no seu conhecimento sobre o papel desempenhado por alguns dirigentes do PCP na clandestinidade.

Sou um dos numerosos militantes comunistas que têm mantido publicamente, desde a preparação do XVI Congresso, um ponto de vista crítico relativamente à condução do partido, à sua organização interna, à sua apreciação sobre a política de alianças e ao sentido programático da sua intervenção. E se não fossem já suficientes as razões para também eu considerar que é em sede de um Congresso que os comunistas devem analisar, discutir e tomar decisões sobre aquelas matérias, aí está um membro do partido, simultaneamente do Comité Central, da Comissão Política e director do Avante! a acrescentar argumentos aos argumentos que tenho vindo a sustentar para que se desenvolva um movimento de rectificação da linha obreirista que se instalou na sua direcção.

O culto da personalidade que o director do Avante! revela nesta sua manifestação jornalística, não a entendo como um episódio casuístico, uma espécie de variação momentânea do humor, mas uma tendência instalada e enraizada na direcção partidária, que remete para a origem de classe — com todos os desvios, defeitos e perversões que lhe são atribuídas — a explicação para a necessidade reclamada por um vasto sector de militantes de se proceder a um exame rigoroso da situação que actualmente se vive no partido. Aquela explicação levar-nos-ia longe, à Comuna de Paris, às origens do movimento comunista e ao período de reorganização do PCP na década de 40, por exemplo. Esse debate, apesar de já ter sido anteriormente feito, seria interessante e politicamente relevante fazê-lo de novo, tendo em consideração a actual conjuntura política interna e internacional e as alterações sociais que entretanto se verificaram nestes últimos vinte anos, nomeadamente.

Hoje em dia já não é suficiente nem prestigiante para um comunista, por maior que seja a sua legitimidade histórica e a sua posição na hierarquia partidária, procurar explicar os fenómenos que se desenrolam dentro do partido ou na vida social através do recurso a formulações simplificadoras dos acontecimentos. A investigação social e política tem produzido uma tão vasta e tão complexa soma de conhecimentos que não é lícito nem credível mantermo-nos fixados exclusivamente no quadro teórico dos clássicos do marxismo-leninismo para os explicar. É nos seus desenvolvimentos e não na sua ritualização e celebração inconsistentes que os comunistas têm a obrigação de procurar inspiração para fazer as perguntas e dar as respostas aos novos problemas que a globalização capitalista coloca.

São estas algumas das questões que é necessário estudar, analisar e discutir. É por isso que continuarei a defender a realização antecipada do XVII Congresso. Porque é necessário tomar decisões urgentes que só um congresso pode legitimar.

Cipriano Justo  
Cascais

## Outro caminho não há...

Duas palavras do nosso dicionário político: «renovador e ortodoxo» têm sido atribuídas nestes últimos tempos a diversos camaradas, a meu ver erradamente.

*Nota da Redacção*  
Ao contrário do que afirma o camarada Cipriano Justo, não há qualquer «nota prévia» do «director do Avante!» a «anteceder» o texto do camarada Jaime Serra, publicado na nossa edição de 24 de Abril. Com efeito, todo o referido texto é da autoria de quem o assina. Esta é a verdade — à luz da qual devem ser apreciadas as considerações e conclusões produzidas pelo camarada Cipriano Justo. Quanto às considerações que o texto do camarada Cipriano Justo suscita e às conclusões para que remete, deixamo-las à inteligência, à lucidez, ao rigor, à lealdade, à camaradagem, à fraternidade, à consciência e à prática revolucionárias que são características dos militantes comunistas — e que constituem fonte de força essencial do nosso Partido.

# Tribuna da Conferência



Não elogio o autor, quem quer que ele seja, da primeira atribuição desses epítetos, porque não concordo com ela - dado que todos os comunistas, se forem genuínos, são simultaneamente renovadores e ortodoxos, por sua própria natureza, dispensando por isso tais designações.

São renovadores porque, atentos às transformações económicas, políticas, sociais e culturais da sociedade onde estão inseridos, devem actuar sempre tendo em conta as condições objectivas existentes em cada momento e são ortodoxos porque têm também de ter sempre presente que a bússola que os deve orientar são os princípios fundamentais do socialismo científico, do marxismo-leninismo, caso contrário deixarão de ser comunistas e passarão a ser, por exemplo, social-democratas, socialistas ou qualquer outra coisa.

Actuar desta maneira nos tempos que correm não é nada fácil, porque os ventos que agora sopram, isto é, de há uma dezena e meia de anos a esta parte, são contrários ao nosso objectivo: uma sociedade socialista.

Os camaradas alcunhados ou autoproclamados de renovadores devem ter bem presente que, quaisquer que sejam as suas opiniões, têm sempre que ter como objectivo primeiro salvaguardar a unidade e o fortalecimento do Partido. Isto significa, a meu ver, que embora discordando das decisões da direcção do Partido devem acatá-las porque se encontram acentuadamente em minoria. Devem também evitar comportamentos fora do Partido que dêem armas e argumentos aos nossos inimigos de classe.

Por sua vez, os designados ou também autoproclamados ortodoxos têm que respeitar e fazer respeitar a lei fundamental do Partido - os Estatutos; antes, porém, no grande debate que está a decorrer em todo o Partido deverão discutir opiniões e ideias, dialogando e conversando fraternalmente com os discordantes das orientações dos órgãos directivos que foram democraticamente eleitos no último Congresso, sem crispções, num espírito de total abertura e de respeito mútuo.

Depois destas diligências, se persistirem atitudes desrespeitadoras dos Estatutos, então outro caminho não há que não seja dar rigoroso cumprimento ao que está estatuído.

Será lamentável que outra solução não exista para normalizar a vida interna do Partido, que bem necessita de unidade e de força para enfrentar as árduas tarefas que se avizinham no combate à política de direita que o Governo já deu mostras de pretender impor, a todo o custo, ao povo português.

José Agostinho Salgado  
Matosinhos

## Ligação à sociedade

Não restam dúvidas para ninguém - o PCP vive uma (aguda) crise. Mas o mais preocupante não é, ao contrário do que sustenta a comunicação social, o assinalável declínio eleitoral que marcou a nossa participação nas três últimas eleições.

O grande factor da minha preocupação é, outrossim, o declínio da nossa influência social junto dos trabalhadores, dos intelectuais, dos jovens, do povo.

O caso da ligação aos trabalhadores é paradigmático: não só não acompanhamos as novas realidades laborais (da precariedade, do teletrabalho, da predominância do comércio e serviços), como estamos cada vez mais afastados, mesmo daqueles sectores onde detínhamos por tradição uma maior influência. A imagem de um PCP com forte ligação ao operariado e uma organização forte e participa-

tiva já não passa de um mito. Não vale sequer a pena argumentar que existe no comité central uma elevada percentagem de operários: não é verdade. De entre todos os identificados como operários no comité central, 69% são funcionários. Mais: destes 69%, 80% são-no há mais de 20 anos! Que ligação ao mundo do trabalho temos nós afinal? Que conhecimento?

Não nos enganemos. O mesmo se passa com os jovens, os intelectuais, os trabalhadores do comércio, dos serviços.

A nossa ligação à sociedade, e mesmo aos nossos militantes, deve portanto constituir a nossa maior preocupação. E é tendo em vista essa preocupação que devemos, como um partido revolucionário, colocar em discussão toda a nossa estratégia e análise políticas. Devemos ser capazes de debater sem estigmas para, como Lenine, aplicar a teoria revolucionária à nossa realidade concreta. Temos de ser capazes de criar um debate profundo e aberto que nos permita analisar a sociedade e a influência que nela queremos ter.

É esse debate possível?

Não. Não enquanto os militantes não tiverem todos acesso livre a informações sobre o que se passa no resto do país, não enquanto não houver liberdade total de circulação de opiniões e ideias. E nunca, mas nunca, enquanto o Avante publicar longos artigos injuriosos como o do camarada Domingos Abrantes no passado dia 18 de Abril, mas recusar o direito de resposta aos mesmos. E nunca enquanto, por todo o país, se calunie, se ameace, se amedronte camaradas.

O fim destas práticas é condição *sine qua non* para um debate entre comunistas.

Se reconhecemos, como devemos reconhecer, a necessidade urgente de um debate profundo, devemos tomar esta Conferência como uma oportunidade para, reafirmando-nos comunistas, preparar um debate maior, mais abrangente, mais competente. Para prepararmos uma reunião daquele que é o órgão soberano do PCP, do congresso. Sem insultos, sem mentiras, sem exclusões. Desta vez.

Rita Dantas

## Aonde vamos?

Camaradas, eu li:

“CM” 23/12/01 - «Outros casos de sucesso de elementos do PCP conotados com os “renovadores” é o de Carlos Sousa».

“CAPITAL” 22/3/02 - «Carlos Sousa defendeu ontem uma discussão da cúpula às bases mas rejeita congresso».

“EXPRESSO” 29/12/01 - J. Amaral: «Guterres de quem sou amigo pessoal ficará também associado às reformas: Fiscal, Segurança Social, Sindicalismo Policial, Associativismo Militar e RMG».

(Pergunta-se: o RMG é do PCP. E as outras onde estão?)

**Texto de recolha de assinaturas para o congresso** - «as perdas do PS é associá-las com a má política do governo de António Guterres».

“EXPRESSO” 19/1/02 - Domingos Lopes: «outras são as responsabilidades do PS por ter realizado uma política claramente neoliberal. Aliás o próprio candidato a líder é obrigado a reconhecê-lo. Assim restam-nos a todos tudo fazer para o partido obter um bom resultado e depois ir ao debate».

“Independente” 12/4/02 - «Os comunistas que participaram no jantar realizado no Parque das Nações lutam por “um partido novo, congresso, novos estatutos, novo programa e nova direcção”. O jantar na FIL foi pensado para “discutir o comunismo” e para homenagear J. Amaral».

(Pergunta-se: porquê não discutir também o nome, símbolo e hino?)

“EXPRESSO” 26/1/02 - J. Amaral: «ponho um ponto e vírgula neste debate. Agora vamos às eleições».

“EXPRESSO” 2/2/02 - Carta dos

filhos de J. Amaral atacando o PCP e defendendo o pai.

“24 HORAS” 2/2/02 - «J. Amaral deve manter-se como cronista e comentar no “JN” e “SIC-N”. Também dão rendimento».

“CM” 23/12/01 - «Os renovadores salvaguardam que não estão em causa clivagens internas».

“CAPITAL” 26/3/02 - Carlos Luís Figueira «sem dúvida são necessárias alterações na direcção. Incluo o Secretário-Geral».

“CM” 21/1/02 - «PCP disponível para formar governo com PS».

“JN” 21/3/02 - «Em jeito de desafio foi proposto que o “AVANTE” seja aberto a todos».

“CM” 23/12/01 - «Janeiro poderia ser o mês para o XVII congresso segundo uma fonte anónima do PCP».

“CM” 16/4/02 - «O PCP não está bem. Os tempos na Europa não correm de feição para os PCs. Ainda hoje há quem tenha pesadelos só de ouvir falar no PCP. E sonhe com a sua destruição total. E se rebole de gozo com o afã dos renovadores».

“CAPITAL” 18/3/02 - Paulo Portas: «Aconteceu algo que me dá especial alegria. Finalmente ultrapassámos os comunistas».

Depois de ler tudo o que está escrito acima (e muito mais) e pensando que nestes 28 anos após Abril nunca se escreveu tanto sobre o PCP (tentando a sua destruição) eu pergunto: Para onde vamos? O que queremos fazer ao PCP? Que temos para dizer aos trabalhadores e ao povo português sobre o PCP?. Está tudo louco?

Sabendo que nem tudo vai bem no PCP e da necessidade da discussão construtiva parece-me que não estamos todos a falar na mesma onda.

O texto para recolha de assinaturas, para o XVII congresso, é omissivo quanto à substituição da direcção, à discussão do comunismo, à elaboração de novos Estatutos, ao aparecimento de um novo partido e à elaboração de um novo programa.

Pelos contactos que tenho tido muitos dos camaradas, que subscreveram o texto, não era isto que pretendiam. Quem se quer aproveitar deles?

Muitos dos camaradas que aparecem a criticar o partido têm a consciência de que se não fosse por isso, nunca a *media* lhes dariam o realce que têm tido.

Sendo assim: o que pretendem? O que ganham com tais posições? Não pensem que o capital não os desprezará (após o servirem), como tem feito com todos os outros que saíram do partido.

Penso que é chegada a hora de começarmos, realmente, a discussão que interessa (exclusivamente) a quem tem em mente defender a revolução e as classes mais necessitadas sabendo nós, **todos**, que ao capital isso não interessa.

Se não nos conseguirmos entender, que diremos ao povo?

Acusamo-nos uns aos outros? E a memória dos que lutaram? Jogamo-la fora?

Porquê, homens que têm anos de luta, parece que estão agora a mudar de campo?

Vitor Pereira  
Sarilhos Grandes

## Afinal somos todos comunistas...

Não há dúvida que a principal causa de mal-estar que se está a gerar no seio da família comunista se deve aos «media» que, protegidos, sabe-se lá por que deuses, continuam, impunemente, a dizer tudo o que é e aquilo que não é.

Mas não é menos verdade que se o verdadeiro comunista tiver a coragem de lhes transmitir, directamente e com sinceridade, os problemas que vão na alma, eles nada poderão fazer senão dizer a verdade, deixando de fazer conjecturas malévolas,

como acontece na maior parte dos casos.

Existem muitas respostas para dar e ainda mais perguntas para fazer. Entretanto, não é trazendo a terreira público alguns problemas - que muitos nem o chegam a ser - que eles poderão ser resolvidos.

Dentro do Partido existe toda a liberdade para que as coisas sejam feitas da maneira mais limpa, não nos esquecendo ser o mesmo um todo, constituído por homens e mulheres, e que alguns deles podem errar, não devendo o todo / Partido ser julgado pelos erros que esses camaradas cometeram.

Eu próprio já fui, em alguns casos, posto na berlinda pela negativa, por alguns daqueles que eram ferozes nas suas análises e agora dizem querer renovar.

Mas houve sempre necessidade de procurar encontrar o sentido do que me foi feito e tentar verificar, até, se eu não teria errado nos momentos em que as coisas aconteceram, porque o Partido é um todo e nesse todo todos têm lugar fazendo com que a sua voz possa melhorar o que não está bem, mas, também, muitas vezes, tendo de se fazer uma autocritica por pessoalizarmos demasiado aquilo que pensamos.

E, depois, pergunto eu: renovar o quê, se aqueles que agora de dizem renovadores não apontam soluções?

Sabemos as campanhas difamatórias de tentativa desmoralizadora que alguns «media» têm feito, num miserabilismo do «diz-se que não diz».

Sabemos que mesmo não conotados com forças partidárias, afinal o são, minando nos subterrâneos, usando todos os truques para desestabilizar o único Partido que passou incólume perante todas as convulsões europeias, procurando pô-lo em causa na mais pequena frase, no mais ingénio gesto.

Lembro-me, já lá vai meio século, quando da apreensão das tipografias do «Avante!» e «Militante», de o Diário da Manhã, o órgão da chamada União Nacional, ter publicado, na primeira página, um «cartoon», ocupando a mesma de alto a baixo, com um «Citröen» preto passando por cima de um corpo onde se lia Partido Comunista, deitando para cada um dos lados uma perna onde se lia, numa delas, «Avante!» e, na outra, «Militante».

Por baixo, só uma legenda: - Acabou o Partido Comunista...

Já vai longe esse tempo. Mas os métodos, embora mais sofisticados, continuam iguais.

Cabe aos camaradas não lhe darem mais força para irem mais longe.

E se o fizeram estão a ser cúmplices de uma manobra idêntica àquela que afastou tantos e bons camaradas que fizeram História ao longo da vida do Partido.

Ninguém pode ser acusado de traidor quando tem atrás de si um passado de luta.

Mas pode ser acusado de ingénuo, deixando-se enredar em teias, provenientes sabe-se lá de onde, que o poderão levar, em circunstâncias várias, a uma aproximação da traição, mesmo que não pense que a está a cometer.

Ninguém empurrou o PS para a direita e se tal aconteceu deve-se ao, desde há muito, ter metido o marxismo na gaveta.

Não são necessários congressos para resolver divergências.

Não é necessário difamarmos nas esquinas dos cafés.

Apenas é necessário termos a consciência limpa e existir um diálogo urgente sem se recorrer à via pública para oratória a santos que sabemos não existirem.

Nada há a mudar na linha do Partido. Há, apenas, que trabalhar para que tudo corra pelo melhor, numa unidade de pensamento que nos há-de garantir o respeito de todos, como tem acontecido até aqui.

Leandro Vale  
Bragança

# Tribuna da Conferência



## Fábula

Num velho e distante astro do outro lado do universo, no lugar onde o tempo falece na bacia do vácuo, arribou exausto um viajante. Tinha o aspecto equívoco de quem já não é novo e ainda não é velho. Sobrevoou um quartel, um gueto, um desfilé de ferraris, uma fábrica falida com mulheres à porta, e decidiu-se por um vale que se perdia no horizonte. Parecera-lhe calmo, mas logo se desenganou: de um lado e do outro proferiam impropérios e desfraldavam metáforas. Deu dois passos e quase derrubou um alienígena composto de uma cabeça alçada sobre um único pé.

— Ora viva! Saberás dizer-me se cheguei, finalmente, à terra prometida?

— Vê se não falhaste nos cálculos, porque isto é uma batalha campal.

— E venho eu de tão longe! São muitos?

— Quanto menos são, mais se insultam, mas não me atrases que há muito para fazer.

— Tanta pressa e não te moves? Parece mais uma abóbora em cima do pé.

— Sou como o burro no meio da ponte: congeminou uma solução que uns os contentores.

— Grosso dilema. E a tal Promessa, fica de um lado, ou do outro?

— Ambos a oferecem. Mas suspeito que uns é a morte lenta, e os outros a eutanásia.

— Percebo. E tu, pelos vistos, queres é dar um passo em frente...

— Quereres querias, mas não vejo como: a juventude quer causas e coisas, e os velhos querem coisas e causas.

— No entanto, pareceu-me deduzir das tuas palavras que se digladiam dois projectos... lamento dizer-to, mas não vejo quais: só o deserto nos cerca!

— Para trás é memória, para diante é o zero, por cima é o reino do capital.

— Ena pá, eu sou astronauta, não sou politólogo, tu dás é cabo da cabeça! Eu cá o que preciso é de uma banhoca, um valente jantar, e uma alienígena para me fazer companhia. Acho que vou subir para esse reino, visto que não há outro.

— Se trazes ouro contigo, safas-te, se não, chegas em má altura, não é tempo de erecções, perdão!, de ilusões. A justiça, o trabalho, a cultura, estão de rastos.

— Para todos??

— Uns senhoritos, que se classificam como socialistas, construíram uns belos aposentos no céu. Onde me vês, estou sem cheta para um balão.

— Ah, és então um excluído.

— Aí tens. O que é muito chato, porque julguei que era da classe média.

— Que grande classe média vocês tinham cá! Em suma, inclinas-te para quais? Que apoias é que gozam uns e outros? Só vejo a televisão de um lado... e uma boa representação feminina.

— Eu inclino-me para aqueles que me restituírem o emprego e salário justo, me assegurem reforma condigna, condições para os filhos se instruírem e prosperarem, impostos para os que não pagam, mão dura para os corruptos, e menos dívidas...

— Não é um programa muito revolucionário. Não tens ideais?

— Ai isso tenho: que aquilo que é bom para mim, também os outros o gozem.

— É um bom começo! Partamos, então, juntos, à conquista do céu!

— Falta uma condição, meu caro: que os trabalhadores o decidam, com uma larga unidade.

— Com essa é que me lixaste!, em vez da fartura vou partir pedra.

— Nem mais. Ou mudamos de povo, ou ele nos muda a nós.

Nozes Pires

## Reflexões

De harmonia com o estabelecido na reunião do Comité Central de Março do ano em curso, venho expor no jornal *Avante!* algumas reflexões.

1 — Sou da opinião que a crise que o Partido atravessa merece um debate aprofundado, por forma a que todas as organizações e militantes do Partido intervenham e possam contribuir para se vencer as críspas já existentes no seio do nosso partido, a burocracia e a rotina que se instalaram como normas do seu funcionamento.

2 — Creio, sinceramente, que para se clarificar ideias, melhor funcionamento do próprio partido, com vista a perspectivar um novo raiair de esperança aos próprios militantes e a ganhar de novo a confiança do proletariado e das camadas da pequena burguesia, só com a realização de um congresso se poderá encaminhar o Partido para o rumo certo.

3 — Com efeito, a realização do congresso deverá, obviamente, ser precedido de um amplo debate de ideias, sugestões/propostas, em todas as áreas, a saber:

a) discussão de novos estatutos;

b) discussão do programa político, a curto, médio e longo prazo;

c) discussão da eleição das direcções do partido, desde o Comité Central, Comissão Política, Secretariado do Comité Central, Direcções Regionais e Direcções Concelhias;

d) o prazo do debate deveria ir até ao limite de 180 dias; incluindo o tempo do próprio congresso;

e) Disponibilizar as colunas do *Avante!*, enquanto durasse a discussão e preparação do próprio congresso;

4 — A realização das 3 conferências aprovadas pelo Comité Central, em minha opinião, não colhe.

De facto, a contestação no seio do partido não pára de crescer! Também não colhe os argumentos invocados em artigos escritos por alguns camaradas, cujos fundamentos são à moda das décadas de 30/40, já que os mesmos não contribuem para resolver a crise interna no partido. Os artigos escritos pelos camaradas podem satisfazer-lhes o seu ego, mas, no mundo de hoje, exige que encaremos as situações com objectividade, tendo sempre bem presente as mutações constantes que vêm ocorrendo no universo em que vivemos, de forma dialéctica e inteligente.

5 — Tenho opiniões sobre o conjunto das questões que, em meu entender, afectam o nosso partido. Porém, por razões de espaço, oportunamente enviá-las-ei.

Questionar, questionar, questionar sempre para melhorar o partido, de modo a que desempenhe o seu papel histórico — conduzir o proletariado à sua emancipação da exploração capitalista.

António Lopes da Silva Ribeiro  
Guimarães

## Reforçar o Partido (1)

Inserindo-se na poderosa ofensiva ideológica que, entre outras malfetorias, visa conduzir os trabalhadores à renúncia da ideia de transformação social, à inevitabilidade do desemprego, da precarização e dos baixos salários, ressurgem concepções que pretendem reduzir o Partido à passividade, negando aos trabalhadores e ao povo a perspectiva revolucionária. Aos que de forma intencionalmente suja, premeditada e financiada, têm confundido a opinião pública, difamando gravemente o partido, é preciso relembrar o que decidiu democraticamente o nosso XVI Congresso: O PCP não está nem estará disponível para passar de oposição de esquerda a força de apoio ou cúmplice das políticas de direita. Somos um partido honrado, digno e coerente! E a nossa luta não visa apenas o objectivo da construção de uma alternativa de esquerda à política de direita. A intervenção e a luta do PCP têm por horizonte o Socialismo.

A construção de uma alternativa demo-

crática para o nosso país é indissociável do reforço do Partido e exige de todos os comunistas uma intervenção que realce o valor das nossas propostas e do nosso projecto político. Alguns, que conhecem isto como a palma das mãos, mentem descaradamente, tudo fazendo para lançar o descrédito sobre o partido, difamando a sua direcção, que sabem profundamente respeitada pelo colectivo partidário, ao mesmo tempo que, como carteiristas gritando «agarrar que é ladrão», se vitimizam, acusando o partido de iniquidades que só eles cometem. O que pretendem, como recentemente reconheceram, é tomar de assalto o Partido e o seu património. Por isso continuam a afirmar-se comunistas. Como é evidente, proibir alguém de se dizer comunista é impossível e inútil, porque esta palavra, como escreveu Lênine, «... apenas exprime directamente um sistema de convicções, e não relações determinadas de organização». Mas proibir pessoas de se considerarem parte integrante do partido não só é possível como necessário, quando essas pessoas prejudicam, como o têm feito, a causa do partido. E não é por divergirem nas opiniões que emitem. Mas sim por, sendo absolutamente minoritários nas pretensões que alimentam, não hesitarem em usar os meios mais abjectos e até criminosos para atingir os fins a que se propuseram. Invocam o desaire eleitoral da CDU — para o qual contribuíram objectiva e empenhadamente — como argumento para a necessidade da mudança que apregoam. Mas os comunistas não aceitam essa cantilena. Porque sabem bem que a história apresenta um quadro muito diverso, com lutas vitoriosas e com sangrentas derrotas. Durante milénios, minorias dominantes têm podido apropriar-se dos frutos do trabalho esforçado e abnegado de biliões de seres humanos. Mas no PCP continuaremos a lutar para que não seja sempre assim. Melhorando o muito que há para melhorar. Trabalhando sempre mais e melhor. Com a noção de que enfrentamos um inimigo poderosoíssimo. Mas recusando atirar a toalha ao chão e calçar as pantufas do conformismo. É que a história do PCP, como afirmou o camarada Álvaro há cerca de 40 anos, é a história daqueles que empunhando a bandeira do Marxismo-Leninismo, o criaram, o construíram, o engrandeceram. É a história daqueles a quem os fascistas roubaram a vida, e daqueles que tiveram que sofrer estoicamente cruéis torturas na PIDE, cerrando a boca para não revelar ao inimigo qualquer segredo do Partido. É a história daqueles que sofreram longos anos de prisão, e daqueles que tiveram de sofrer as privações e a dureza da vida clandestina. É a história daqueles muitos comunistas como Catarina Eufémia, Adângio, Capilé e Fineza, que foram varados pelas balas fascistas quando encabeçavam movimentos populares de massas. É a história dos que no presente sacrificam a sua vida pessoal ao trabalho silencioso e modesto de construírem o Partido, de o ligarem às massas populares, de dirigirem as lutas do nosso povo contra o capitalismo criminoso. A história do Partido é, em suma, uma história de dedicação, de sacrifício, de valentia e de heroísmo. Tenho a certeza de que a saberemos honrar.

Viva o PCP!

José Pedro Namora  
Odivelas

(Título da Redacção)

## Quem nunca comeu melado...

Uma pessoa muito amiga, que estivera uns anos no Brasil, dizia isso, de se lambuzarem com melado os que subiam na vida e passavam a olhar para os outros, cá em baixo, com desprezo e sobranceira.



Os que se deslumbraram e deslumbram com situações de projecção pública (e alguns com as reformas e ordenados com que ficaram e ficam) também se lambuzam agora e olham os «seres banais» que somos com desdém de personalidades superiores e iluminadas. Mas a verdade é que acabou a lua-de-mel para quem era isto e aquilo à custa do Partido e podia ir aceitando calmamente as benesses e as blandícias do sistema. Agora, ser comunista, como sempre o foi nas empresas, no trabalho, na resistência e na luta, traz fel e vinagre no quotidiano, mas também traz o orgulho revolucionário de estar ao lado dos que continuam a lutar e o prazer legítimo e único de nos podermos continuar a olhar de frente no espelho da vida real que vale a pena ser vivida e amada, por maiores dificuldades que possamos encontrar.

Chegámos ao ponto zero da democracia portuguesa. Os que entretanto se desvaneceram perante os poderes e o dinheiro, aqueles a quem passaram e passam a mão pelas costas para mais facilmente amaciarem, na realidade dos factos tomaram outros caminhos e já não sabem que o sonho é uma constante da vida.

Terem agora os órgãos de comunicação social à volta é porque são revolucionários em extremo? Será que não se enxergam minimamente? No fundo, a questão do poder continua a ser central. Sobretudo o seu exercício, seja onde for, nas instituições e também nas responsabilidades assumidas nas estruturas do Partido. As organizações, os militantes, aí estão, firmes, aguardando e exigindo medidas que possam lançar determinadamente o Partido nas lutas contra o governo do PSD e do CDS-PP e contra os exploradores. E isso é o que os patrões e senhores de vários matizes tentam evitar, alimentando confusões e falsos «renovadores».

Retomemos o caminho. Os que estão acantonados algures, os que ficaram velhos por dentro e perderam qualidades, até estão a dar lugar a outros, mais jovens e sem vícios criados nessa fase de chumbo da democracia em que já parecia tudo igual e feliz...

Talvez um problema maior seja que alguns camaradas pensem que é possível salvar os que já se afogaram (embora, por uns tempos ainda, continuem a afirmar que são mais revolucionários que os revolucionários...).

Há muitos anos, escrevi em «o diário» que o PSD era um «saco de gatos». O PS também é, tal como outros partidos foram e são, com características típicas de ambiciosos e de conquistadores do «melado» dos poderes. Agora connosco é que não pode ser. Não seremos isso, até porque não iríamos sobreviver.

Caros camaradas, realizemos a Conferência Nacional para avançarmos nas definições dos objectivos de luta e para arrumar o que há a arrumar. Há muitos camaradas sérios e comunistas com quem vale a pena discutir, aprofundar e lutar, sempre. Agora alguns que por aí se arrastam, esses são a «ganga» que salta do ferro quando sai da forja e é preciso transformá-lo. E isto é inexorável, nos processos de vida e de mudança. Sempre foi e há-de ser, por muito que nos doa (e dói) perder seja quem for.

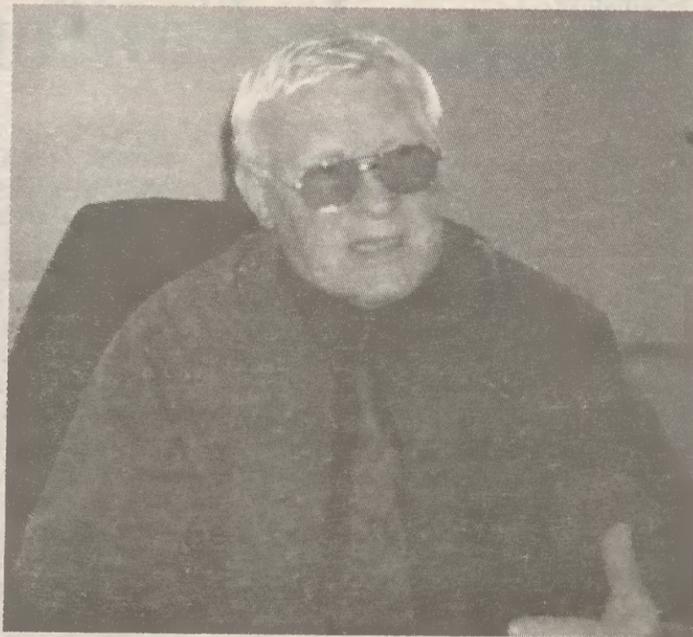
António Modesto Navarro

• Gustavo  
Carneiro

texto

Entrevista com

# Sean Garland



presidente do Partido dos Trabalhadores da Irlanda

## «O desenvolvimento económico passou ao lado de muita gente»

**E**m vésperas das eleições gerais na Irlanda, Sean Garland, presidente do Partido dos Trabalhadores, fala da situação que se vive no país, bem como dos assassinatos e cisões que fustigaram o seu partido, que se afirma como voz coerente na política irlandesa, profundamente desacreditada aos olhos do povo.

Há uns anos, a Irlanda estava na cauda da União Europeia. Recentemente, teve um grande desenvolvimento...

Sim, mas esse desenvolvimento passou ao lado de muita gente. Manteve-se num certo segmento da sociedade. Nos últimos oito anos, recebemos vários milhões de euros, que foram utilizados para arran-

irlandesa e que se opõe terminantemente ao aborto. Mas este sector, felizmente, encontrava-se dividido, pois alguns consideravam que este referendo não ia suficientemente longe, o que contribuiu muito para que o «Não» tivesse ganho. Isto apesar do forte apoio com que o governo contou, da parte do lobby católico de extrema-direita, para que fosse alterada a constituição no sentido de tornar o aborto completamente ilegal e fazer com que toda a gente que fizesse ou assistisse a um aborto pudesse passar até doze anos na cadeia...

No referendo sobre Nice, foi surpreendente a vitória do «Não»...

Bem, os três maiores partidos parlamentares estavam pelo tratado: o Fianna Fail, o Fine Gael e o Partido Trabalhista.

orçamentais, fechando hospitais que nunca reabriu. A situação da habitação, por exemplo, é dramática. Há, em Dublin, mais de 40 mil pessoas à espera de casa. Mas o desemprego também começa a ser um problema, devido a ter havido muita gente prejudicada pelo crescimento. Também a Irlanda do Norte tem estes como problemas centrais. Mas a questão do sectarismo, da divisão, faz com que seja muito difícil organizar em torno de questões sociais e económicas...

A Irlanda vai a votos brevemente. Como antevê os resultados?

Penso, em primeiro lugar, que muito pouco irá mudar. Prosseguir-se-á a mesma política de privatizações das empresas do Estado, como os transportes – aéreos, rodoviários e ferroviários –, a energia e as telecomunicações, sector que está, aliás, praticamente todo nas mãos dos ingleses. Está-se a fazer isso um pouco por toda a União Europeia e aqui não será excepção. Até porque os três maiores partidos parlamentares apoiam as medidas liberalizadoras.

Sobre os resultados, penso que o Fianna Fail, que está no governo, ganhará as eleições, mas que precisará, tal como precisou, de apoios parlamentares. Se actualmente o apoio vem dos «democratas progressistas» e de quatro independentes conservadores, acho que a seguir às eleições é possível que seja o Partido Trabalhista a estar no governo com o Fianna Fail, já que estão sedentos de ir para o poder...

O vosso partido sofreu, ao longo dos anos, muitas divisões que o enfraqueceram. Como explica tantas cisões?

As divisões são um assunto central. Brendan Behan, famoso escritor irlandês, afirmou uma vez que «o primeiro assunto de discussão em qualquer reunião política na Irlanda é uma cisão»... Em tempos, nós fomos o Sinn Féin. Em 1970, houve uma divisão, quando um grupo saiu para formar o IRA provisório (e o Sinn Féin provisório). Nós ficámos conhecidos como «oficiais». Em 1977, tornámo-nos no Sinn Féin/Partido dos Trabalhadores, à medida que adoptávamos uma maior consciência de classe. Em 1982, mudámos de nome para Partido dos Trabalhadores. Entretanto, em 1974/75, um grupo de «oficiais» começou a desenvolver campanhas terroristas e foi expulso. Eram trotskistas e tornaram-se no Partido Republicano Socialista Irlandês e no Exército de Libertação Nacional Irlandês. Tivemos, com eles, uma luta interna intensíssima. Eles atacaram-nos em Belfast, matando oito ou

dez membros do nosso partido. Também me tentaram matar, em Dublin... Nós depois ripostámos. Foi muito duro...

E depois, estabilizaram?

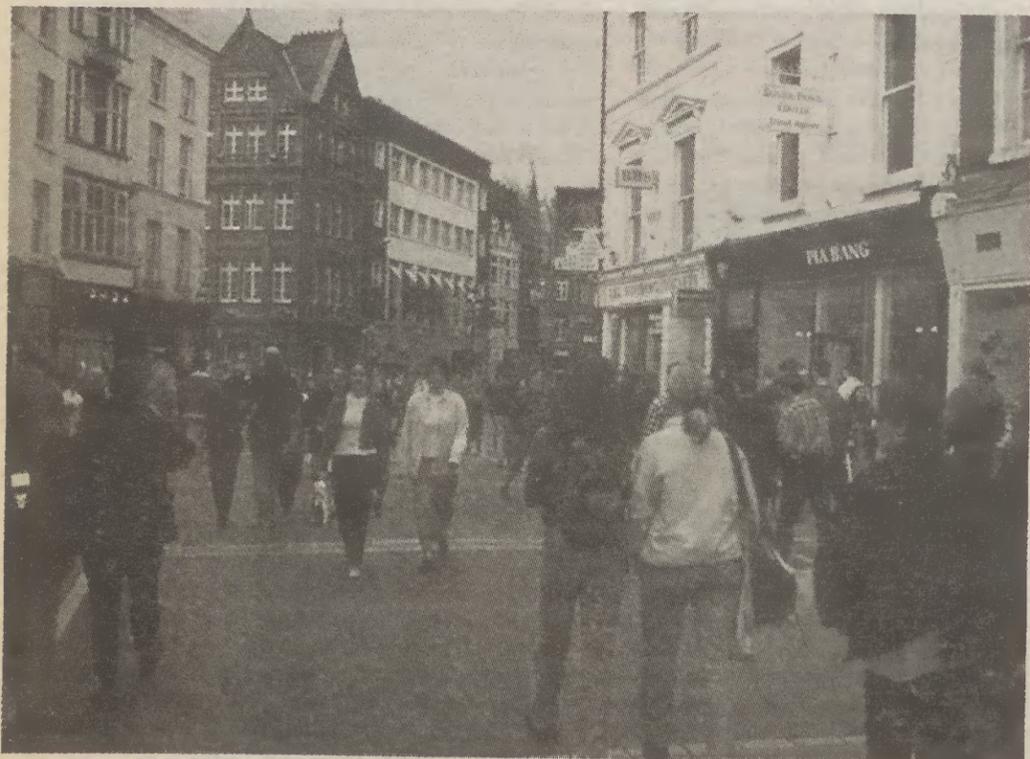
Sim. Em 1977, quando os expulsámos, estabilizámos e tornámo-nos mais fortes. Em 1982, começámos a ter algum sucesso, no parlamento e na sociedade. Em 1989, tínhamos sete deputados no Parlamento e um no parlamento europeu... Mas em 1992, houve outra divisão, fomentada sobretudo por deputados, que acabaram por sair e arrastar consigo o então presidente do partido. A cisão foi muito séria porque tínhamos sete deputados e vimos seis deles desertar, tal como o eurodeputado... Formaram um partido, a Esquerda Democrática, que, mais tarde, se tornou parte do Partido Trabalhista. Pelo que eles diziam e pelo que se passava em muitos outros partidos, com o advento dos oportunismos era esperado que isto acontecesse...

Neste contexto, qual o papel que a esquerda pode desempenhar?

No futuro mais próximo, não vejo grandes hipóteses da esquerda conseguir influenciar grande coisa. Há muitos partidos pequenos a concorrer às eleições... Quanto a nós, teremos sete candidatos: quatro em Dublin, e um em Cork, Louth e Waterford. Estamos esperançados, mesmo optimistas, em relação à nossa candidatura em Waterford, onde temos uma boa organização, muito activa, e dois conselheiros locais. É para aí que estamos a canalizar os nossos – fracos – recursos.

E o movimento sindical tem poder para influenciar a vida nacional?

Infelizmente, o movimento sindical perdeu muita força e muita gente. Com o passar dos anos, os sindicatos na Irlanda tornaram-se parte de uma «parceria» entre o governo, os patrões e os sindicatos. Recentemente, têm-se dado passos positivos: muitos sindicatos juntaram-se à SIPTU (a maior central sindical), que tem um novo secretário-geral, o qual tem feito muito bons discursos acerca da natureza do capitalismo e do papel dos sindicatos... O Partido Trabalhista influencia bastante o movimento sindical, tal como o Fianna Fail, o que não deixa de ser surpreendente, pois é um partido conservador. E nós também influenciámos. Aliás, esta é uma das áreas em que temos sido melhor sucedidos. Temos sindicalistas a tempo inteiro, com bom conhecimento dos problemas e bem vistos pelos trabalhadores, porque se batem pelas causas. Porque, regra geral, as direcções dos sindicatos são compostas por indivíduos burocratizados que estão apenas a fazer carreira e a ganhar dinheiro.



O Partido dos Trabalhadores aposta na coerência para devolver a confiança na política aos irlandeses

car com o crescimento, que trouxe prosperidade para alguns. Mas há uma significativa parte da sociedade que está imensamente pobre, porque os frutos não foram colhidos por todos da mesma maneira. Este salto revelou também a grande corrupção existente, que ficou mais exposta... É por isto que a maioria dos irlandeses está desiludida com a política. No ano passado, no referendo sobre o Tratado de Nice, foram menos de 40 por cento os eleitores que votaram...

E também tiveram um referendo sobre o aborto...

Mas esse é um assunto que envolveu o povo, porque há um elemento conservador e direitista muito forte na sociedade

Contra ele estava uma grande «aliança» que incluía o meu partido, o Partido Comunista, e outros partidos de esquerda, mas também católicos de extrema-direita. Foi interessante ver que o «Sim», gozando do apoio da grande maioria do parlamento, tenha sido derrotado nas urnas.

Quais os principais problemas que o país defronta?

São diferentes no Norte e no Sul. No Sul, a saúde e a habitação tornaram-se problemas centrais. As pessoas, quando vão ao hospital, podem ser deixadas na sala de espera, durante dois dias, a aguardar uma cama. Há 20 anos, o governo enveredou por uma política de cortes

## Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Quando desde há algum tempo a hesitar na decisão do como e quando tratar o tema da nanotecnologia. É por certo um assunto a estar cada vez mais na ordem do dia. E não apenas por, para muitos, serem grandes, diria enormes, as esperanças, nela colocadas. Enormes as esperanças e, quantas vezes, especulativas - pelo menos na época actual -, será o mínimo a poder dizer-se. Outros dirão: descabidas. Outros ainda a sugerirem alguma charlatanice em certos exageros. Dá vontade de dizer: perante o novo, sempre o costume das atitudes. E com os mais diversos graus de razão, e de sem razão, claro.

Mas, eu, já desde há cerca de uma década tenho visto a razão do coração a balançar, e sempre mais para o lado das maravilhosas promessas, e sempre também a procurar não me deixar embalar pelo canto das sereias da nanotec-

# Nanotecnologia o outro, inédito, modo tecnológico

nologia! Mas, como as cautelas e os caldos de galinha também podem ser muito inibidoras das possibilidades de vislumbrar as vias do progresso, decidi reganhar coragem e, mais uma vez, enveredar pelas dificuldades do incerto. Que, de qualquer maneira, já não são veredas tão desacompanhadas assim, as da nanotecnologia. Basta ver como crescem depressa os recursos atribuídos à I&D desta área.

### E o que é isso?

E o que é isso da nanotecnologia? Vá, desembucha. Bem, se nos estivermos a referir a tamanhos, 1 nanómetro (nm) é um comprimento mil vezes menor que 1 micrón ou um milhão de vezes menor que 1 milímetro. Isto é, um comprimento da ordem de grandeza do nanómetro é difícil de imaginar para quem está habituado aos metros, aos centímetros ou, quando muito, aos milímetros. Mas já se estivermos a pensar em entidades como os átomos, o caso muda de figura. O diâmetro de um átomo é da ordem de grandeza de um décimo de nanómetro. Portanto, uma unidade boa para o tamanho de agregados atómicos modestos.

A molécula do genoma, por exemplo, tem 2.3 nm de largura. O tamanho da molécula da glicose é da ordem de

1 nm. A da hemoglobina é umas vezes maior. Menos de dez vezes. Os vírus já têm uma dimensão de algumas dezenas de nanómetros. Portanto, não visíveis. Mas suficientemente imagináveis para entendermos a imensidão do seu mundo. Na verdade, parafraseando o físico Feynman, lá nas funduras [do micromundo, e mais ainda do nanomundo, diria eu] há espaço de sobra - no volume de uma gota de água poderiam ser acomodadas uns mil milhões de milhões de milhões de moléculas de glicose!

Ou, como também já dizia o mesmo Feynman, um dia os átomos poderão ser manipulados como nos aprouver, para tal tendo de respeitar-se, é claro, as leis da estabilidade química. Quer dizer, levados até às últimas consequências, poderemos pensar na criação, mais tarde ou mais cedo, de nanomáquinas e de nanocomputadores a trabalhar no fabrico de tudo o que possamos imaginar. Utilizando a Vida métodos semelhantes, pois é o que acontece com o fabrico das proteínas e células e tecidos e órgãos, dirigidos pelos genomas e efectuados por máquinas como os ribossomas, por que não seguirmos uma via semelhante?

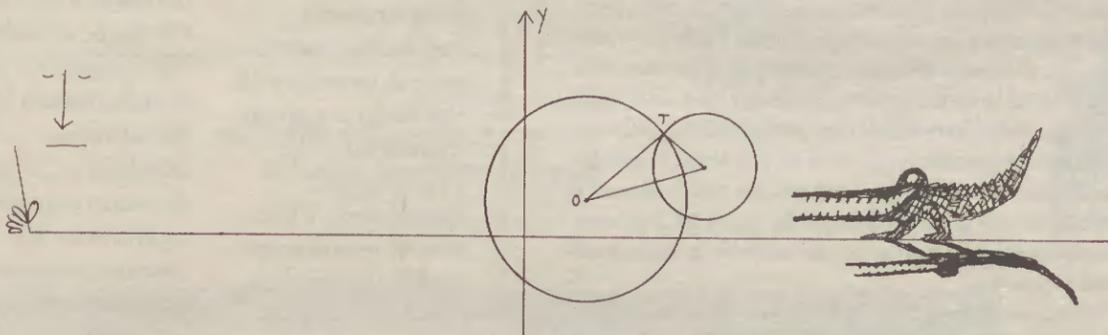
Podendo, no fabrico das coisas, manipular os átomos - manipular não com as nossas mãos, mas com nanomáquinas construídas para o efeito por outras máquinas, construídas para estes submundos, as quais foram realizadas por meio

de outras mais próximas de nós, e assim por diante, ou por aí acima, até o nível controlado directamente por nós - portanto, juntando-os, aos átomos, e moléculas, da forma apropriada ao projecto desenhado, será o modo da nanotecnologia. Um modo de construção tipo Lego, bem diferente, oposto, às tecnologias desbastadoras, desperdiçadoras, utilizadas até ao presente pela Humanidade.

De esta «simples» reorientação, a colocar de pernas para o ar o modo - o paradigma - tecnológico da Humanidade, logo com o aproveitamento possível de todos os átomos, incluindo o reaproveitamento de todos os átomos já utilizados, poder-se-á atingir eficiências ideais na utilização dos recursos. Do mesmo modo, rectificar todos os danos provocados ao ambiente. Também, segundo os mais entusiastas, poder-se-á manter vivos para sempre os organismos! E, entre outras coisas, ainda, redirigir para a Terra a energia do Sol, a partir do Espaço. Ou construir os dispositivos adequados à colonização extensiva do Espaço.

E, claro, as miríades de bens para o nosso dia-a-dia - roupas, comida, computadores, casas, mobílias, etc.

Especulações. Dizem os críticos: muita conversa e, quanto se vê, pouca uva. E esperanças bem fundadas, onde? Mas, também é certo, algum caminho tem sido construído.

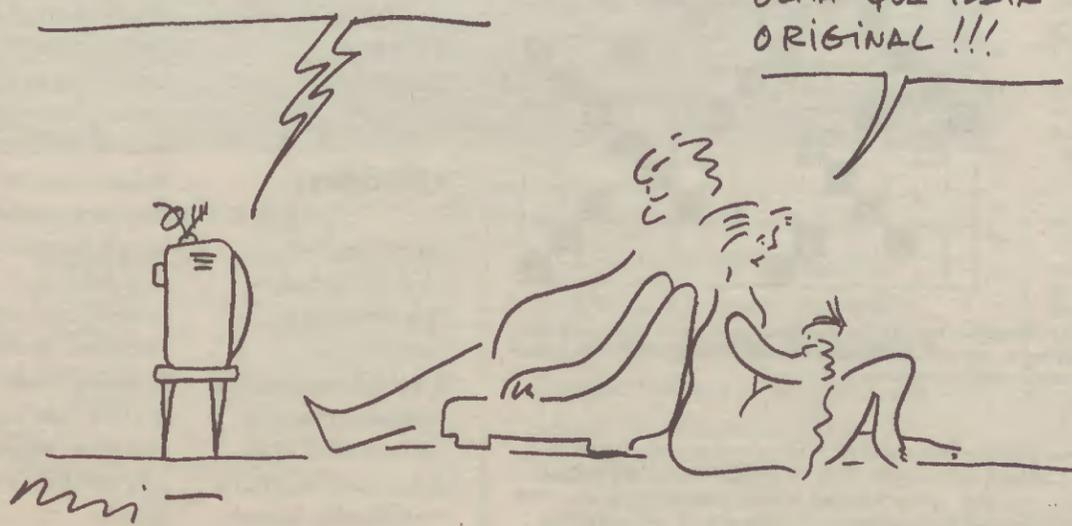


## Cartoon

• Monginho

MANUELA FERREIRA LEITE  
A NOSSA MINISTRA DAS FINANÇAS  
NÃO QUER "MISTURAS"  
ENTRE O GOVERNO  
E O PARTIDO DO GOVERNO...

QUE QUERIDA...  
OLHA QUE IDEIA  
ORIGINAL!!!



## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Diário Quotidiano

Os olhos do menino  
escorrem  
pelo vidro da montra.

Astros clamam  
por um lar.

Ah, como são complicados  
os problemas de adopção.

### Pessoal

No caderno que ontem perdi  
tinha escrito uma coisa  
deveras importante.

Encarecidamente peço  
a quem o encontrou  
que não mo devolva.

Cresci muito, desde ontem.

### Instantes

Morrer: nós, não. Os outros, sim.  
A eternidade é assim.

Amar: atravessar o mar a nado.  
O mar é ser-se amado.

Salário: o romano pagamento em sal.  
Tu sabes bem que és vítima de assalto.

Marx: estar vivo no que prometeu  
o segredo que nos trouxe, Prometeu.

Ironia: sorriso de menino sábio  
que empunha uma espingarda, e sabe-o.

### Actual

no prado verde  
pastam os bois  
pastam os bois  
gostosamente  
gulosamente  
pastam os bois

pastam os bois  
gulosamente  
gostosamente

no prado verde  
pastam os bois

### Retrato

Silêncio em casa.  
Sentado e submisso.  
Morrer  
sem dar por isso.

### Le Pen

Há subtis maneiras  
de escrever este nome.  
Há outros nomes  
para dizer este nome.  
Outros como.  
Outros onde.

Outros jeitos onde ele se esconde.



## Religiões

• Jorge Messias

A Conferência Episcopal divulgou recentemente (6 de Janeiro de 2002) uma Carta Pastoral sobre Educação. A nota refere os problemas educativos com expressões particularmente vagas, como é habitual nas primeiras manobras de *enquadramento do tiro*, tão familiares ao episcopado. Delimita-se a área que se pretende atingir em termos de interesses eclesiais, regula-se a alça e só depois se dispara. Neste caso da reconquista da área do ensino, é claro e evidente que a hierarquia católica considera a questão como de vida ou de morte.

Logo a seguir ao Plenário dos Bispos (coisa de oito dias depois) surgiu um outro documento sobre o mesmo tema, produzido pela mesma área da igreja. Não é divulgação de novo

### Rumores

Repare-se que, à data destas publicações do episcopado português, ainda não tinham sido realizadas as eleições legislativas que iriam saldar-se pela vitória dos partidos de direita. Porém, é certo que as intervenções políticas dos bispos não se registam ao acaso mas logo que a igreja considera poder antecipar com segurança aquilo que provavelmente virá a acontecer. Na altura da divulgação da carta pastoral, corriam rumores da existência de negociações entre a hierarquia católica e o grande empresariado. A reformulação dos programas de governo e a composição do próprio governo, em termos de representatividade dos «lobbies» que o integram, veio confirmar esta versão.

# Os voos rasantes (I)

original mas a leitura canónica do que já fora anteriormente publicado. Revela-se, então, parte do entendimento que a hierarquia faz da carta pastoral... que ela própria produziu! Merece a pena olharmos para esta explicação dos significados do texto episcopal, publicada no número 850, de 15.01.2002, do Boletim EX - Agência Ecclesia, órgão informativo do episcopado português, em artigo assinado pelo padre Manuel Joaquim Gomes Barbosa, titular do alto cargo de director do Secretariado-Geral da Conferência Episcopal.

Uma vez o tiro regulado, assiste-se agora ao disparo da primeira salva de artilharia. Os alvos a atingir estão claramente assinalados. Abandona-se a vaga noção filosófica de *educação* e enumeram-se as metas estratégicas que as forças atacantes se propõem bombardear: o aluno, a família, a escola, a intervenção da igreja na programação interdisciplinar, o ensino católico considerado como parceiro social de *qualidade*, o uso crítico e controlado dos meios de comunicação social, o desenvolvimento do conceito de *educação integral*, agrupado em torno das aulas de Educação Moral e Religiosa Católica e o reconhecimento oficial da Igreja como *Grande Educadora*.

Já depois de constituído o novo elenco governativo do PSD/PP, registou-se novo desenvolvimento neste processo de consolidação do poder da igreja nalgumas áreas estratégicas previamente definidas. Coincidindo com a data histórica do 25 de Abril (e não, certamente, por mero acaso), o episcopado português fez reunir, em Fátima, 70 especialistas em Direito Canónico, para debaterem o tema das Relações Igreja-Estado. Nas «Conclusões Finais» desta reunião magna dos juristas do clero português diz-se o suficiente para que compreendamos, no essencial, a importância que elas virão a ter politicamente, num futuro próximo. Sobretudo, como é característica da igreja, na elaboração das bases teóricas de novas reivindicações e de novos passos a dar no sentido da ampliação do poder eclesial.

O comunicado das X Jornadas de Direito Canónico publicado na *Internet*, articula-se em 12 pontos. Aborda aspectos principais das relações Igreja/Estado em áreas que convém referir: a Concordata de 1940; a Lei da Liberdade Religiosa; a Igreja e o Ensino; o Património Cultural; os benefícios fiscais; o Acordo Missionário; Assistência Religiosa às Forças Armadas; o casamento canónico; o tratamento a dar pelo Estado à Igreja Católica e às outras confissões religiosas. A ele voltaremos.

## Pontos Cardeais

### Poupanças

Diz o Governo que «espera poupar cerca de 150 milhões de euros» (30 milhões de contos) só no primeiro ano em que vigorar o fim da bonificação ao crédito para compra de casa própria, medida que só passará a produzir efeitos a partir de 1 de Outubro deste ano. Recorde-se que o sistema de bonificações prevê que o Estado suporte parte dos juros nos primeiros anos de pedido de empréstimo para aquisição de casa própria, e recorde-se igualmente que estas bonificações facilitavam sobretudo a vida aos jovens, em início de vida e portanto com muito mais dificuldades para suportar os encargos de um empréstimo bancário.

Esta medida do Governo é de mais que duvidosa eficácia (não é líquido que o Estado poupe grande coisa com ela) e concitou, sobretudo, um coro de protestos que vai das associações empresariais da construção civil aos mediadores imobiliários (todos garantindo que sairão fortemente prejudicados com esta medida), passando pelos consumidores e as suas organizações representativas, nomeadamente a Deco. Já agora recorde-se que o crédito bonificado foi criado em 1976 (tem, portanto, 26 anos de vida e de história, estando naturalmente ligado ao 25 de Abril), visando colocar o Estado a auxiliar as famílias com mais dificuldades para compra de habitação própria, dado que já nessa altura a alternativa do arrendamento não se colocava, quer porque não existia quer porque estava muito inflacionado...

### «Perdões»

Em contrapartida, o Governo prepara-se para apresentar na Assembleia da República legislação que suspende a tributação das mais-valias (que, aliás, nunca chegaram a ser tributadas, havendo

apenas uma intenção anunciada através da legislação que agora o Executivo de Durão Barroso/Paulo Portas se prepara para anular). Como se vê, tudo está perfeitamente claro, na actuação deste Governo: os sacrifícios são para os trabalhadores e a população em geral, enquanto os poderosos são mais e mais beneficiados, nomeadamente em matéria tão escandalosa como esta que se verifica com a fiscalidade, no nosso país: na verdade, Portugal é o único país da União Europeia onde, por exemplo, as mais-valias obtidas na especulação bolsista estão «ao abrigo» do fisco, para não falar de outras vantagens fiscais, nomeadamente as que usufruem em Portugal as entidades bancárias, que pagam muito menos impostos sobre os seus lucros que os seus congéneres europeus...

### Endividamentos

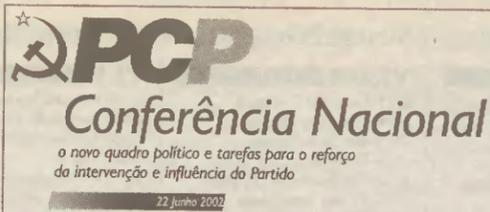
A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) já discordou da decisão do Governo de «congelar», transitoriamente, o nível de endividamento líquido das autarquias, impedindo-as, na prática, de contrair empréstimos superiores aos das amortizações que se propõem realizar no ano em questão. A este propósito, o presidente da ANMP, Fernando Ruas (por sinal autarca do PSD), recordou o que já dissera recentemente, nomeadamente que o endividamento dos municípios já está limitado por lei, pelo que nunca se poderá falar de derrapagem neste sector que, aliás, no que toca às dívidas globais do Estado, corresponde apenas a dois por cento da dívida pública. Portanto, com estas ameaças de «contenção» no endividamento das autarquias o que o Governo parece pretender é o regresso ao antes do 25 de Abril, onde o poder local não tinha meios e nem sequer competências para fazer fosse o que fosse...

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Operação de passar água quente por cinzas para branquear a roupa; lascar. 2 - Mesquinhez (fig.); deus egípcio; sódio (s. q.). 3 - Aquelas; caminhava; planta umbelífera empregada como tempero culinário; bílis. 4 - Qualquer compartimento; título dos antigos reis do Egipto; calha de folha de ferro, no costado do navio, para condução dos despejos e das cinzas. 5 - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de por cima de, sobre, fora de, por fora; curar; frustrar. 6 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; doença; rolão; senhor (abrev.). 7 - Espíritos; doença cutânea pruriginosa produzida por um ácaro. 8 - Milímetro (abrev.); pão de milho; o m. q. ciró; sétima nota da escala musical. 9 - Página de livro escrita ou em branco; massa compacta de qualquer matéria sólida e dura; rio da Suíça que banha a cidade de Berna. 10 - Levantar; farrapo; courela. 11 - Grande massa de água salgada; campo de cereais; dirigir-se; atmosfera. 12 - *Anno Domini* (abrev.); molibdénio (s. q.); rasgar. 13 - Agitar a cauda, como sinal de inquietação; festa de arraial.

**VERTICAIS:** 1 - Atacar com gases venenosos; temperar com limão e azeite. 2 - Pá com que se ergue a terra escavada, conversa fastidiosa e longa. 3 - Abade (abrev.); medida itinerária chinesa; melindrar. 4 - Fronteira; mililitro (abrev.); doutor (abrev.); a mim. 5 - Espécie de albufeira; bailado popular de origem africana; ecoa. 6 - Pref. de origem latina que exprime a ideia de separação, afastamento; proferir por palavras; a ti. 7 - Causar prejuízo a alguém; terreno onde crescem sobros ou sobreiros. 8 - Enguiçar; estender no lar ou lareira. 9 - Levantarás; que não é transparente. 10 - Sozinho; não religioso; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações. 11 - Altar cristão, sarnento; cólera. 12 - Acolá; contr. da prep. de com o art. def. o; laçada; declamar. 13 - Peça burlesca de teatro; outra coisa; graceja. 14 - Respirar com dificuldade; feiticeiro. 15 - Triturar; tóxico vegetal com que os índios envenenam as flechas.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Barrata; falhar. 2 - Balizar; Rá; Na. 3 - Ast; iag; salsa; tel. 4 - Salar; farado; data. 5 - Epi; sarar; gorar. 6 - Aa; mal; rala; sr. 7 - Almas; sarra. 8 - Mm; broa; tró; sr. 9 - Lauda; bloco; Aar. 10 - Igar; trapo; olga. 11 - Mar; seara; it; ar. 12 - AD; M; lacerar. 13 - Rabear; romaria. VERTICAIS: 1 - Gasear; linar. 2 - Sapa; magada. 3 - Ab; li; amuar. 4 - Rala; ml; du; me. 5 - Rio; samba; soa. 6 - Ex; falar; le. 7 - Lesar; sobrar. 8 - Azarar; alazar. 9 - Almas; opaco. 10 - Só; lateo; em. 11 - Ara; garro; ira. 12 - Lã; dot; no; orat. 13 - Farsa; al; ri. 14 - Anehar; saga. 15 - Ralar; urrar.



## Debate preparatório nas células e organizações do PCP

### Amadora - Organização Concelhia

Debate com **Vitor Dias** sob o tema «Passar a mensagem - um debate sobre Comunicação Social, propaganda, informação e agitação»: dia 9, 20h30. Centro de Trabalho da Amadora.

### - Trabalhadores comunistas na CMA e Juntas de Freguesia

Reunião da célula: dia 10, 18, CT da Amadora.

### - Organização da Freguesia de Damaia

Assembleia da Organização: dia 12, 15h30, CT da Damaia.

### - Organização Concelhia

Debate com Independentes sobre «A nova situação política»: dia 15, 19h, CT da Amadora.

### - Organização Grandes Superfícies Comerciais

Reunião dia 15, 18h.

### Lisboa - Sector das Comunicações, Água e Energia

Plenário geral de militantes: Centro de Trabalho Vitória, dia 14 às 18h, com **Domingos Abrantes**.

### - Sector Intelectual - Núcleo Cultura Literária

Plenário de militantes: Centro de Trabalho Vitória, dia 9 às 18h30.

### - Função Pública

Reunião da célula dos **Aposentados** da FP: dia 14, 15h, CT Vitória; da célula do **MES**: dia 14, 13h, CT Vitória; da célula dos **funcionários do Sindicato**: dia 15, 13; da célula do **INETI**: dia 15, 13h, CT do Lumiar; do **OD da FP**: dia 15, 19h, CT Vitória.

### Loures - Organização da Freguesia de Moscavide

Plenário de militantes: dia 10, 21h, na sede da CDU (R. Salvador Allende), com **Paulo Loya**.

### Seixal - Organização da Freguesia de Fernão Ferro

Plenário de militantes: dia 12 a partir das 10h.

### Sobral de Monte Agraço - Freguesias de Sobral e Santo Quintino

Plenário geral de militantes: dia 10, CT de Sobral, com **Jorge Humberto**

### Oeiras - Organização da Freguesia de Porto Salvo

Plenário de militantes: Centro de Trabalho de Porto Salvo, dia 11 às 16h, com **Antónia Dimas**.

### - Organização de Carnaxide

Almoço-convívio, seguido de debate: dia 12, 13h, CT de Carnaxide

### Viana do Castelo - Célula dos Estaleiros Navais

Reunião de militantes com a participação de **Jerónimo de Sousa**, **Albano Nunes** e **Branca Carvalho**: dia 10, 16h, CT do PCP.

### - Militantes da Cidade de Viana do Castelo

Reunião com a participação de **António Lopes**: dia 10, 21h30, no Grupo Desportivo dos ENVC.



## Reuniões de células e organizações do PCP

**ALCOBAÇA** - Jantar-debate da CDU sob o tema «Como melhorar o trabalho dos eleitos CDU nos órgãos autárquicos»: na «Tasca do Carlos» em Pataias, hoje, dia 9 às 20h.

**ALENQUER** - Plenário de militantes das freguesias de Sobral e Santo Quintino - dia 10, 21h, no Centro de Trabalho.

**CASCAIS** - Reunião sobre a Organização do PCP nas empresas de Hotelaria do concelho, promovida pelo Organismo das Empresas do concelho de Cascais: hoje, dia 9, 15h, Centro de Trabalho de Cascais.

**GUIMARÃES** - Debate: «O PCP e a Comunicação Social» - no auditório do Centro de Trabalho, dia 11 às 15h, com a participação do camarada **Fernando Correia**, jornalista.

**LISBOA** - Freguesia da Pena - no CT Vitória, hoje, dia 9, 19h, plenário de militantes para análise do trabalho autárquico e discussão da situação política.

**Debate sobre cultura e ensino** - no CT de Benfica, sábado, 11, 16h, com a participação do camarada **Rui Namorado Rosa**, professor na Univ. Évora.

**Reunião do OD do Sector da Função Pública** - Quarta-feira, dia 15, 19h, Centro de Trabalho Vitória, sobre a situação política e preparação da Conferência Nacional.

**LOURES** - Assembleia da Organização da Freguesia de Loures: dia 11, 15h, no Centro de Trabalho de Loures, com **José Manuel Abrantes**.

**Assembleia da Organização da Freguesia de Camarate**: dia 11, 15h, no Centro de Trabalho, com **Vitor Alves**.

**ODIVELAS** - Freguesia de Ramada - plenário de militantes: dia 10, 20h30, nas antigas instalações da Assembl. de Freg.; **Núcleo das Patameiras/Pombais** - reunião de militantes nas instalações da AMOP, dia 14, 21h; **Núcleo de Codivel/Chapim/Quinta Nova** - no CT de Odivelas, dia 14, 21h.

**SANTARÉM** - Debate: «Os Comunistas e a União Europeia» - na Sala de Leitura Bernardo Santareno, hoje, dia 9 às 21h30, com a participação do camarada **Sérgio Ribeiro**.

**SEIXAL** - Freguesia de Paio Pires - Plenário de militantes no Centro de Trabalho de Aldeia de Paio Pires, dia 11 às 15h.

**Célula dos Trabalhadores da CM - Núcleo da Divisão Urbanismo**: reunião preparatória da Assembleia da Organização da Célula: dia 9, 17h30, CT do Seixal.

**VILA FRANCA DE XIRA** - Alhandra - Plenário de militantes sobre a situação política: dia 11 às 15h, Centro de Trabalho de Alhandra.

**Castanheira** - Debate sobre o Partido, com a participação de **Marília Villaverde Cabral**: dia 11 às 18h.

**Forte da Casa** - Plenário de militantes sobre a situação política e social e a Conferência Nacional, com a participação do camarada **José Seabra**: dia 10, 21h, no Salão da Junta de Freguesia.

### Homenagem a Catarina Eufémia

Excursão a Baleizão

19 de Maio

Inscrição nos CTs de Amora (21 221 2222) e Seixal (21 221 6952)

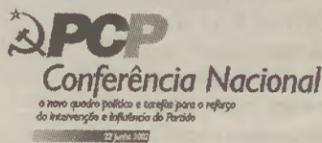
### Acção de solidariedade com as mulheres da Palestina e da Colômbia

Por ocasião da reunião em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Maio, do Comité Directivo da FIM-Federação Democrática Internacional das Mulheres, preparatória do Congresso Mundial a realizar em Beirute no próximo mês de Novembro, a Organização das Mulheres Comunistas promove uma **Acção de Solidariedade com as mulheres da Palestina e da Colômbia**.

A sessão de solidariedade - que assim contará com a presença de representantes de organizações de mulheres de vários continentes - realiza-se no Fórum de Almada no próximo domingo, dia 12, com início às 16h.

## convite

debates no Vitória  
no âmbito da Conferência Nacional  
do Partido Comunista Português  
Centro de Trabalho Vitória do PCP  
Avenida da Liberdade, 170  
Lisboa



TEMA	DATA / HORA
Sector público, serviços públicos e funções sociais do Estado	16 Maio (5.ª feira) • 21h00
Aspectos da realidade social portuguesa	21 Maio (3.ª feira) • 21h00
Direitos dos trabalhadores, defesa de conquistas civilizacionais e luta por novos direitos	23 Maio (5.ª feira) • 21h00
O Mundo no início do Séc. XXI e a acção dos comunistas	28 Maio (3.ª feira) • 21h00
Comunicação social e luta das ideias	4 Junho (3.ª feira) • 21h00
A Democracia, o regime democrático - participação popular e eleições	6 Junho (5.ª feira) • 21h00

### Desenvolvimento sustentável

Ciclo de debates  
- Em Lisboa, no CT Vitória  
promovido pela célula da Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL  
Sexta-feira, 17 de Maio, às 21h.  
«Alterações climáticas»  
(2.ª sessão)

Sector Intelectual da ORL do PCP

Jornadas de reflexão sobre o ensino superior  
O Processo de Bolonha  
- análise crítica e perspectivas  
Sábado, 18 de Maio, das 10 às 17h.  
Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



### Encontros Regionais da JCP em Setúbal, Beja e Lisboa

Na Timbre Seixalense, no Seixal, realiza-se no próximo sábado, dia 11, a partir das 10h30, o **IX Encontro Regional de Setúbal da JCP**. Na primeira sessão plenária, o Encontro debate o tema «A globalização e a luta dos trabalhadores», e na segunda decide sobre a sua Resolução Política e elege a nova Comissão Directiva Regional.

No mesmo dia tem lugar em Beja o **Encontro Regional da JCP**, que decorre sob o lema «Organizar, intervir, transformar» e tem início às 14h na Casa da Cultura, sendo embora antecedido por um almoço-convívio no Centro de Trabalho do PCP. No final da Encontro, às 18h, actua a banda hip-hop, de Beja, «Movimento Clandestino».

Também em Lisboa se realiza - no dia 11 - o **Encontro Regional da JCP de Lisboa**: no Centro de Trabalho Vitória a partir das 14h.



### QUINTA DA ATALAIA

Domingo, dia 12, a partir das 7 horas  
Jornada de limpeza da mata  
organizada pela célula dos Trabalhadores da CM Seixal



### FARO - Almoço-convívio dos construtores e activistas da Festa do Avante!

Balço da participação da ORAL na Festa 2001; propostas para a participação na Festa 2002  
12 de Maio, 13h, CT de Faro (Inscrições: tel. 289805734)

### Santiago do Cacém

Almoço comemorativo do 81.º aniversário do PCP  
Domingo, 12, em Aldeia do Chão  
na Sala da Associação de Moradores, com **Jerónimo de Sousa**



Jantar-convívio CDU em Arganil  
de residentes e naturais do concelho  
Sábado, 11, 19h30, no restaurante «O Marujinho», em Gândara

## ATVer

Em *Irmãos Inseparáveis*, Jeremy Irons interpreta genialmente o duplo papel de irmãos gémeos

### Na Calada da Noite

(Sexta-feira, 10.05.02, RTP-1)

Robert Benton é, acima de tudo, um talentoso argumentista que se tornou realizador e foi capaz de subordinar com eficácia o seu trabalho atrás das câmaras ao seu talento criativo na escrita. Duas obras da sua autoria – *Kramer Contra Kramer* ou *Um Lugar no Coração* – são disso bons exemplos. *Na Calada da Noite* é uma sinuosa história de crime e mistério, um *thriller* psicológico de suspense sobre a investigação particular que um psiquiatra conduz para tentar perceber se o assassínio de um dos seus pacientes foi ou não cometido por uma misteriosa mulher por quem se deixou fascinar. Perpassa no filme a memória de Hitchcock, a quem o autor homenageia, sendo ainda de salientar a fotografia do mestre Nestor Almendros e as boas interpretações de Roy Scheider e Meryl Streep.

### Lola Montês

(Sexta-feira, 10.05.02, RTP-2)

*Lola Montês* é o último filme de Max Ophüls e uma das suas incontestadas obras-primas. O filme foi alvo de acesas polémicas e sujeito a várias remontagens, sendo um desastre financeiro na época mas transformando-se não apenas num «filme maldito» mas, sobretudo, num filme de culto, contando a história (e a trajetória) de uma fascinante personagem feminina que reinou na Baviera e acabou num circo a ridicularizar, de forma patética, a sua própria vida. Ophüls cria uma derradeira reflexão sobre a natureza efémera da beleza e da felicidade, aliás um tema recorrente na sua obra notável. Com Martine Carol, Peter Ustinov e Anton Walbrook.



*Lola Montês* é o último filme de Max Ophüls e uma das suas incontestadas obras-primas



*Como Água Para Chocolate* é uma fábula romântica e uma irónica crónica familiar

### Irmãos Inseparáveis

(Sábado, 11.05.02, RTP-1)

David Cronenberg, um nome de referência no género Fantástico e de Horror, constrói em *Irmãos Inseparáveis* uma impressionante incursão nos domínios da demência, através da trajetória acidentada de dois irmãos gémeos, ambos fascinados e obcecados pelo universo feminino, ambos prestigiados ginecologistas e ambos incapazes de resistir à atracção pela sexualidade mais bizarra. Estamos, entretanto, perante um festival de representação por parte do actor principal, o britânico Jeremy Irons, interpretando o duplo papel dos dois irmãos gémeos, num dos mais complexos desafios de interpretação de toda a sua brilhante carreira.



### Guerra das Estrelas A Ameaça Fantasma

(Domingo, 12.05.02, SIC)

Em estreia absoluta nos canais televisivos portugueses, eis o último episódio da saga da *Guerra das Estrelas*, realizado em 1999 e pondo em andamento o primeiro episódio da série (a primeira trilogia de filmes começava, exactamente, no «IV episódio»). Apesar de mais recuado no tempo narrativo, este quarto episódio da saga (e «primeiro», segundo a cronologia da narrativa) ultrapassa naturalmente os anteriores em alguns aspectos técnicos de efeitos especiais. Quanto à história, relata o encontro entre o então jovem Obi Wan Kenobi com o ainda mais jovem Anakin Skywalker, que iria evoluir para o sinistro Lord Vader nos filmes que, entretanto, constituíram a primeira trilogia.

### Como Água Para Chocolate

(Segunda-feira, 13.05.02, RTP-2)

O romance de Laura Esquivel *Como Água Para Chocolate* transformou-se num *bestseller* traduzido em 11 línguas e editado em 20 países, contando uma amarga história de amor que se desenrola no México entre 1895 e 1934, onde uma rapariga é impedida pela mãe de casar com o homem que amava devido a uma absurda tradição familiar. O realizador mexicano Alfonso Arau soube, com brilho, transpor este romance para o grande ecrã, construindo uma fábula romântica e uma irónica crónica familiar.

### Homem na Lua

(Terça-feira, 14.05.02, RTP-1)

*Homem na Lua* é um drama biográfico sobre um dos comediantes mais insólitos, *sui generis* e desconcertantes de sempre, nos EUA, Andy Kaufman. O realizador Milos Forman recria, com talento e pormenor, a alucinante (e fascinante) trajetória de um homem cuja principal característica, como comediante, era a invenção de incríveis ilusões de si próprio e sobre si próprio, assumindo as mais bizarras e divertidas personalidades, num constante e quase demencial jogo de faz de conta,



Em *Homem na Lua*, Jim Carrey recria a figura de um comediante genial

assumindo-se como um comediante que criou métodos originais de pura provocação e subversão dos limites da comédia. Atenção à extraordinária interpretação de Jim Carrey no difícil papel de Andy Kaufman!

### Estado de Guerra

(Quarta-feira, 15.05.02, RTP-1)

Walter Hill, com a eficácia do costume, põe aqui de pé a história do absurdo e brutal massacre de um destacamento da Guarda Nacional dos EUA, perdido nos pântanos da Louisiana, cujos jovens inexperientes vão sendo abatidos brutalmente pelos «cajuns» locais, numa impressionante alegoria à guerra do Vietname. Com Keith Carradine e Powers Boothe.

## Quinta, 9

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.00 Pícaro Sonhadora  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Anedotas  
21.30 Gregos e Troianos  
00.15 Conversas de Mário Soares  
01.15 24 Horas  
02.00 «Espada de Sangue» (Filme)

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Sinais do Tempo  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Horizontes da Memória  
19.55 Clube da Europa  
20.20 Casei com uma Feiteira  
20.45 Sabrina  
21.15 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Roswell  
00.00 «Madame de...» (Filme)  
01.50 Serviço Público

### ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 «O Exército» (Filme)

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Super Pai  
22.15 Anjo Selvagem  
22.45 Sonhos Traídos  
23.45 Nunca Digas Adeus  
00.45 «Crónica Feminina» (Filme)  
02.45 Ally McBeal

## Sexta, 10

### ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.00 Pícaro Sonhadora  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Anedotas  
21.30 O Jogo da Espera  
22.45 «Crime em Tulsa» (Filme)  
00.45 «Na Calada da Noite»



George Ortiz, com uma valiosa colecção de arte antiga – Ibérica, inclusive – é o primeiro de uma série de grandes colecionadores a retratar na RTP2 a partir deste domingo

(Filme de Robert Benton, EUA/1982, com Roy Scheider, Meryl Streep, Jessica Tandy. Ver Destaque)

02.30 24 Horas  
02.45 Automobilismo

### ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
12.30 O Homem e a Cidade  
13.30 Retratos  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.10 2010  
20.20 Casei com uma Feiteira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Assassinatos Políticos  
00.40 «Lola Montês» (Filme de Max Ophüls, Fr-Alem/1955, com Martine Carol, Peter Ustinov. Ver Destaque)  
02.00 Serviço Público

### ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 O Clone  
23.00 O Grande Mestre  
00.30 Sexo e a Cidade  
02.15 «O Incurável Romântico» (Filme)

### ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Super Pai  
22.15 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.45 Nunca Digas Adeus  
00.30 «Grito de Revolta» (Filme)  
03.15 «Quando os Porcos

Voam» (Filme)

## Sábado, 11

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Automobilismo  
14.30 Top +  
15.15 O Passeio dos Alegres  
19.30 Contra-Infomação  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol de Salão: Benfica-Sporting  
23.00 «Espões» (Filme)  
00.45 24 Horas  
01.00 «Irmãos Inseparáveis» (Filme de David Cronenberg, Can/1988, com Jeremy Irons, Geneviève Bujold. Ver Destaque)

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto  
19.30 Horizontes da Memória  
20.00 Viva o Improviso  
20.30 Bombordo  
21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História «A Múmia Persa»  
00.00 Britcom  
01.05 Artes de Palco «Saxazul»  
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

### ▼ SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Catarina.com  
14.30 Walker, o Ranger do Texas  
15.45 Air America  
16.45 Walker, o Ranger do Texas  
17.45 «O Meu Tio Solteiro» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Linha da Sorte  
22.00 Super Sábado  
24.00 «Traições» (Filme)  
01.00 Buffy, Caçadora de Sentidos

### ▼ TVI

08.45 Animação  
09.45 Gala das Estrelas  
11.45 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 O Último Beijo  
23.45 Ilha da Tentação  
00.30 «Bagagem explosiva» (Filme)  
02.30 «Wild Things» (Filme)



A «Contra-Infomação» muda de bonecos...

## Domingo, 12

## ▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.30 Planeta Azul  
12.00 Jornal da Tarde  
12.50 Fórmula 1  
GP da Áustria  
14.50 João Baião  
18.30 Futebol: Portugal-  
Inglaterra (Torneio Toulon)  
20.30 Telejornal  
21.30 Cerimónias Religiosas  
de Fátima  
23.30 Domingo Desportivo  
01.30 24 Horas  
02.30 «Quem É  
o Meu Pai» (Filme)

## Segunda, 13

## ▼ RTP1

07.00 Cerimónias de Fátima  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo  
em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Sorte Grande  
21.15 Fábrica das Anequias  
21.45 O Jogo da Espera  
22.45 Jogo Falado  
23.45 «Poder de Sedução»

## Terça, 14

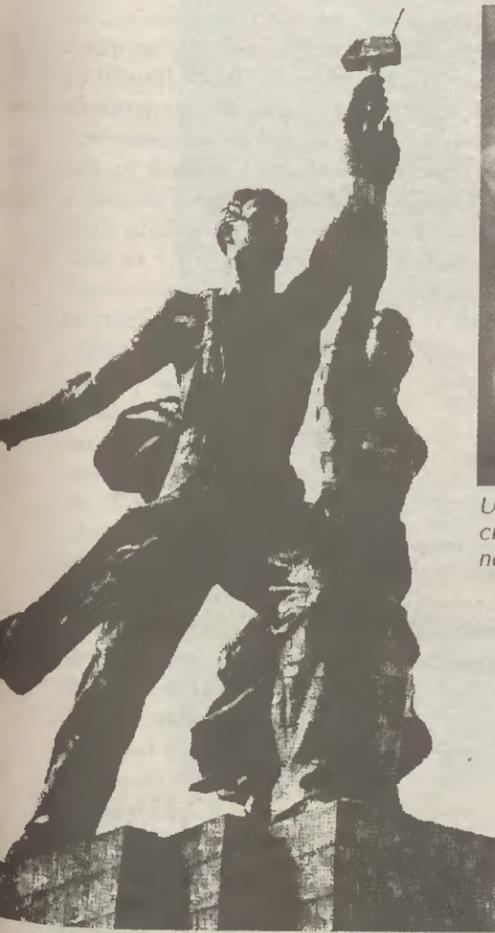
## ▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 Futebol: Portugal-  
China (Torneio Toulon)  
21.00 Telejornal  
22.00 Grande Informação  
22.30 Fábrica das Anequias  
23.00 O Jogo da Espera  
23.45 «Homem na Lua»

## Quarta, 15

## ▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Um Estranho em Casa  
16.30 Diário de Maria  
17.30 Estação da Minha Vida  
18.00 O Preço Certo em  
Euros  
18.45 Telejornal  
19.30 Futebol: Real Madrid-  
Bayer Leverkusen  
21.35 Fábrica das Anequias  
22.05 Jogo da Espera  
23.00 «Estado de Guerra»



Um documentário sobre a Mosfilm, a grande produtora cinematográfica soviética, criada em 1931: domingo à noite na RTP2

(Filme de Milos Forman, EUA/1999, com Jim Carrey, Danny DeVito, Courtney Love. Ver Destaque)  
01.45 24 horas  
02.00 «20 Encontros» (Filme)

## ▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.00 2010  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Turma das Ciências  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Os Limites do Terror  
00.00 «Washington Square» (Filme)  
02.00 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Ficheiros Clínicos  
01.00 Filme

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.00 Sonhos Traídos  
23.00 Gala das Estrelas  
01.30 «Juventude Inocente» (Filme)  
04.15 Os Homens do Presidente

(Filme)  
01.30 24 Horas  
01.45 «O Milagre de Fátima» (Filme)

## ▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 O Lugar da História  
14.30 Euronews  
15.00 A Escola e a Assembleia  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Veterinário de Emergência  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 A Família Green  
00.00 «Como Água para Chocolate» (Filme de Alfonso Arau, 1992, com Marco Leonardi, Lumi Cavazos, Regina Tomez. Ver Destaque)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Filme

## ▼ TVI

08.30 Animação Infantil  
10.00 Missa e Benção dos Doentes  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Academia das Estrelas  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
24.00 «Rapazes» (Filme)  
02.45 «Um Rapaz Chamado Ódio» (Filme)  
03.15 «The Pentagon Wars» (Filme)

(Filme de Walter Hill, EUA/1981, com Keith Carradine, Powers Boothe, Fred Ward. Ver Destaque)  
00.45 24 Horas  
01.00 «Morte à Vista» (Filme)

## ▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Por Outro Lado  
14.30 Via Aberta  
17.15 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.45 Caderno Diário  
19.55 Verdadeiramente Insólito  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Conversas de Mário Soares (34)  
00.00 «Jane Eyre» (Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
00.00 Hora Extra  
01.00 Filme

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.00 Batatoon  
16.30 Sonhos Traídos  
17.30 Academia das Estrelas  
18.00 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.00 Sonhos Traídos  
23.00 Gala das Estrelas  
23.45 Nunca Digas Adeus  
00.30 «De Quarentena» (Filme)  
02.30 Os Olhos da Lei

## TVisto

Correia da Fonseca

## Os jovens «deputados»

Numa destas manhãs, indo eu na habitual ronda pelos canais distribuídos por cabo, dei de chofre com qualquer coisa de inabitual. O canal era o «Parlamento» (não confundir com a rubrica «Parlamento» que a RTP 2 transmite pelas 14 horas dos sábados). O local de onde a emissão estava a ser feita em directo era também, sem margem para dúvida. O próprio Parlamento, isto é, o hemiciclo onde funciona a Assembleia da República. Só que os deputados não eram como é costume e o presidente da Assembleia, que por sinal não tomara assento no lugar onde habitualmente está a presidência, não era o dr. Mota Amaral. Não apenas porque todos aqueles deputados eram obviamente muito jovens mas também por outros claros indícios, foi fácil descobrir que aquela sessão era muito peculiar: tratava-se de uma espécie de brincadeira muito séria, com alunos de escolas secundárias de Norte a Sul do País, eleitos pelo voto dos colegas, a sentarem-se nas bancadas de S. Bento para durante um dia abordarem ali, a partir da diversidade das suas opiniões e em princípio à semelhança dos deputados «seniores», diversos problemas nacionais. Com especial relevo, em princípio, para os que mais directamente tocam os segmentos etários da população em que eles próprios se incluem. Lembrei-me então de que não era a primeira vez que esta iniciativa se realizava. Porém, ao contrário do que fizera no passado, fiquei ali, a ver e ouvir as sucessivas intervenções, que foram numerosas e sujeitas a uma austera limitação de tempo. É que o tema de todas ou de quase todas elas era a Comunicação Social que temos (mais exactamente, os grandes meios de C. S., em que melhor assenta a designação de *mass media*), com relevo para a televisão. E para meu enorme espanto e reconforto, acontecia que os sucessivos oradores exprimiam com grande clareza opiniões que não corroboravam o boato já dominante de que a TV que nos impingem é, de um modo geral, feia, porca e má porque assim é que o povo gosta e assim é que é verdadeiramente democrática. Bem pelo contrário, os jovens «deputados» pareciam as mais das vezes filhinhos de críticos de televisão (dos que não são, simultaneamente, empregados de um canal privado), de tal modo o

que diziam era parecido com o que os críticos vêm repetindo ao longo de anos e anos, tantos que acho já lhes ter perdido a conta certa.

## Final, os jovens sabem

Esteve ali a lúcida denúncia de quanto é fundamental: a redução da comunicação social à situação de mero negócio, a tónica noticiária das ocorrências «de faca e de alguidar», a gula publicitária como factor decisivo das programações, a real impossibilidade de escolha entre o mau e o bom por ausência do segundo destes dois pólos pelo menos de forma regular e significativa. O discurso daqueles «deputados» jovens chegou mesmo ao ponto, que me parecia imprevisível, de relacionar a manipulação através dos *media* com os antecedentes do nazifascismo europeu: uma jovem sublinhou que «Hitler sabia da sua importância». Um outro, calcule-se!, questionou mesmo a veracidade profunda da democracia em que vivemos perante o «papel pernicioso» assumido pela Comunicação Social. Finalmente, de tudo isto resultou a reivindicação expressa por diversos oradores de um controlo mais atento, embora rigorosamente democrático, a exercer pelos poderes do Estado sobre a acção dos *media*.

Uma segunda parte do debate foi preenchida com uma intervenção do dr. Nuno Morais Sarmiento, ministro da Presidência que tutela a Comunicação Social, e um tempo em que ele respondeu a questões formuladas pelos eleitos. Foi um tristíssimo momento para quantos têm andado a sonhar com uma TV de utilidade nacional. O senhor ministro esbanjou a maior parte dos minutos de que regimentalmente dispunha aplicando-os a entoar o Fadinho da Miséria, número fundamental da companhia governativa em palco. Como tantos outros, ele acha que 40 milhões de contos/ano para informar decentemente, barrar a desculturização e distrair com bom gosto oito milhões de cidadãos é um desperdício escandaloso, mas nem parece reparar nos 200 milhões de contos (ou muito mais, não sei) de benefícios fiscais em favor de um punhado de figurões. Quanto ao crime financeiro cometido contra a RTP pelo mais conhecido dos Cavacos (supressão da taxa, pilhagem da rede de distribuição) e os encargos decorrentes das dívidas do Estado, o ministro nem parece dar por eles. De onde o reafirmado propósito de escavar a RTP (em flagrante benefício de privados). Quanto ao que se seguiu, tudo ou quase tudo ilustrativo do facto que, sendo a ignorância sempre convencida, é-o mais ainda quando também é poder, não cabe aqui o seu arrolamento mesmo parcial. Mas talvez fique para uma oportunidade muito próxima. Tudo depende do grau de temperatura que a minha indignação ainda conserve.



Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### O estudo

Um estudo realizado por prestigiadas empresas europeias de recursos humanos foi arrasador para o mundo empresarial português, concluindo, resumidamente, o seguinte: os empresários lusitanos têm um estilo autocrático, são autoritários, individualistas, formais, burocráticos e ineficientes, não conseguem trabalhar em equipa, têm falta de visão estratégica, desprezam o planeamento, são conservadores, pouco originais e não ligam aos clientes.

Em contrapartida, e apesar de todas estas falhas, os administradores de topo em Portugal recebem salários superiores aos dos seus congéneres na União Europeia, num gritante contraste com os trabalhadores portugueses, cuja remuneração não ultrapassa os 60 por cento da média auferida pelos colegas europeus.

As conclusões deste estudo resultam da inquirição de 130 gestores de topo, de diversas nacionalidades europeias, mas cuja actividade profissional se desenvolve em Portugal, e as perguntas tinham o objectivo de perspectivar o futuro das empresas portuguesas.

A resposta foi igualmente arrasadora: com conhecimento de causa, cerca de 82% dos inquiridos consideraram as empresas portuguesas desorganizadas e ineficientes, sofrendo das grandes falhas empresariais acima resumidas. Curiosamente, um grupo de 34 gestores portugueses convocado para o estudo concordou, no essencial, com as críticas que lhes foram feitas pelos colegas europeus...

Há anos que a CGTP-IN denuncia que a célebre «falta de produtividade» nacional, a existir, não tem a ver com os trabalhadores mas com quem os dirige, o mesmo se aplicando a outros jargões muito em voga nos discursos do patronato, como a «rentabilidade», o «desenvolvimento», a «eficácia» e etc., etc., em geral chamados à colação para subentender que estas supostas «falhas» no processo económico são da responsabilidade dos trabalhadores em geral e nunca, mas nunca, do patronato gestor.

Afinal, preto no branco, e avaliado pelos seus próprios colegas europeus, aqui fica o que vale o empresariado português, na lógica implacável do capitalismo: é um miserável atraso de vida.

Assinalável, apesar de tudo, foi a reacção do presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o fatal Ludgero Marques. Com a sua conhecida subtilidade de paquiderme em loja de louça, desmentiu liminarmente o estudo e afirmou o seguinte, em defesa da sua classe: «Chamam-nos corruptos, dizem que nos falta capacidade e tudo isso é uma grande injustiça. E de que maneira. Temos sido autênticos heróis em determinadas situações neste País.»

Ah, pois têm! Como se viu, por exemplo (e só como exemplo...), na tão falada «recuperação do Vale do Ave», operação levada a cabo há poucos anos com o objectivo de reverter a indústria têxtil do Vale do Ave, substituindo-a estrategicamente por outras actividades industriais mais competitivas. Para isso vieram de Bruxelas e dos cofres do Estado muitos milhões de contos, a que os «heróis» de que fala Ludgero Marques lançaram gulosa mão.

O resultado está à vista.

O dinheiro desapareceu nas contas dos empresários que, para «recuperarem» a indústria do Vale do Ave, se limitaram a fechar unidades para as substituírem por outras mesmo ao lado e com os mesmos trabalhadores, mas agora em condições contratuais muito mais precárias. Quanto à esperada diminuição de unidades têxteis foi substituída pelo seu aumento e não se criou nenhuma indústria alternativa.

Consta que a única novidade foi o aumento vertiginoso do número de Ferraris na região, embora seja duvidoso que tal tenha a ver com a «reconversão». Que se saiba, os Ferraris não passaram a ser feitos no Vale do Ave...

## PCP contra Orçamento Rectificativo Irrracionalidade económica e natureza de classe

**A irracionalidade económica e a incompatibilidade do Pacto de Estabilidade com as necessidades do País e a natureza de classe das medidas decididas pelo Governo foram aspectos essenciais destacados por Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, em Declaração sobre o Orçamento Rectificativo.**

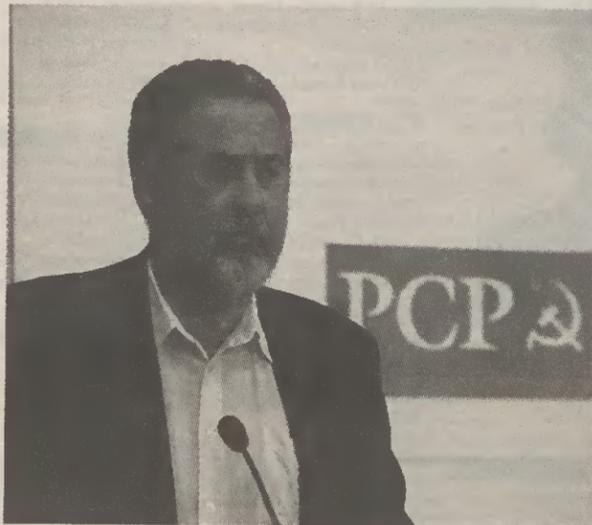
A «irracionalidade económica e a incompatibilidade do Pacto de Estabilidade com as necessidades do País» e a «natureza de classe das medidas decididas pelo Governo, em que é sacrificada a generalidade dos portugueses e, em particular, das camadas e grupos sociais mais carenciados, e são beneficiados os lucros dos especuladores bolsistas» são os dois aspectos essenciais que a Comissão Política do PCP considerou desde já de destacar.

O Pacto de Estabilidade evidencia-se, mais uma vez, «em brutal confronto com as necessidades de desenvolvimento do País e com as especificidades da sua situação, nomeadamente das suas carências no campo das políticas sociais. Ninguém, incluindo especialistas de economia, consegue demonstrar a bondade científica ou política do limite do défice máximo de 3% para o Orçamento do Estado, e fundamentalmente a validade do estabelecimento do mesmo valor para países com brutais diferenças de desenvolvimento económico e social», sublinhou Agostinho Lopes.

O Pacto de Estabilidade – ao determinar os números da política orçamental portuguesa e os ritmos de aplicação das medidas orça-

mentais – vai «reduzir e limitar as despesas públicas de investimento – a despesa mais útil ao País –, vai estrangular e dificultar a intervenção autárquica, inclusive na aplicação dos fundos comunitários, na concretização de obras municipais,

**O Orçamento Rectificativo vai estimular os factores recessivos da economia**



vai eliminar despesas sociais e dificultar gravemente o direito à habitação para jovens e cidadãos de baixos rendimentos, o que terá também evidentes reflexos económicos directos ao nível do sector da construção civil, e indirectos no conjunto da economia do País, vai degradar ainda mais os serviços públicos, designadamente os mais carenciados de profissionais».

Acresce, como sublinhou

Agostinho Lopes, que acaba por criar um «novo entorse político, atentatório das competências e atribuições soberanas da Assembleia da República: o Orçamento Rectificativo foi conhecido e apreciado hoje em primeira mão pelo ECOFIN – Conselho de Ministros das Economias e Finanças da União Europeia – e, posteriormente, pela Assembleia da República. O que é completamente inaceitável».

**Um orçamento penalizador**

A apresentação deste Orçamento Rectificativo, que

«vai estimular os factores recessivos da economia» e é «altamente penalizador da generalidade dos portugueses pelas diversas medidas propostas, entre as

quais sobressai o aumento da taxa do IVA em dois pontos percentuais», na mesma semana em que a Assembleia da República vai apreciar a proposta do Governo de suspensão definitiva da tributação das mais-valias» demonstra bem – como sublinha a Declaração do PCP – «a natureza dos interesses económicos de que o Governo PSD/CDS-PP é advogado».

Sublinhando as responsabilidades políticas do PS, «designadamente pela sua postura fundadora e fundamentalista ao Pacto de Estabilidade», Agostinho Lopes concluiu alertando: «Poderão agora os portugueses, quando forem confrontados com a falta do médico ou da enfermeira no Centro de Saúde, quando verificarem a falta do investimento na escola dos seus filhos, ou mesmo a falta de instalações, quando constatarem a não construção da estrada ou sentirem o atraso no pagamento da pensão ou do subsídio social, perceber melhor o significado concreto da marcha forçada para atingir os critérios do Pacto de Estabilidade, das opções antipopulares do Governo PSD/CDS-PP, e as razões do PCP para reclamar a suspensão e a revisão do Pacto de Estabilidade por um pacto de crescimento económico e emprego.»

## Vereadores da CML contra protocolos

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa (CML) divulgaram, em nota dirigida à imprensa, as razões pelas quais votam contra a proposta de ratificar os Acordos de Princípio celebrados entre Santana Lopes, o Sporting, o Benfica e a EPUL.

Ao longo das últimas décadas, a CML celebrou vários protocolos, quer com o Benfica quer com o Sporting, lembram os vereadores comunistas. Tais protocolos tinham como objectivo promover junto das camadas mais jovens da população a prática das mais diversas modalidades desportivas, considerando «o importante papel que os grandes clubes podem ter enquanto agentes promotores e difusores do desporto e do progresso social».

Esses protocolos beneficiaram largamente, do ponto de vista financeiro e patrimonial, ambos os clubes.

A proposta agora apresentada por Santana Lopes – sugerindo ou afirmando mesmo que assim se tente resolver situações criadas no passado, o que não é verdade – é bem diversa. Trata-se de oferecer aos dois clubes, em bombas de gasolina e fogos em terrenos municipais, um negócio no valor estimado de 17,5 milhões de contos, sem contrapartida a cumprir pelos clubes.

Em suma, estes novos protocolos implicam que a cidade e a sua população fiquem altamente lesadas «em benefício dos interesses financeiros dos clubes, interesses financeiros alheios ao desenvolvimento e promoção do desporto junto das populações».



## Encontro PCP/CGTP-IN

Realizou-se terça-feira passada um encontro entre uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Fernanda Mateus, Jerónimo Sousa e Paulo Raimundo, e uma delegação da CGTP-IN, constituída por Carvalho da Silva, M<sup>a</sup> Carmo Tavares, Amável Alves, Ulisses Garrido e Ernesto Silva.

